Mulheres Camponesas e território da cidadania no RN: trabalho, participação e autonomia:

ORGANIZADORAS:
Michela Calaça
Janaiky Almeida
Oona Caju

EDITORA XXXXXX	**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA** Reitor XXXXXXX Vice-Reitor XXXXXXXXX Chefe do Gabinete do Reitor XXXXXXXXXXX Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura XXXXXXXXXX Pró-Reitor de Assuntos Estudantis XXXXXXXXXXXXXXXXXX Pró-Reitor de Gestão de Pessoas XXXXXXXXXXXXXX Pró-Reitor de Extensão e Cultura XXXXXXXXXXXXXXX Pró-Reitor de Graduação XXXXXXXXXXXXXX Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação XXXXXXXXXXXXX Pró-Reitor de Planejamento XXXXXXXXXXXXXXX Coordenadora do Projeto Oona Caju e Janaiky almeida

Colocar as Logo que estão na contracapa

Folha de rosto

SUMÁRIO

NOTA DAS ORGANIZADORAS 05

APRESENTAÇÃO 06

Notas introdutórias: a atuação das mulheres rurais nos territórios da cidadania: os caminhos metodológicos 09

"Por mim, por nós, pelas outras": Mulheres, auto-organização e acesso às políticas públicas 30

Programa Territórios da Cidadania – PTC: desafios, avanços e legado para os territórios do Rio Grande do Norte/RN. 70

A participação das mulheres rurais no Territórios da Cidadania: entre as desigualdades e a construção de resistências. 103

O feminismo Camponês e popular, um dialogo entre feminismo, agroecologia e a realidade camponesa 133

ANEXOS 153

NOTA DAS ORGANIZADORAS

APRESENTAÇÃO

Quando pensamos no nosso trabalho, enquanto mulheres camponesas, precisamos levar em consideração o nosso cotidiano. As tarefas do dia a dia, atreladas aos cuidados com filhos e com os demais familiares e a nossa produção, que na maioria das vezes, não é entendida como trabalho por não ser colocado em valores monetários a produção agroecológica, os quintais, o cultivo de plantas medicinais, as verduras, os pequenos animais e entre outros. Está realidade também reflete na garantia de nossos direitos já que por muito tempo nos foi negado o reconhecimento enquanto trabalhadoras. Por sua vez, com as políticas públicas não foi diferente, sendo o homem o dono da terra, o considerado "chefe" da família e historicamente compreendido como trabalhador as políticas públicas (especialmente as destinadas para o rural) eram voltadas, quase que exclusivamente, para eles o que reforçava a lógica patriarcal da sociedade.

Contudo, não podemos negar que nos últimos anos, graças as lutas, mobilizações, reivindicações e pressão popular alcançamos melhorias em nossas vidas, o estado foi pressionado a entender e se comprometer com politicas públicas e na garantia de direitos que diminuíssem as desigualdades entre homens e mulheres. Na realidade camponesa, embora saibamos das assimetrias também tivemos avanços no que diz respeito ao acesso as políticas públicas e neste livro, podemos entender melhor de que maneira o acesso a estas políticas, vindas pelo Programa Território da Cidadania - PTC contribuíram para geração de renda e autonomia das mulheres do campo bem como também refletir sobre nosso protagonismo em nossos territórios e comunidades.

A importância deste livro está colocada sim no esforço da universidade em cumprir seu dever social em pintar-se de povo, neste caso, nós mulheres do campo, além disso, é notório que o que vemos nas páginas seguintes diz respeito ao compromisso com a história e valorização dos "de baixo", não se trata apenas de um livro sobre uma pesquisa feita nos quase "não-lugares" do rural do estado do Rio Grande do Norte, se trata do compromisso com essas mulheres e com as demais, inseridas ou não na pesquisa, pesquisadoras também, todas mulheres, produzindo sobre mulheres de realidades distintas e, por vezes, tão próximas.

Logo, o que as/os leitoras/es encontrarão nos textos que se seguem trazem reflexões importantíssimas sobre o Programa Território da Cidadania, sobre o acesso as políticas públicas, sobre a auto-organização e protagonismo das mulheres rurais dentro e fora do PTC, já que nossa organização precede as políticas públicas e programas governamentais, no entanto, também encontrarão um panorama bastante vasto, especialmente no primeiro capítulo, sobre a luta das mulheres no Brasil e no mundo.

O livro está dividido em três capítulos, entretanto, inicia com uma introdução intitulada de "Notas introdutórias sobre a atuação das mulheres rurais nos territórios da cidadania: os caminhos metodológicos" nela as autoras descrevem o percurso metodológico, baseado em uma perspectiva materialista histórica-dialética que embasou todo o processo de pesquisa, além de também traçar o perfil das mulheres participantes da pesquisa.

No primeiro capítulo, intitulado ""Por mim, por nós, pelas outras": Mulheres, auto-organização e acesso às políticas públicas", as autoras trazem um debate teórico mais geral sobre mulheres, feminismo e auto-organização, apontando para nossa perspectiva teórica e metodológica que deu à base para entendermos os processos organizativos resultantes de ações tanto do PTC, quanto para além dele já que a participação das mulheres nos territórios da cidadania, como diz as próprias autoras "[...] não é uma construção isolada, mas é parte da luta histórica das mulheres em seus processos individuais e coletivos de consciência e auto-organização". Este capítulo problematiza ainda a construção da desigualdade entre homens e mulheres, o imbricamento entre capitalismo, patriarcado e racismo, historiciza as lutas e a auto-organização das mulheres (camponesas e urbanas), bem como traz para o debate o Feminismo Camponês e Popular e a luta das mulheres pelo acesso as políticas públicas.

No segundo capítulo, "Programa Territórios da Cidadania – PTC: desafios, avanços e legado para os territórios do Rio Grande do Norte/RN" a autora traz uma discussão teórica e abrangente sobre o PTC no que refere ao contexto de implementação do programa, as motivações do estado, o orçamento, a abrangência inicial e o seu funcionamento apontando para os avanços, desafios e legados que a política territorial deixou em cada contexto de atuação e especificamente nos territórios do RN.

O último capítulo, “A participação das mulheres rurais no Territórios da Cidadania: entre as desigualdades e a construção de resistências” descreve mais especificamente os nossos resultados de pesquisa. Nele as autoras refletem alguns pontos chaves que sugiram nas entrevistas realizadas, como por exemplo, a participação política, a questão da autonomia, renda, recursos, entre outros pontos que desvendam a realidade territorial do Rio Grande do Norte pelo ponto de vista das mulheres rurais.

Trata-se de uma obra que valoriza nosso histórico de lutas e que reflete sobre a importância de nossa auto-organização, a importância do acesso às políticas públicas para a melhoria de nossas vidas e por isso, acredito ser mais um instrumento que pode contribuir com o processo de elevação da consciência feminista e consequentemente na projeção de uma sociedade mais justa e de igualdade.

Por fim, para nós mulheres camponesas inseridas em contextos de invisibilidade, seja do nosso trabalho ou de nossa própria existência enquanto sujeitos de direitos, consideramos de muita importância iniciativas que incentivem, visibilizem e valorizem nossas práticas, que se debrucem sobre nossa realidade numa troca mútua para a construção da sociedade que almejamos.

Itamara Almeida – MMC/RN

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A ATUAÇÃO DAS MULHERES RURAIS NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Itamara Almeida[1]
Jhéssika Angell Alves e Silva[2]

As mulheres representam praticamente a metade da população rural do Brasil e suas atividades produtivas tem sustentado o desenvolvimento econômico rural do país. Contudo, tais atividades não possuem o devido reconhecimento, muitas vezes são entendidas apenas como uma "ajuda" ou simplesmente como uma extensão do trabalho reprodutivo. Por isso, em geral, apesar da sobrecarga imposta às mulheres, não existe garantia de renda por seu trabalho (SANTOS, 2012).

A persistência desse tipo de cenário que implica na luta e reivindicações históricas das mulheres por direitos resultou em um esforço na construção de políticas públicas que buscassem reduzir as desigualdades nas relações patriarcais de gênero. Uma dessas tentativas se deu com a criação de espaços relativos a essas demandas nos Ministérios. Especificamente, a partir do ano de 2003, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, foi se construindo uma agenda que tinha como objetivo atender a tais questões, buscando aplicar parte dos recursos especificamente para o contexto das mulheres rurais, com a finalidade de efetivar sua cidadania e promover autonomia econômica através de políticas voltadas para a garantia dos direitos à terra, o apoio à produção e à comercialização, acesso à crédito, entre outras questões.

Nesse contexto, o Programa Territórios da Cidadania (PTC) surgiu com o intuito de promover, a partir da integração de ações do Governo Federal, Estadual e Municipal junto com a sociedade civil, a universalização dos programas básicos de cidadania e o desenvolvimento econômico (BRASIL, 2008). Contudo, homens e mulheres acessavam esse programa de forma desigual, nesse sentido, havia a necessidade de promover um maior acesso e protagonismo das mulheres dentro dessa política, o que foi sendo construído a partir de uma agenda conjunta entre sociedade civil e Governo.

---

[1] Militante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Mestranda em Literatura e Interculturalidade (PPGLI/UEPB) e graduada em Letras/Português (UERN).
[2] Doutoranda em Ciências Sociais (PPGCS/UFCG) e em Antropologia (PPGA/UFPE). Mestre em Antropologia (PPGA/UFPB) e graduada em Ciências Sociais (UFCG).

Entretanto, nos últimos anos esse desenho institucional foi se modificando, fazendo com que os recursos cada vez mais fossem diminuindo, dificultando a execução do programa. No entanto, parte dos ganhos decorridos não se perderam, pois para além das ações promovidas pelo programa, as mulheres sempre resistiram e lutaram para construir seu protagonismo nas várias esferas de atuações sociais, tanto no contexto urbano, como no rural. E o Programa Territórios da Cidadania constituiu uma dessas agendas de atuação que apesar de ter sido reduzida, produziu questões que investigaremos nesse livro.

Caminhos epistemológicos

Entender a construção de um novo protagonismo no âmbito da atuação das mulheres rurais nos Territórios da Cidadania foi um desafio em vários sentidos. Primeiramente, o fato de o Programa ter diminuído suas atividades a partir dos cortes orçamentários, ocasionados pelo encerramento das atividades do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que passou a funcionar como uma Secretaria (Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário) no Ministério da Agricultura resultou em um esfacelamento das atividades do programa. Tal questão produziu obstáculos para nossa coleta de dados, uma vez que tivemos que mapear e analisar as atuações a partir de um recorte retroativo. Como também o fato de não existir mais uma pasta específica no Governo sobre o PTC, produziu obstáculos no processo de compreensão sobre a execução do programa e acesso aos seus documentos.

Outro desafio enfrentado foi a elaboração de uma pesquisa que buscasse articular uma perspectiva acadêmica, social e política, que abrangesse o cenário encontrado com a mudança de Governo, uma vez que nosso propósito era contribuir com a gestão dos territórios da cidadania, com o intuito de potencializar a participação e a autonomia das mulheres rurais nesses espaços de construção de políticas públicas. Contudo, como colocado anteriormente essa não era mais uma política prioritária para o Governo atual, era um programa que estava se desarticulando. E isso teve um impacto grande em nossa perspectiva de pesquisa, pois trouxe contradições para nossa atuação, visto que já não tínhamos mais condições de fomentar uma ação que está se desconstruindo.

Contudo, apesar das dificuldades encontradas, a possibilidade de desenvolver uma pesquisa produzida por diferentes mulheres – naturais de diferentes cidades do Nordeste, militantes de movimentos feministas e sociais diversos, como formações acadêmicas em diversas áreas como: agronomia, ciências sociais, engenharia florestal, história, letras e serviço social – para entender a realidade das mulheres rurais se mostrou bastante instigante e promissora, pois cada uma de nós contribuiu, a partir dos nossos contextos e das teorias as quais nos vinculamos, para produção desta pesquisa, buscando dar conta da complexidade partindo desta diversidade.

Nossa pesquisa teve como base os seis Territórios da Cidadania do Rio Grande do Norte: Alto Oeste, Assú-Mossoró, Mato Grande, Potengi, Seridó e Sertão do Apodi, tendo como objetivo principal a preocupação em entender a relação entre a gestão territorial e a atuação das mulheres rurais, identificando os perfis e as características de cada gestão. Nesse sentido, optamos pelo rural como campo crítico de entendimento e de pesquisa.

Para realização deste trabalho partimos de três eixos de elaboração de dados: (1) realização de um Seminário com as mulheres rurais que fazem parte dos territórios da cidadania do Nordeste, para entendermos melhor esse universo mais geral; (2) aplicação de questionário para um levantamento inicial dos dados; e (3) entrevistas com mulheres atuantes nos territórios para delinear de forma mais aprofundada nossas questões de investigação. Tais esforços de pesquisa e sistematização de dados foram construídos a partir da concepção de que o modelo metodológico nasce das circunstâncias (REVEL, 1998), por isso, faz-se necessário pensar esta pesquisa como algo que foi sendo construído em diálogo com a realidade e com as teorias que nos ajudaram a identificar e entender este contexto de pesquisa.

Para isso nos baseamos em uma perspectiva materialista histórica-dialética (MARX &ENGELS, 1963), que nos ajuda a "compreender as bases materiais das ideias e, ao mesmo tempo, a força material das ideias na reprodução social" (LESSA, 2008:45), tendo em vista aqui uma evidente perspectiva histórica, que proporciona um melhor entendimento das nossas questões de pesquisa a partir dos processos históricos reais com

suas contextualizações dialéticas (COMAROFFf &COMAROFF, 2010), como também a partir de teorias[3] sociais que fundamentam nossa perspectiva.

Também partimos de em uma epistemologia feminista, pois entendemos que ela provocou uma ruptura epistemológica significativa ao combater as perspectivas generalistas do conhecimento (BANDEIRA, 2008), que se baseavam numa concepção predominantemente do universo masculino, elaborada hegemonicamente por homens. Assim, a posição feminista metodológica nos auxilia no processo de entendimento das posições sociais e políticas, revelando as relações de poder impostas nas relações patriarcais de gênero (ALMEIDA, 2017).

Tentar abarcar a realidade não é uma tarefa simples, pois a totalidade é complexa e envolve diversos elementos como coloca György Lukács (1967, p. 240):

> A categoria de totalidade significa (...) de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas.

Nesse sentido, para tentar dar conta da totalidade a pesquisa social precisa delimitar seu objeto de estudo a partir de alguns recortes sobre a realidade. Tais recortes perpassam três níveis de construção: o temático, o disciplinar e o metodológico, conferindo significado aos dados (VICTORIA et al., 2000). O recorte metodológico é uma dimensão fundamental nesse processo, uma vez que ele nos auxilia na delimitação e na construção do objeto a ser pesquisado.

O processo de construção metodológica não é uma tarefa fácil e precisa de grande compromisso para ser elaborada de forma coerente com a realidade, buscando dar conta das questões colocadas tanto pelo campo científico, quanto pelo campo empírico, pois, "existe uma relação dialética entre o empírico e a teoria" (SILVA, 2003:12), uma relação que está para além de uma simples aplicação de técnicas e métodos, mas que também envolve questões éticas e de compromisso com quem se deseja estudar.

Para nossa pesquisa essa é uma questão fundante, pois entendemos que precisamos "associar o conhecimento prático produzido (a prática acadêmica) com o uso

---

[3]A partir de Marx entendemos que Teoria é "a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa" (PAULO NETTO, 2011:21)

do espaço público na defesa das populações estudadas (a prática política)" (idem: 10). Se posicionar politicamente é parte do ofício da pesquisadora e do pesquisador, uma vez que não existe abstenção, pois a não-escolha também é uma posição política. Por isso, baseadas no pressuposto marxista, descartamos a existência de uma 'neutralidade absoluta' que as pesquisadoras e os pesquisadores, de um modo geral, deveriam assumir, visto que isto é apenas uma ilusão retórica, algo de difícil alcance e que se de fato existisse duvidaríamos de sua utilidade (JACCOD & MAYER, 2008).

Desse modo, o trabalho da pesquisadora e do pesquisador não pode ser pensado a partir de uma suposta neutralidade e objetividade que as ciências, de um modo geral, deveriam assumir, pois não podemos simplesmente abstrair toda e qualquer subjetividade das relações de pesquisa, uma vez que, "no trabalho de campo o pesquisador se coloca ao mesmo tempo enquanto objeto e sujeito de pesquisa" (idem: 263). Nessa perspectiva a subjetividade está sempre presente, por isso não podemos tomar o "objeto da ciência [como] desvinculado de quaisquer influências extra objeto [pois, isto] é um ideal inalcançável" (VICTORIA et al, 2000:30). Sendo assim, buscar a neutralidade é inútil, pois não existem pesquisas neutras, sejam nas áreas sociais ou em qualquer outra. Todo objeto científico contém um grau de subjetividade que é preciso ser considerado. E nesse domínio das pesquisas de campo que envolvem políticas sociais, os sujeitos se posicionam politicamente e é preciso considerar essas posições como parte do universo da pesquisa.

Tendo em vista tal realidade, esta pesquisa se baseia, como dito anteriormente, em uma abordagem materialista, buscando entender as ações a partir da realidade concreta em diálogo com as teorias e práticas políticas que compõem este cenário, visto que este trabalho se propõe a pesquisar a atuação das mulheres objetivando a fomentação de políticas públicas que possam potencializar suas atuações.

Desse modo, para realização desta pesquisa concordamos com Howard Becker (2001) sobre as especificidades e vantagens da pesquisa qualitativa, posto que este é o recorte mais adequado para dar conta das nossas questões. A metodologia qualitativa permite uma maior flexibilidade na construção da pesquisa englobando dados heterogêneos e combinando diferentes técnicas de coleta dos dados. Ela também nos ajuda a descrever com profundidade vários aspectos da vida social, trazendo não apenas

os dados ordinais para a análise, mas também promovendo a descoberta e análise dos "fatos inconvenientes" que escapam as estatísticas e revelam as intersubjetividades postas (PIRES, 2008).

Maria Cecília de Souza Minayo (2017) coloca que a pesquisa qualitativa, nos proporciona uma maior atenção quanto ao processo de construção dos instrumentos e suas aplicações. Por isso é preciso que a pesquisadora e o pesquisador "tenha certeza de que sua presença, sua interlocução, seus estranhamentos e suas indagações passem a ser vivências em intersubjetividade quando estão no campo, gerando um conhecimento empírico que vai muito além daquilo que ele pergunta" (MINAYO, 2017: 9-10). O que para este objeto de pesquisa é de extrema importância, pois muitas vezes é preciso ir além do discurso puro e simples das entrevistas e buscar entender o que está por traz do que foi dito. (GEERTZ, 1989).

É importante salientar que para uma cobertura adequada do objeto de estudo, muitas vezes, é necessário um pluralismo de técnicas e de instrumentos metodológicos para captação da realidade. Tal pluralismo deve ser construído a partir da investigação empírica, o que exige uma observação sistemática dos acontecimentos, onde a pesquisadora e o pesquisador devem buscar entender o que pode estar por trás dos fatos do cotidiano, rastreando quais as posições dos sujeitos nos contextos, como também suas opiniões (BAUER; et al, 2005). Dessa forma, nessa pesquisa buscamos não fechar nossa perspectiva metodológica a uma única técnica de pesquisa, a tentativa aqui foi trabalhar as metodologias em diálogo com o campo.

O desenvolvimento da pesquisa

Como ponto de partida, realizamos o Seminário Mulheres Trabalhadoras Rurais e a agroecologia em Caruaru – PE. Contamos com a participação de representações dos nove Estados do Nordeste. Nesse espaço as mulheres se encontraram e trocaram reflexões com base em suas experiências com a política territorial, a partir da realização de oficinas para o compartilhamento das realidades de cada Estado e seus respectivos Territórios. Nosso intuito era conhecer qual o nível de entendimento e participação das mulheres nos espaços do Programa Territórios da Cidadania (PTC) e fazer uma avaliação

a partir de um quadro mais amplo do impacto das ações resultantes desta política na vida das mulheres rurais.

Esse primeiro levantamento de exploração da política territorial na construção de um seminário, foi bastante produtivo para o entendimento da realidade do Rio Grande do Norte, pois apesar de estarem presentes mulheres dos diversos Estados do Nordeste, de certa forma, elas compartilham de um contexto semelhante. Nesse sentido, entender os processos para além do nosso recorte, proporciona a constituição de um conhecimento mais relevante, aprofundado e situado em diálogo com o contexto mais abrangente.

Assim, baseado nestas reflexões, nosso estudo buscou explorar o conhecimento das mulheres sobre a política territorial a partir da aplicação de um questionário com 19 perguntas que tinham como propósito entender qual o nível de conhecimento das mulheres sobre o PTC, se estas eram beneficiárias das políticas que chegavam pelo programa, se participavam das ações promovidas e qual era o nível desta participação, se haviam mulheres na gestão, entre outras questões. O questionário foi distribuído a todas as mulheres que estavam no Seminário (cerca de 240 questionários foram distribuídos) e no dia seguinte as que quiseram retornaram com o questionário respondido. Recebemos em torno de 120 questionários, que nos ajudou a ter um entendimento mais geral sobre o assunto. Alguns pontos que envolve o resultado dos questionários foram trabalhados como parte dos resultados de nossa pesquisa. Entretanto, entendemos que esta é uma ferramenta inicial, que oferece informações superficiais sobre nossa questão de pesquisa, por isso partimos para uma análise mais aprofundada com as mulheres do Rio Grande do Norte, a partir de entrevistas.

É importante salientar que a entrevista enquanto instrumento metodológico também possui suas limitações, pois corremos o risco de cair em uma retórica do discurso enquanto definidor da realidade. Por isso, partimos da concepção de uma entrevista que tinha como base uma perspectiva etnográfica. Contudo, aqui não trazemos a etnografia como apenas um método descritivo ou um empreendimento interpretativo dialógico para captar os significados do mundo social, pelo contrário, entendemos que ela é:

> Um exercício mais de dialética do que de diálogo, ainda que o último seja sempre parte da primeira. Além de conversa, ela impõe a observação da atividade e da interação, tanto formal quanto difusa; dos modos de controle

> e de constrangimento; do silêncio, assim como da afirmação e do desafio. Ao longo do percurso, os etnógrafos também leem diversos tipos de textos: livros, corpos, construções, às vezes até cidades (Holston, 1989; Comaroff e Comaroff, 1991; ver abaixo); mas devem sempre fornecer contextos aos textos e atribuir valores às equações de poder e significado que estes expressam. Os contextos tampouco estão lá, simplesmente. Também eles precisam ser analiticamente construídos à luz de nossos pressupostos acerca do mundo social (COMAROFF e COMAROFF, 2010, p. 13 e 14).

Neste sentido, as entrevistas são entendidas como um material dentro de um contexto mais abrangente que envolve também pesquisas documentais e bibliográficas para dar conta do contexto social e histórico. Por conseguinte, nas entrevistas é importante ir além das falas propriamente ditas, dado que, é essencial entender em quais contextos se produzem essas falas e também quais públicos desejam atingir, pois dependendo do público e/ou da situação estes discursos podem se modificar. Assim, torna-se fundamental o mapeamento cuidadoso de dados estatísticos, de pesquisas cientificas, de documentos oficiais, entre outros, para dar conta do cenário e não cair em ilusões retóricas (BOURDIER, 1996).

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro semiestruturado dividido em três blocos temáticos: a gestão do território, a participação política e o acesso as políticas públicas. Cada bloco possuía cerca de sete perguntas direcionadoras. Vinte e quatro entrevistas foram realizadas com as mulheres que participavam dos Territórios da Cidadania do RN. É importante destacar que, como dito anteriormente, priorizamos o contexto rural, portanto, realizamos as entrevistas a partir de indicações de mulheres que trabalharam nas ações dos Territórios dentro das comunidades rurais.

Nesse sentido, selecionamos de três a quatro mulheres de cada território para tentar abarcar a diversidade presente nos contextos territoriais do Rio Grande do Norte. Assim, alguns municípios visitados para a realização das entrevistas foram: Acari, Apodi, Areia Branca, Assu, Bom Jesus, Caicó, Currais Novos, João Câmara, Mossoró, Pau dos Ferros, Pendências, Riachuelo, São Francisco do Oeste, São Miguel do Gostoso, São Pedro e Touros.

“Quem é essa mulher?”: Reflexões sobre o perfil social, econômico e político das entrevistadas

Para construção de nosso roteiro de entrevista elaboramos, previamente, um pequeno cabeçalho para dar conta de entender um pouco melhor as especificidades de cada entrevistada. A partir dele conseguimos acessar o contexto social mais amplo no qual as mulheres estavam inseridas. Assim, montamos um certo perfil de mulheres que nos mostrou uma realidade comum a uma boa parte das sujeitas da pesquisa.

Algumas questões que abordamos no cabeçalho foram: idade, raça/etnia, escolaridade, atividades diárias, se eram beneficiárias de programas sociais e se participavam de alguma organização. A partir deste cabeçalho identificamos que a maioria das entrevistadas eram mulheres adultas, casadas e com filhos, que se autodeclaravam negras[4]. Quase todas possuíam o nível de escolaridade acima do fundamental e exerciam atividades rurais, como também atividades na área de educação, artesanato, entre outras.

Outra questão que é de fundamental importância e que num primeiro momento se mostrou contraditória, pois muitas diziam não acessar políticas sociais, mas que posteriormente, ao longo das entrevistas conseguimos identificar de forma mais coerente com a realidade, é que a maioria delas já acessou ou acessa seja por meio do PTC ou não, algum programa ou política social. Outro ponto de destaque é que a maioria das mulheres eram engajadas politicamente, participando de espaços de liderança ou de organização sindical e de mulheres.

Para entendermos esse quadro mais geral, organizamos em gráficos alguns desses dados. O que nos dará um panorama mais concreto de quem são essas mulheres atuantes nesse universo.

[4] Aqui utilizamos a categoria do IBGE que uni pretos e pardos para conformar a categoria negro.

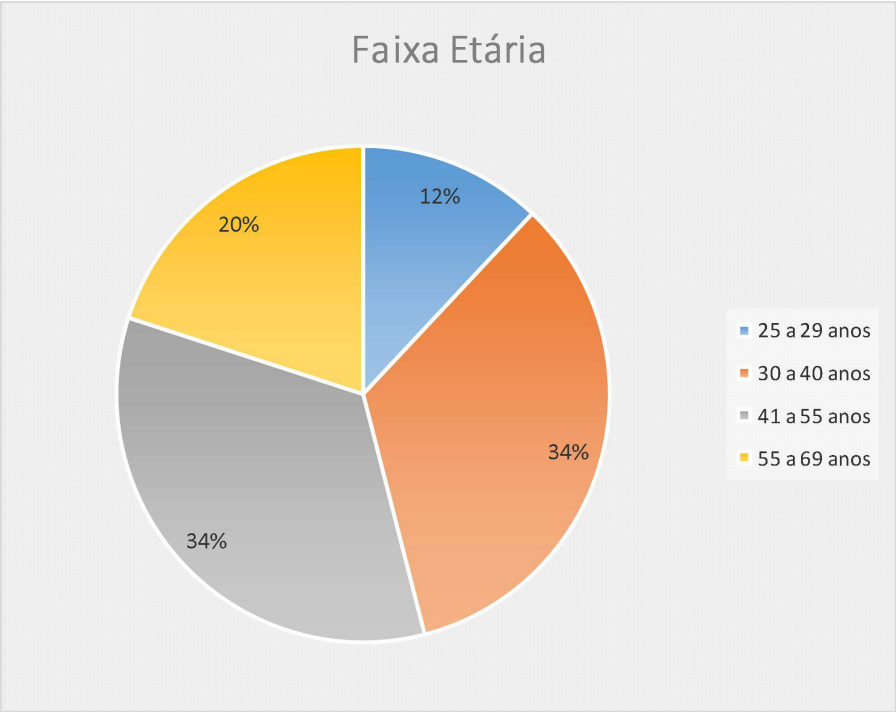


Figura 1 - Gráfico que mostra a faixa etária das mulheres entrevistadas

Primeiramente, como podemos ver na *Figura 1*, a idade é um ponto de destaque, uma vez que apesar de termos entrevistado mulheres de várias idades, o que prevaleceu são idades iguais ou superiores a 30 anos, somando 87% das entrevistadas. Conformando assim, como colocamos anteriormente, um universo de pesquisa que abrange mulheres adultas. Nesse sentido, apenas 13% das entrevistadas compunham a categoria juventude, ou seja, estavam na faixa etária até os 29 anos.

Tal dado revela que, em certa medida, apesar da juventude ser um grupo de expressividade em diversos contextos de engajamento social, no campo, a partir do recorte de atuação nos territórios, as mulheres adultas (30 a 55 anos) constituem maioria, chegando a 68% do total das mulheres atuantes que foram entrevistadas. Fato que nos leva a pensar como Delgado e Cardoso Júnior (2000) quando afirmam que a chamada "modernização da agricultura", durante as décadas de 1960 e 1970 contribuiu para a expulsão da juventude que buscou na cidade oportunidades de emprego e de estudo.

Brumer (2006) coloca que a busca por acesso a renda própria também é um dos fatores para a migração dos jovens rurais. Costa e Ralisch (2013), em sua pesquisa sobre a juventude rural do assentamento Florestan Fernandes, aponta para o fato de que da totalidade dos jovens pesquisados 66,6% tinham como perspectiva sair do campo. 22,2%

por de fato não se identificar com a vida no campo e assim almejar outras profissões, entre outros objetivos. Já os outros 44,4% efetivamente desejavam ficar, mas se viam obrigados a sair por não encontrar oportunidades de vida (boa renda, lazer/cultura, acesso à educação, às políticas públicas, etc.). Assim, o grande problema não está necessariamente com a não adequação da juventude ao rural, mas com a falta de mecanismos que possibilitem uma melhora na qualidade de vida no campo.

Contudo, apesar dessa realidade, dados estatísticos mostram que na última década caiu pela metade o êxodo rural, de 1,31% a média de habitantes que saem a cada ano da zona rural para 0,65% (IBGE, 2010)[5]. Tais fatos estão em consonância com a criação de estratégias governamentais criadas nas últimas décadas, tanto para a juventude[6] como para o rural[7]. Dessa forma, nossa pesquisa mostra um pouco essa realidade, dado que com a melhoria de vida e criação de oportunidades no rural, a juventude pode voltar ao campo. Tal fato se mostrou de forma evidente em nossa pesquisa, pois encontramos mulheres dos 30 aos 55 anos já estabelecidas, vivendo em comunidades rurais e desenvolvendo suas vidas, tanto como agricultoras, como também em outras profissões.

Outro ponto que chamou nossa atenção diz respeito à autodeclaração étnica/racial das sujeitas de nossa pesquisa. Como podemos visualizar no gráfico abaixo a grande maioria das entrevistadas se autodeclararam negras, do universo de 24 entrevistadas apenas 4 mulheres se autodeclararam brancas. Vale salientar que estamos denominando negras todas aquelas que se declararam pretas, pardas e quilombolas.

---

[5] Dados do Censo de 2010. https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/04/29/exodo-rural-cai-pela-metade-em-uma-decada-diz-ibge.htm

[6] "De 2005 a 2015, o Brasil experimentou uma década de políticas públicas de juventude. Um esforço nacional a partir, principalmente, de iniciativas do Governo Federal (durante os Governos Lula e Dilma). A construção de uma institucionalidade, implantada pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que criou a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, o Projovem, foi um marco para as políticas públicas de juventude" (CASTRO,2016).

[7] "Com investimentos, políticas públicas e o trabalho de homens e mulheres agricultores, o meio rural melhorou e a renda de quem produz cresceu. Entre 2003 e 2012, a renda agrícola dos domicílios de agricultores familiares teve um ganho real de 51%" (BRASIL, 2015)

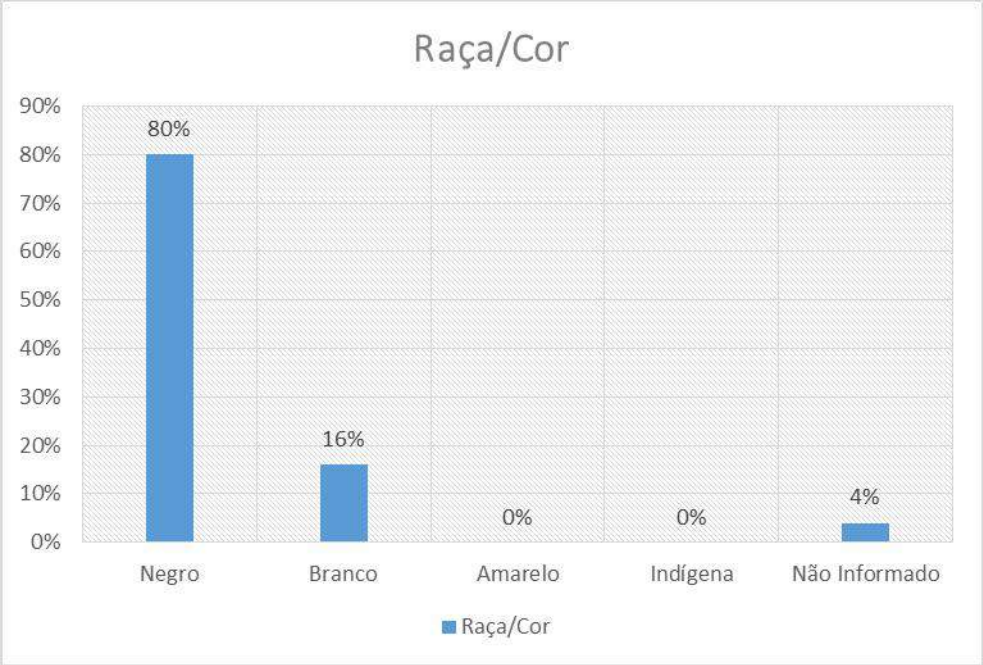


Figura 2 - Gráfico sobre Étnico racial das mulheres entrevistadas

Este dado mostra que estamos em consonância com as estatísticas oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, uma vez que, segundo os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD[8], os negros constituem a maioria populacional do nordeste, em torno de 74%. Dessa forma, nossa pesquisa se coaduna com um contexto mais amplo, apontando para o fato de que tem crescido, de uma maneira geral, a população autodeclarada negra no país. Segundo dados do último PNAD, a população brasileira está estimada em 205,5 milhões de habitantes, sendo que destes 44,2% se autodeclaram brancos, já na PNAD anterior de 2012, este número era de 46,6%. Assim, tais dados mostram que houve nos últimos anos um processo de enegrecimento[9] da população, que agora passa a cada vez mais se autodeclarar negra (preta e parda).

Podemos fazer um paralelo entre esses dados, a escolaridade das mulheres entrevistadas e o contexto social brasileiro, uma vez que, segundo dados do censo de

---

[8] IBGE, 2017 - https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149

[9] Significa que a população brasileira, nos últimos anos, vem se identificando/assumindo cada vez mais como negra.

2010[10], a população branca aparecia como a que recebia salários mais altos e que possuía níveis educacionais mais elevados. Contudo, no universo de nossa pesquisa, encontramos uma maioria negra, que possuía graduação e pós-graduação (46% das entrevistadas), entre as outras praticamente todas as mulheres são escolarizadas, visto que apenas uma se declarou como não-alfabetizada.

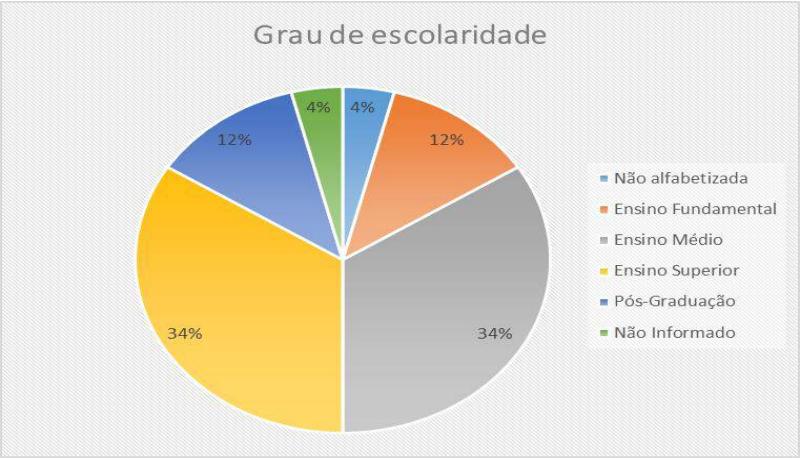


Figura 3 - Gráfico que mostra o grau de escolaridade das mulheres entrevistadas

Das 24 entrevistadas pelo menos 11 tiveram acesso ao ensino superior, algumas inclusive fazem ou já fizeram pós-graduação. De uma forma mais geral 80% das mulheres possuem ensino médio completo e tem construído suas profissões de formas diversas. Contudo, é importante salientar que das 24 mulheres, 17 permanecem no campo e tem a agricultura como uma de suas atividades principais, mesmo quando exercem outras atividades como artesanato, pesca, educação ou quando assume alguma função no sindicato, por exemplo.

Assim, acreditamos que com o processo de democratização, expansão e interiorização do conhecimento (dos ensinos médios, técnicos e superiores) no Brasil, houve uma pequena mudança no quadro social educacional que atingiu a realidade das mulheres rurais. Especificamente no Rio Grande do Norte, é evidente tal mudança, principalmente se consideramos as criações, aberturas e expansões de Institutos e

[10] Dados Oficiais retirados da página do Governo Federal - http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/07/censo-2010-mostra-as-diferencas-entre-caracteristicas-gerais-da-populacao-brasileira

Universidades nos territórios do Estado. O Instituto Federal Rio Grande do Norte atualmente possuiu 20 Campi, desses apenas 6 estão concentrados em cidades de médio e grande porte do Estado. Já a Universidade Federal Rural do Semi-Árido, possui 4 Campi, apenas um deles, o Campus Sede fica em Mossoró, os outros estão distribuídos em pequenas cidades da região e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte possui 5 Campi, sendo que quatro deles estão em cidades com menos de 70 mil habitantes.

Nesse sentido, tais fatos corroboram para nossa perspectiva de que esse quadro educacional das mulheres entrevistadas para a pesquisa não se deu aleatoriamente, pois nos últimos anos cresceram os investimentos e auxílios nesse processo. Assim, avaliamos que o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) instituído por meio do Decreto Nº 6.096 de 24 de abril de 2007, e a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) contribuíram para esse resultado da *figura 3* no que diz respeito ao nível de escolaridade das entrevistadas já que o intuito desta política buscou democratizar o acesso ao ensino. De início, tínhamos a preocupação de que estas mulheres não fossem representações legítimas de seus territórios e refletíamos sobre os motivos de suas indicações, uma vez que a maior parte delas fazia parte das gestões de seus territórios, como representantes das suas organizações e, por isso tinham um nível educacional considerável, sendo "gestoras" e já habituadas ao trato público. No entanto, nas entrevistas pudemos identificar que, de fato, há algumas com esse perfil, de articuladoras ou que prestavam assistência técnica, mas a maioria das entrevistadas tem como características o que nós, enquanto projeto, almejávamos; mulheres rurais, agricultoras, pescadoras, quilombolas, ou seja, a diversidade do campesinato de nossa região.

Com relação a essa diversidade, podemos encontrar nos exercícios das atividades diárias das mulheres que entrevistamos tais variedades características; elas são artesãs, professoras, donas de casa, agentes comunitárias, aposentadas, entre outras funções que exercem. Tais tarefas se misturam de modo que nenhuma delas exerce apenas e isoladamente uma atividade diária, no entanto, o que identificamos, como dito anteriormente, foi a predominância da atividade campesina, como por exemplo, trabalhar na roça, na horta, criar pequenos animais, a pesca, entre outras atividades que compõe este cenário.

Outro ponto que é importante destacar diz respeito ao acesso ou não, pelas mulheres, de programas sociais, nas respostas, em sua maioria, as mulheres se disseram não beneficiárias, contudo vale problematizar que quando falamos em programas sociais vem automaticamente a associação ao Bolsa Família que não é o único dentro do universo do Cadastro Único que abarca programas como; Minha Casa, Minha Vida; Benefício de Prestação Continuada (BPC); Programa de cisternas; Tarifa social de energia elétrica e entre outros. Quando perguntadas diretamente no cabeçalho do roteiro se acessavam algum programa social quase 80% das mulheres responderam que não, como podemos ver no gráfico abaixo:

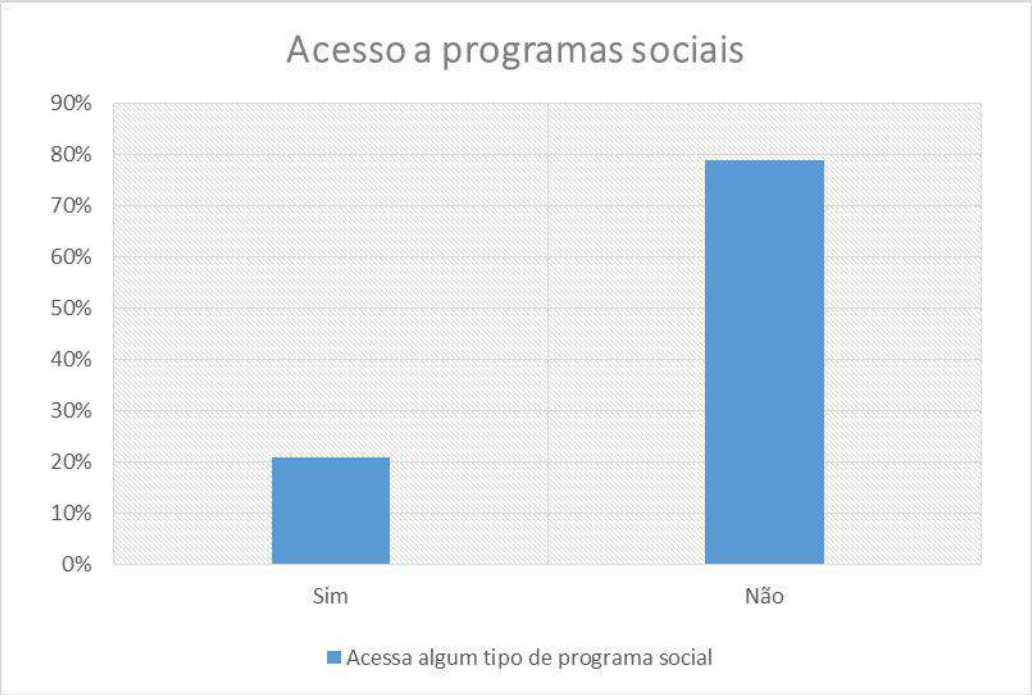


Figura 4 - Gráfico que mostra o índice de mulheres que dizem acessar ou não políticas sociais

Contudo, como colocamos anteriormente, este dado é contraditório ao que apareceu ao longo das entrevistas, principalmente no que diz respeito a políticas para o campo, como cisterna, entre outras. Assim, apesar de estas responderem que não acessavam políticas sociais, a realidade mostra que a maioria delas de fato acessavam algumas políticas, não pelo PTC de forma mais direta, mas através de outros meios. Tal

dado nos alerta para o fato de um certo desconhecimento do que seriam as políticas sociais e quais as implicações nisso no processo de construção de autonomia e renda.

Por fim, um último ponto de destaque se dá no fato de que as mulheres entrevistadas, em geral, eram atuantes politicamente dentro dos seus territórios, o que proporcionou uma compreensão mais situada e aprofundada sobre os pontos que desejávamos entender. Pois, foi interessante perceber que todas as mulheres que ocupavam cadeiras nas câmaras e comitês eram mulheres que já ocupavam posições de liderança política em seus territórios e/ou comunidades. 20 das 24 mulheres já eram organizadas, seja em movimento de mulheres, seja no sindicato ou mesmo em grupos da associação, vale ressaltar que das 4 não organizadas, 2 foram articuladoras territoriais pela universidade e 2 prestavam assistência técnica por alguma ONG.

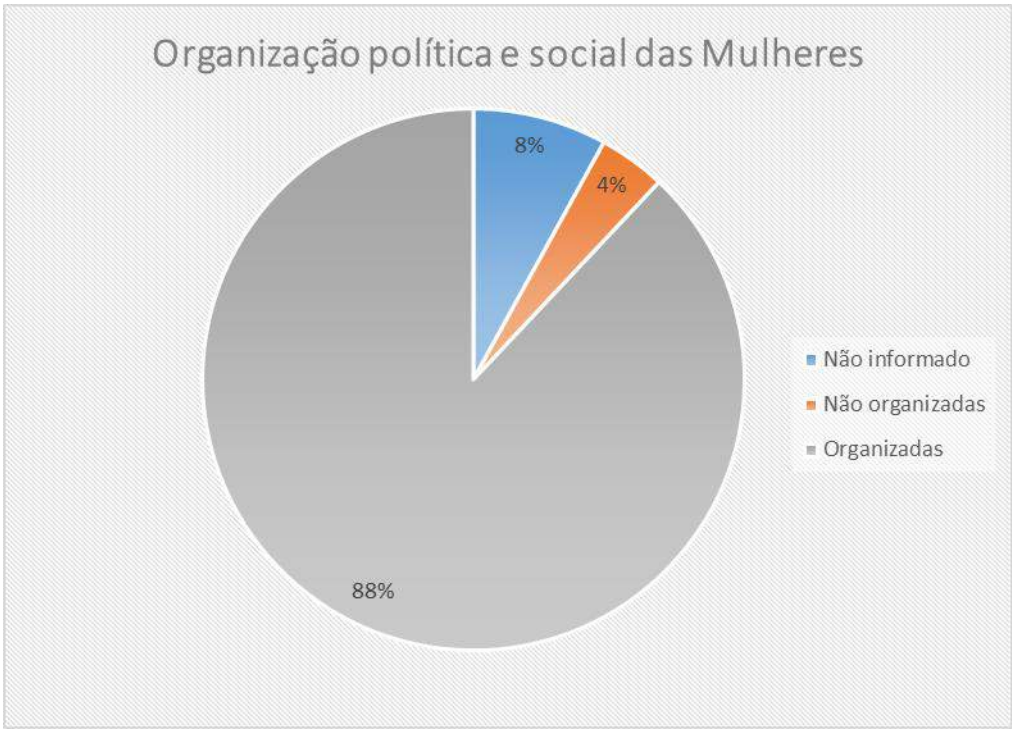


Figura 5 - Gráfico que mostra a organização político-Social das mulheres

Tais organizações se davam de diversas formas, em espaços de associações, sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais de trabalhadoras e trabalhadores do campo e coletivo de mulheres. Essa realidade não se constituiu de forma aleatória, pois as indicações das pessoas para as entrevistas se davam por suas inserções nos espaços de

construção do Programa Território da Cidadania, que em alguma medida tinha relação direta com as representações das organizações sociais e políticas presentes nos territórios.

A *figura 6* mostra que entre as mulheres organizadas 38% delas são auto-organizadas em movimento de mulheres, sejam nos comitês dos territórios, sejam em outros movimentos feministas ou sociais e 34% são sindicalizadas. É importante frisar que algumas mulheres sindicalizadas também fazem parte de grupo de mulheres, contudo, como afirmavam que suas atividades principais, nesse contexto, era ser dirigentes sindicais, optamos por destacar essa atuação. Entretanto, de uma forma geral, encontramos a organização em coletivo de mulheres com um grande destaque no universo de nossa pesquisa.

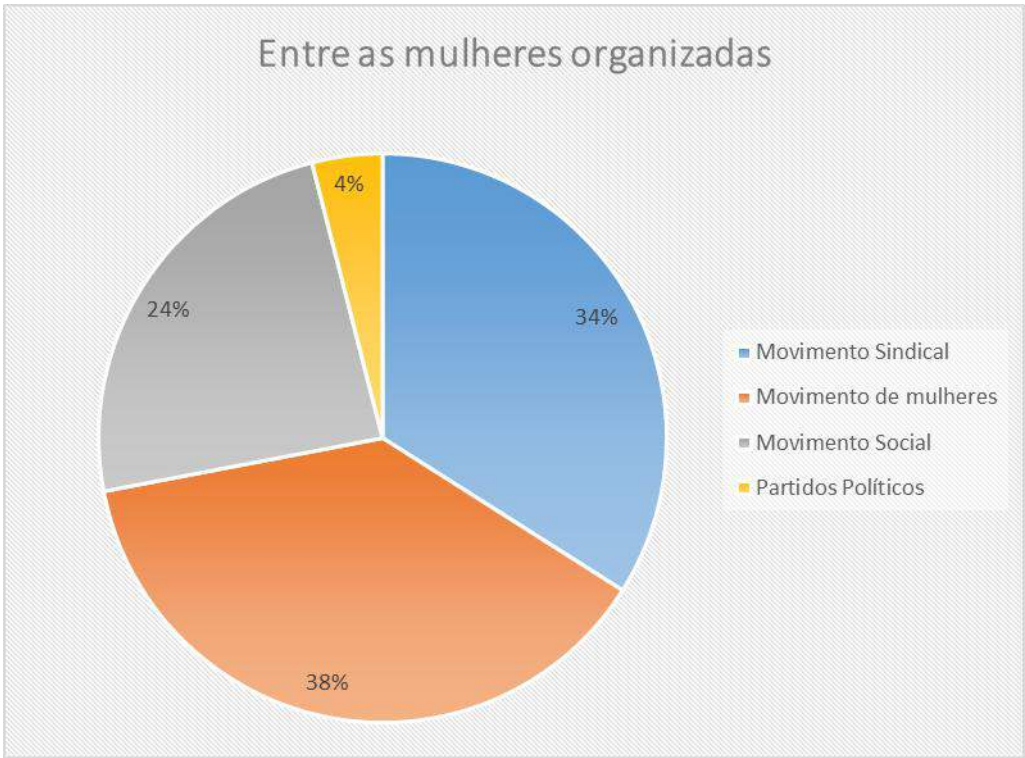


Figura 6 - Figura 3 - Gráfico sobre o tipo de organização das mulheres

Nesse sentido, tais mulheres organizadas conseguiam entender, participar e acessar as ações vindas pelo PTC de forma mais forte, pois onde havia Comitê de mulheres, estas participavam com mais efetividade do território.

Juntamente com esses dados mais estatísticos, as entrevistas nos trouxeram algumas questões para reflexão em torno desse protagonismo da atuação das mulheres

nesse contexto. Notamos, por exemplo, que as reivindicações, especialmente nos comitês de mulheres geraram não apenas demandas específicas das e para elas dentro do PTC, mas potencializou a auto-organização, de modo que em alguns territórios mesmo com a política fragilizada as mulheres continuam se encontrando, pautando suas demandas e reivindicando políticas públicas que visualizem a especificidade das mulheres do campo. Dessa forma, tais espaços organizativos geram protagonismo, autonomia, e potencializam a participação das mulheres.

Ao longo das entrevistas conseguimos também identificar que a maioria dessas mulheres conhece bem a política territorial, pois, quando perguntadas sobre o que é o PTC, encontramos as seguintes respostas: "O Território da cidadania é um espaço onde une sociedade civil e governo, e juntos discutem as políticas públicas da região" (Potengi. Entrevista realizada em 2018), "Ele é parte de uma estratégia de desenvolvimento realizada pelo governo federal no território da Cidadania" (Alto Oeste. Entrevista realizada em 2018).

Dessa forma, boa parte das mulheres sabia exatamente o que era este programa e quais suas implicações. Contudo, mesmo aquelas que não explicavam de maneira conceitual a política, conseguiam associar, entender e explicar o que era o PTC ao fazer relação com sua própria vivência, com a realidade de suas vidas, como por exemplo:

> Pra mim o que é? Na minha opinião, o programa território da cidadania é uma ajuda, é uma organização, né? Em prol de beneficiar mais as mulheres. Porque eu trabalho com artesanato, e agora mesmo hoje eu fui convidada pra participar de uma reunião no SEBRAE, né? Pra mim (é) ir (e) participar da feira (Potengi. Entrevista realizada em 2018).

Assim, mesmo quando não sabiam dizer, de maneira sistemática o que significava o PTC elas tinham a compreensão de que se tratava de um programa do Governo Federal que atuou em prol da melhoria de suas vidas.Partindo desses dados podemos construir uma percepção mais localizada e concreta sobre o perfil das mulheres e a partir disso analisar as entrevistas com mais base e concretude para entender suas participações políticas, suas demandas, quais acessos e dificuldades que elas encontram nesse processo, quais os recursos que chegam e as dificuldades em acessá-los, a questão da autonomia e renda das mulheres do campo, e o legado do PTC. Tais pontos foram

trabalhados nos capítulos que se seguem, mas principalmente no último capítulo deste livro.

Os resultados dessa pesquisa produzirão importantes análises que almejamos que possam subsidiar processos de construção e fomentação de políticas públicas que potencializem a atuação das mulheres, sua participação e autonomia na gestão dos territórios. Pois, partimos do pressuposto de que nossa pesquisa não pode se restringir a produção científica ou acadêmica sobre o tema, mas precisa ter uma inserção social, visto que, nos inspiramos na perspectiva de uma pesquisa-ação, que segundo Thiollent (1985, p. 14):

> É um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.

Para isso, através da construção de um seminário buscamos ao mesmo tempo pesquisar sobre a realidade das mulheres no PTC e construir reflexões coletivas de como atuar dentro do programa a partir de oficinas, mesas de debates e de espaços de convivência para troca de experiências entre as mulheres rurais dos vários territórios do Nordeste. Ainda com essa perspectiva nos propomos a realizar outro seminário com o objetivo de levar os resultados de nossa pesquisa para as mulheres atuantes nos territórios do Rio Grande do Norte. Assim, nosso intuito com este trabalho é contribuir a partir de uma pesquisa científica para uma reflexão crítica sobre o protagonismo das mulheres do campo e sobre as políticas públicas, refletindo em como estas podem colaborar para o melhoramento da vida e permanência no contexto rural.

Referências

ALMEIDA, Janaiky Pereira. **Organismos Internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina**. [Tese] Brasília: PPGPS/UnB, 2017.

BANDEIRA, Lourdes. **A contribuição da crítica feminista à ciência**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 1, n. 16, p. 207-228, jan. /abril 2008.

BRASIL, **Territórios da Cidadania**. [Cartilha] Brasília: Brasil, 2008.

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento Agrário:** 12 anos de transformações, lutas e conquistas**.** [Cartilha] Brasilia: MDA/Brasil, 2015.

BAUER, Martin W.; GASKELLl, George; ALLUM, Nicholas. 2005. Qualidade quantidade e interesses do conhecimento - Evitando confusões. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELLl, George, **eds**. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 4ª ed. Petropolis: Vozes, pp. 17-36.

BECKER, Howard S. **The epistemology of qualitative Research. Perspectives and formulations**. Prospect Heights, Il: Waveland, pp. 317-330, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. *In*: **VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**, 2006. Quito (Equador) Anais, 2006.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude**.** *In*: **Revista de Ciências Sociais,** nº45, jul/dez de 2016.

COMAROFF, Jean & COMAROFF, John. **Etnografia e imaginação histórica**. São Paulo: Revista Proa, nº 2, vol. 01, 2010.

COSTA, Fernando Luis Martins & RALISCH, Ricardo. A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). *In:* **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol 51, nº 3, jul/set, Brasilía, 2013.

DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. (Org.). **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural da Região Sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

JACCOUD, Mylène & MAYER, Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. *In:* **A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, pp. 43-94, 2008b.

LESSA, Sérgio. **Introdução à filosofia de Marx**/ Sérgio Lessa, Ivo Tonet. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008

LUKÁCS, György. **Existencialismo ou Marxismo**. São Paulo: Senzala, 1967.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas em três volumes**. V.3. Rio de Janeiro: Vitória, 1963.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *In*: **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PIRES, Álvaro. O Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. *In*: **POUPART et al. A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, pp. 43-94, 2008b.

REVEL, Jaques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

SANTOS, Michela Calaça Alves dos. **Rompendo a cerca do isolamento: as relações entre a Agroecologia e as questões de gênero**. [Dissertação]. Recife: PPGSS/UFPE, 2012

SILVA, Telma Camargo da. O fazer antropológico e a responsabilidade social de seus praticantes: algumas considerações iniciais. *In:* **Sociedade e Cultura**, vol. 6, núm. 1, janeiro-junho, Goiânia: UFG, 2003.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez,1985.

VICTORIA, Ceres G.; KNAUTH, Daniela R. & HASSEN, Maria de Nazareth. **A Pesquisa qualitativa em saúde**: Uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo editorial, 2000.

"Por mim, por nós, pelas outras": Mulheres, auto-organização e acesso às políticas públicas

Michela Calaça[11]
Janaiky Pereira de Almeida[12]
Nayara da Silva Araújo[13]

Introdução

Esse artigo tem como objetivo fazer um diálogo dos fundamentos teóricos que impulsionaram a proposta da pesquisa e estiveram presentes norteando os debates em reuniões, bem como a construção do instrumental metodológico. Para tais diálogos nos atentamos aos elementos de contradição e historicidade como partes da realidade social em sua dimensão de totalidade.

Nossa proposta é analisar os temas relacionados à vida das mulheres de forma ampla, ou seja, dar visibilidade as desigualdades, as explorações e opressões vivenciadas por elas e as estratégias de resistência que elas constroem. Compreendemos, nesta análise, que a participação das mulheres nos territórios da cidadania não é uma construção isolada, mas é parte da luta histórica das mulheres em seus processos individuais e coletivos de consciência e auto-organização.

Pretendemos que este artigo possibilite, aos/as leitores/as desse livro, reflexões sobre os elementos que estruturam as desigualdades e dificuldades enfrentadas pelas mulheres, em especial as camponesas, para atuarem em espaços públicos. Entende-se, portanto, que a atuação política das mulheres no Programa abordado não se trata apenas de ter ou não interesse na participação, mas das relações que permeiam a condição do ser mulher na sociedade e na particularidade do meio rural.

---

[11] Agrônoma (UFERSA), mestre em Serviço Social (UFPE), doutoranda em Ciências Sociais (PPGCS/UFCG), militante feminista do Movimento de mulheres Camponesas - MMC. E-mail: michela.calaca@gmail.com

[12] Profª do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFERSA, graduada em Serviço Social pela UERN, mestre em Serviço Social (UFPE), doutora em Política Social (UnB) e militante feminista da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). janaiky.almeida@ufersa.edu.br

[13] Graduada em Serviço Social pela UERN. naysilvaaraujo@hotmail.com

O Programa atuava de forma a pensar políticas para além do espaço rural, mas nossa pesquisa é voltada para o rural e o rural brasileiro é reconhecidamente diverso em biomas, em fauna, flora, mas também apresenta uma diversidade de sujeitos que o compõem: trabalhadoras/es rurais, agricultoras/es familiares, acampadas/os, assentadas/os da reforma agrária, povos indígenas, povos de terreiro, ciganas/os, quilombolas, açorianas/os, atingidas/os por barragens, mineradoras e hidrelétricas, extrativistas, seringueiras/os, quebradeiras de coco, populações de fundo e fecho de pasto, faxinalenses, pescadoras/es artesanais, ribeirinhas/os, aquicultoras/es familiares, caiçaras, marisqueiras/os, retireiras/os, geraizeiras/os, vazanteiras/os, pomeranas/os, pantaneiras/os, caatingueiras/os e quilombolas, entre outras identidades.

Para as camponesas organizadas na Via Campesina, independente das expressões de identidade que são frutos de histórias e lugares que deixam marcas nas pessoas, é possível construir uma unidade na diversidade, uma unidade classista em torno da identidade de classe camponesa, sendo essa a lógica utilizada nesse artigo. Quando nos referimos à camponesa e camponês, estamos pensando no elemento que dá unidade nesta diversidade que o pertencimento a classe trabalhadora e o fato de ser ligados de alguma forma a terra.

1 - A construção da desigualdade entre homens e mulheres

Na nossa pesquisa sobre a atuação das mulheres no Programa Território da Cidadania ficou explícito que nessa realidade também se expressa uma desigualdade entre o poder de participação e de decisão entre homens e mulheres. As mulheres entrevistadas em sua maioria falam das dificuldades que enfrentam para que sua voz seja ouvida. A pergunta que buscamos propor uma respostas nesse item é, porque isso acontece?

Tomando como pressuposto um dos temas centrais da pesquisa referente à realidade das mulheres no campo nosso debate sobre a condição de desigualdade vivenciada pelas mulheres perpassará a organização do trabalho social ao longo do desenvolvimento histórico das relações sociais na sociedade. Iniciaremos com o diálogo

sobre a organização do trabalho social no meio rural e a importância do trabalho das camponesas na atualidade.

O advento da agricultura no mundo, foi uma das maiores invenções da humanidade, (CHILDE, 1981b,) antes dela, as pessoas se alimentavam a partir da caça de animais e da coleta de produtos vegetais, o que, não permitia que a população crescesse e se estabelecesse em um lugar. Essa realidade trazia grande vulnerabilidade aos clãs, uma vez que ficavam sujeitos a questões climáticas, pois detinha abrigos frágeis, como também a quantidade de alimento nem sempre era suficiente. Alguns autores irão defender que nesse período existiam diferenças no trabalho de homens e mulheres, mas ligadas as condições biológicas, e que isso não conduzia a uma desigualdade (REED, 2008), enquanto outros autores irão dizer que na medida em que o trabalho era dividido por sexo, já se estabelecia um processo inicial de desigualdade. (TABET, 2014).

Reed (2008, p.54) descreve essa realidade da seguinte forma: "*Os homens eram caçadores, ocupação de tempo integral que os mantinha longe de casa ou do acampamento durante períodos muito longos. As mulheres recolhiam os produtos vegetais do campo e das proximidades das habitações"*. A existência dessa divisão sexual do trabalho nos parece ser um consenso entre os historiadores/as, antropólogos/as e arqueólogos/as que já estudamos.

Entendemos que a desigualdade não se estabelece nessa realidade por questões bastante pragmáticas, o principal trabalho que garantia a manutenção da vida na comunidade era o realizado pelas mulheres. Detalhando melhor, quando a comida ainda não era plantada, ou seja, não existia a agricultura, não existia a possibilidade de planejar a obtenção de alimentos, nem muito menos a estocagem. Diante disso, é a coleta dos vegetais que garantia a sobrevivência das comunidades, e esse trabalho era realizado pelas mulheres, já que a caçada, sendo uma luta, provavelmente, nem sempre possibilitava voltar com a presa.

Em contraposição, a colheita dos vegetais era garantida, uma vez que, à medida que o tempo passava, melhor se conhecia os lugares onde encontrar comida, quais comidas estavam disponíveis em cada época. E nesse processo de coletar, observar o desenvolvimento das plantas, foi o trabalho realizado pelas mulheres que possibilitou o

salto histórico que representou a invenção da agricultura, tratada por Childe (1981 e 1981b), como a revolução neolítica.

Reed (2008) vai nos trazer diversos exemplos de pesquisadores que descobriram em seus trabalhos o papel desempenhado pelas mulheres na passagem do período coletor para o período produtor. Ela cita Tufton Mason, na sua obra "*Women´s share in primitive culture*" – A participação da mulher na cultura primitiva –, traz ainda Alexandre Golden Weiser em "*Anthropology"* – Antropologia – e Engels, com a *Origem da família, propriedade privada e do Estado*, que em sua obra cita vários trabalhos demonstrando o papel fundamental dos trabalhos realizados pelas mulheres no descobrimento da agricultura.

Reed (2008) após demonstrar a importância do trabalho da mulher nesse período, vai escrever:

> Resumindo, durante um período em que os homens se ocupavam exclusivamente da caça e da guerra, as mulheres desenvolveram a maior parte dos instrumentos, dos conhecimentos e técnicas que estavam na base do progresso social. Da colheita espontânea de frutos, passaram à horticultura rudimentar e depois à agricultura. (REED, 2008 p. 33)

Trazemos esses relatos históricos na busca de discutir a importância do trabalho realizado pelas mulheres ao longo do desenvolvimento da humanidade, mas também com o intuito de valorizar o trabalho das camponesas na contemporaneidade, que mesmo plantando, colhendo, beneficiando e vendendo sua produção, tem o valor seu trabalho relegado à condição de trabalho reprodutivo, não porque esse não seja importante, ou porque não gere renda, mas única e exclusivamente por ser realizado por mulheres.

Nos diálogos sobre trabalho entendemos a sociedade como uma construção dos seres humanos, como produto das relações entre eles/as e a natureza, mediados pelo trabalho, ou seja, os elementos naturais, aqueles que são frutos de uma origem biológica, são apenas um elemento da condição humana, mas um elemento que mesmo sendo muito importante, ele é o tempo todo reconstruído e ressignificado a partir das necessidades sociais.

> Cada modo específico de atualização da força de trabalho nem é atividade inerente ao homem ou à mulher nem deriva de uma necessidade inerente aos representantes de um ou outro sexo. A atividade trabalho, nas diferentes formas que assume ao longo da história, não é senão o resultado histórico da luta do ser humano (homens e mulheres) com a natureza no processo social de produção de sua vida (SAFFIOTI, 2013, p.70).

Partimos dessa ideia para deixar evidente que, não são as diferenças biológicas que dão significado às desigualdades construídas entre homens e mulheres, nem entre brancos e negros, nem entre as classes sociais, são as relações sociais de produção e a superestrutura que ela gera, que se construíram ao longo da história e possibilitaram que hoje a desigualdade seja naturalizada.

No rural essa desigualdade se expressa por vários meios, e um deles é o acesso à propriedade da terra. Esse é o primeiro elemento para refletirmos sobre a condição das mulheres no meio rural. No mundo, as mulheres são cerca de 50% da população, mas no que se referem à propriedade da terra, dados do Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), citados por Lopes e Butto (2008), indicam que as mulheres têm apenas cerca de 1% das propriedades rurais.

No Brasil, as mulheres representam 49,95% da população e no meio rural são 47,9% (BRASIL/MDA, 2011), no entanto detêm apenas 12,68% da posse da terra, o que representa 5,5% da área agrícola (OXFAM, 2016)[14]. Ainda que a porcentagem de posse da terra por mulheres seja baixa, ela vem aumentando a partir da Portaria nº 981/2003, que efetivou a Titulação Conjunta Obrigatória para mulheres e homens acessarem a terra pelo programa de reforma agrária. Nele, as mulheres são mais de 50% das beneficiárias, mas fora dele ainda é possível perceber muitas mulheres destituídas do direito de herdar a terra dos , como se a elas coubessem casar e morar nas terras do marido, situação demonstrada por Deere e León (2002), em estudo sobre a América Latina.

No que se refere à propriedade dos estabelecimentos rurais os homens são responsáveis por 4.519.261 estabelecimentos (87,32% do total), enquanto as mulheres

---

[14] Os dados apresentados pela OXFAM são extraídos do censo agropecuário 2006. Publicação disponível em 05 de janeiro de 2017, no link: www.oxfam.org.br/publicacoes/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural.

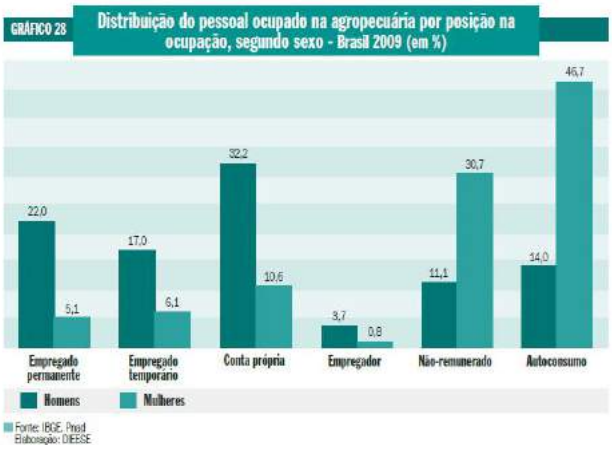
eram responsáveis por 656.228 (12,68% do total) (IBGE, 2009b, Tabela 1.1.2) (NOBRE, 2012).

Outro elemento central para entender a situação vivenciada por elas é a divisão sexual do trabalho, caracterizada pela separação e pela hieraquização dos trabalhos a partir do sexo de quem o realiza. Faz-se a distinção de que uns trabalhos são de mulheres e outros, de homens, e cria-se uma hierarquia entre eles, onde um é melhor ou mais importante que o outro. (KERGOAT, 2009).

No rural, também há divisão sexual do trabalho, embora seja ainda mais ilusório[15]. As camponesas fazem todos os tipos de trabalho no rural, como trabalharemos melhor a partir do trabalho de SANTOS (2012). Para as mulheres não existe divisão real entre trabalho produtivo e reprodutivo elas fazem as duas atividades. No caso dos homens, majoritariamente estes estão apenas no âmbito do trabalho externo ao espaço doméstico e não fazem o trabalho de cuidados, na maioria dos casos, considerado apenas como responsabilidade das mulheres.

Os dados levantados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e apresentados na publicação Estatísticas do Meio Rural 2011 (BRASIL/MDA) indicam que 66,4% das mulheres rurais são consideradas trabalhadoras inativas (Gráfico 1). Esse dado revela certa discriminação[16] contra as mulheres rurais, pois indica que o trabalho realizado por elas não é considerado trabalho, e sim ajuda ou mesmo uma atividade natural pelo fato de ser mulher. A mesma pesquisa apresenta onde está empregado majoritariamente o trabalho das mulheres camponesas.

Gráfico 1. Distribuição por ocupação na agropecuária, segundo o sexo.



[15] Consideran … como em muitas profissões desenvolvidas … homem e do que é trabalho de mulher. Os tip … nos distintos espaços rurais. Referente ao c … e na conceituação de divisão sexual do trab … urso do desenvolvimento das relações sociai … adas a produção e manutenção da família, a e … is, plantação, etc). No entanto, pelo quintal s … tais atividades nunca foram reconhecidas c …

[16] Para comp … **e do trabalho feminino nas estatísticas,** … em: http://www.ibg … ondas/232-1.doc

Fonte: Estatísticas meio rural 2011. BRASIL/MDA, 2011.

O gráfico acima nos possibilita trazer a discussão sobre o termo "ajuda" como outra categoria para entender o trabalho na vida das camponesas. O trabalho por elas realizado é reconhecido nas comunidades, e às vezes por elas mesmas, apenas como ***ajuda***. No entanto, cabe refletir sobre o sentido dessa palavra como forma de desvalorização do trabalho realizado por elas. Na pesquisa realizada por SANTOS (2012), foram entrevistadas 33 camponesas de três territórios do estado da Paraíba com questões sobre qual o trabalho das mulheres no rural. As entrevistadas falaram sobre os tipos de trabalho realizados no campo, por exemplo:

> 1) Ana[17]*: "a mulher na agricultura trabalha, trabalha assim na enxada, no roçado, às vezes, trabalha em casa, fazendo as obrigações da pessoa"*; 2) Maria: *"Eu tiro leite, boto ração, fazia tudo, agora não, que a gente tá mais velha tem que poupar um pouco, quando eu me cansei de arrancar calvão de baixo da terra, eu fiz, tudo no mundo eu fazia, o que tinha na roça eu fazia, mas eu não deixo de plantar meus plantio não*"; 3) Joana: "*meu pai sempre trabalhou e botava agente pra trabalhar em roça né, a gente alimpava muito, plantava, catava, o que tocava pra ele, apanhei muito algodão também, muito algodão*." (SANTOS, 2012. p. 89-90)

No estudo as mulheres sempre se referiam a algum trabalho que, onde elas vivem, era considerado trabalho de homem. No entanto, percebe-se que essa categorização variava entre as comunidades. De forma geral, as mulheres rurais da Paraíba exerciam todos os trabalhos do campo, o que possivelmente não deve ser diferente em outros estados.

Da mesma forma, podemos perceber uma divisão sexual, com a categorização do trabalho em "leve ou pesado", usando como parâmetro quem o realiza. Segundo

[17] Foram adotados nomes fictícios para preservar a identidade das mulheres.

demonstra Paulilo (1987. p.7), "*Trabalho leve não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é "leve" se pode ser realizado por mulheres e crianças*."

Diante esses elementos, constata-se a necessidade de se compreender o real significado e valor do trabalho das mulheres camponesas, uma vez que elas também são responsáveis pelo trabalho realizado no roçado (produção tida como principal da família), e que muitas vezes apenas os homens levam o crédito pelo feito, como se no roçado elas só ajudassem. SANTOS (2012) demonstrou a importância desse trabalho realizado pelas mulheres nos relatos sobre as cobranças que recebiam dos maridos quando não chegavam cedo ao trabalho na roça.

As camponesas não apenas fazem todo tipo de trabalho, como na maioria das realidades são responsáveis pela segurança alimentar da família e pela geração de renda. Embora a produção seja considerada pouca, ocorre continuamente, não apenas em safras, pois é realizada nos arredores de casa, a partir do beneficiamento dos produtos, da produção de doces, biscoitos, bolos, óleos e outros produtos alimentícios, e também artesanatos. Geralmente o objetivo dessa produção é o autoconsumo e o atendimento de pequenas demandas do dia a dia.

Para o Estado brasileiro, até pouco tempo atrás, esses elementos eram invisíveis. Foi a organização das camponesas que trouxe à tona a necessidade de as políticas públicas enxergarem e valorizarem seus trabalhos, assim como na cidade foi e é a luta organizada das mulheres que denunciam a desigualdade salarial, os empregos mais precários dentre várias outras situações que caracterizam a desigualdade no trabalho e na vida cotidiana.

Quando refletimos sobre as desigualdades na vida das mulheres, seja no campo ou na cidade, é fato que a desigualdade se estabeleceu ao longo da história e muitas foram as ferramentas utilizadas para isso. Beauvoir (1980) vai demonstrar ao longo do seu trabalho que a biologia, a religião, a filosofia, o Estado, a família, entre outros, foram fundamentais para construir essa ideologia[18] que as mulheres são inferiores, e menos aptas aos espaços públicos quando comparadas aos homens.

---

[18] Ideologia aqui pensada como Marx a utilizava, como uma falsificação da realidade.

Mas precisamos apresentar, como entendemos que essa desigualdade surge, como saímos de uma situação de igualdade[19], onde o trabalho da mulheres garante a manutenção da vida na comunidade, para uma situação de dominada, explorada e oprimida.

Engels (2002), nos ajuda a desvendar, baseado nos principais estudos antropológicos de sua época vai demonstrar que é no surgimento da propriedade privada que representará a derrota histórica das mulheres, pois é no surgimento da possibilidade de acumulação de bens e propriedades que mudará a forma dos seres humanos se relacionarem entre si e trará a necessidade do homem de garantir que a herança aos seus descendentes. "[...] E., quando a propriedade privada se sobrepôs à propriedade coletiva, quando os interesses da transmissão por herança fizeram nascer a preponderância do direito paterno e da monogamia, o matrimônio começou a depender inteiramente de considerações econômicas." (ENGELS. 2002, p. 80).

Baseada também em Engels, Beauvoir (1980. p. 74) irá resumir: "A propriedade privada aparece: senhor dos escravos e da terra, o homem torna-se também proprietário da mulher. Nisso consiste "a grande derrota histórica do sexo feminino".

Esse é um elemento importante para discutir a imbricação entre classe, sexo e raça, pois é a propriedade privada dos meios de produção um elemento organizador da sociedade capitalista. Como discute Harvey (2014), ela é uma das contradições fundamentais no capitalismo contemporâneo.

1.1 - Capitalismo, patriarcado e racismo: enovelados para garantir a exploração

O capitalismo surge como fato histórico sob a égide da luta por liberdade, igualdade e fraternidade, promessas de seu momento revolucionário que ele só conseguirá cumprir aos que detém a propriedade privada dos meios de produção. O capitalismo não originou as desigualdades de sexo e raça/etnia, mas ele se apropriou

[19] Quando nos referimos à situação de igualdade estamos situando historicamente um período anterior ao estabelecimento dos modos de produção como forma de organização econômica e social da sociedade. Falamos da condição de igualdade numa divisão de trabalho sem hierarquia de importância ou de exclusividade para um ou outro sexo em algumas comunidades coletivas.

delas e lhes deu novos contornos à exploração do trabalho. (BEAUVOIR, 1980); (ALVES e PITANGUY 2003)

O elemento fundamental da existência do capitalismo é a existência da propriedade privada dos meios de produção que possibilita a exploração da força de trabalho, que se expressa na mais-valia, ou seja, que se expressa na quantidade de trabalho não pago, que é apropriado pelo capitalista. Nessa realidade o capitalismo coloca a exploração do trabalho reprodutivo[20] das mulheres em novas bases, pois ele irá além de servir a reprodução de mais força de trabalho, ele também, tem o papel de ampliar a mais-valia, seja na medida em que as mulheres (juntamente com as crianças) receberam salários mais baixos e as piores condições de trabalho, ou, pelo trabalho gratuito realizado por elas em nome do que seria seu papel natural de cuidadora, que exime o resto da sociedade (Estado, empresas e homens) de se responsabilizar pela reprodução social.

De acordo com o Dieese (2011), no Brasil, o tempo médio semanal de horas dedicado aos afazeres domésticos das mulheres é superior em mais de 100% em relação aos homens, mesmo quando ambos exercem atividades de trabalho fora do espaço doméstico. Para os homens o tempo de trabalho semanal dedicado aos afazeres domésticos é de 9,8 horas, enquanto o das mulheres é de 22,4 horas.

Os estados brasileiros onde as trabalhadoras apresentam uma maior jornada de trabalho são, por ordem: Alagoas (63,1 horas totais e 28,6 de trabalho doméstico); Amapá (62,1 horas totais e 23,3 de trabalho doméstico); Pernambuco (61,9 horas totais e 24,5 de trabalho doméstico); Ceará (61,5 horas totais e 24,7 de trabalho doméstico) e São Paulo (59,8 horas totais e 20,8 de trabalho doméstico). Em 10ª posição do ranking está o Rio Grande do Sul, com 21,1 horas semanais de afazeres domésticos e com a jornada total de 59,1 horas.

De acordo com o Instituto Observatório Social (2012) no Rio Grande do Norte, a participação em horas semanais no mercado de trabalho para os homens é de 41,9, enquanto para as mulheres é 34,3. Já a média de horas gastas com afazeres domésticos é

---

[20] Frisamos o trabalho reprodutivo, pois o trabalho produtivo será explorado na mesma lógica que o trabalho masculino, sendo que ainda de forma mais precarizada.

de 10,1 para os homens e 24,6 para as mulheres, equivalendo na soma total de horas trabalhas 52 e 58,9, respectivamente.

Dessa forma, o capitalismo é imbricado com mais dois sistemas que se autossustentam, agindo como um tripé de sustentação, que garante a máxima exploração do trabalho, ou seja, o que queremos dizer é que o capitalismo, o patriarcado e o racismo são base de sustentação uns dos outros e dessa forma devem ser combatidos, sempre de forma articulada.

A categoria patriarcado, que para nós é, como coloca Delphy (2009), uma forma social em que os homens detêm o poder. (p.173), pode também ser entendida como coloca Pateman (1993, p. 39): "[...] a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens", mas precisa ser entendida com mais elementos do que a relação homem mulher, pois o patriarcado se expressa mesmo na ausência de homens e sendo sua materialidade garantida pela divisão sexual do trabalho, não pode ser entendido, sem discutir seu papel na exploração do trabalho da mulher.

O patriarcado é um sistema que se baseia na exploração do trabalho (produtivo, reprodutivo, sexual, emocional, etc) das mulheres, pelos homens. O patriarcado cria uma desigualdade que geram dominação, violência e exploração das mulheres, gerando assim conflitos entre homens e mulheres. Isso não torna homens e mulheres inimigos, mas concede privilégios aos homens - só pelo fato de serem homens - que, são apropriados por eles de forma parcial, uma vez que o Estado e a burguesia são os principais representantes dos benefícios desta exploração, pois lucram e aumentam seu poder a partir da super exploração do trabalho das mulheres. Como explica, Saffioti (2013, p. 73), que "Seria ilusório, todavia, pensar-se que a maior exploração de que é alvo a mulher reverte em benefício do homem.".

Saffioti (2004) sintetiza o porquê entendemos o patriarcado como um sistema, da seguinte forma:

> 1 – Não se trata de uma relação privada, mas civil; 2 – Dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. [...]; 3 – Configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4 – Tem uma base material; 5 – Corporifica-se; 6 – Representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. (SAFFIOTI, 2004, p. 58).

Ou seja, o patriarcado é um sistema, e tem sua base material sustentada na divisão sexual do trabalho e no uso da violência, sendo as suas categorias a expressão corporificada da construção patriarcal.

A outra perna desse sistema é o racismo, que é caracterizado pela existência de um grupo de pessoas que é discriminado com base em características que as inferioriza e que lhes seriam naturais enquanto grupo. Essa estratégia de dominação e poder é usada ao longo da história como forma de dominação colonial e dessa forma não aconteceu apenas com pessoas negras, mas é o povo negro quem mais foi e continua sendo vitima desse sistema.

Na história da colonização, a inferioridade dos grupos colonizados sempre era baseada em características ditas naturais, ou seja, no racismo. Aconteceu, por exemplo, na colonização espanhola pela Europa, onde brancos exploraram brancos, ainda a partir de uma lógica de superioridade natural, mudaram sua cultura, sua língua e sua organização social. Outra população que sofre com racismo e não é necessariamente ligada à cor da pele é a população judia. O racismo guarda uma aproximação direta com o debate de patriarcado, que também atribui à natureza a sua construção de exploração e desigualdade.

Mas é importante frisar que, mesmo entendendo que o racismo é estrutural, pois ele decorre da necessidade de subjugar um povo para explorar ainda mais o seu trabalho, no Brasil (e também em várias partes do mundo) o racismo é majoritariamente sofrido pela população negra.

Callinicos (2000), defendendo que o racismo atual é uma invenção do desenvolvimento capitalista, faz todo um apanhado histórico para demonstrar que, nos períodos pré-capitalistas, o “rascimo” que existia era de outra ordem, e discute como os interesses de exploração do período de surgimento do capitalismo cria o que hoje chamamos de racismo.

> O racismo **como o conhecemos hoje** desenvolveu-se durante um período chave no desenvolvimento do capitalismo enquanto modo de produção dominante em escala global - o estabelecimento das plantações coloniais no 'Novo Mundo', durante os séculos 17 e 18, utilizando o trabalho escravo importado da África para produzir

> bens de consumo como tabaco, açúcar e algodão para o mercado mundial. (CALLINICOS, 2000. p.14). (Grifos nossos).

Como o capitalismo se estabelece a partir da diferença entre a subsunção real e a subsunção formal, em que o discurso da igualdade vem no intuito de esconder a desigualdade real, se impõe a necessidade de justificativas mistificadoras das desigualdades. Assim se faz com as mulheres, assim se faz com as questões étnico/raciais.

No entanto, como temos tentado demonstrar nesse artigo o sistema capitalista e o racismo atuam de forma diferenciada na vida de mulheres e homens, diante disso, o enfrentamento as questões criadas por esses sistemas muitas vezes vão acontecer por meios e de formas diferentes, para mulheres, mas no nosso entendimento são lutas que podem se complementar, se tiverem a mesma estratégia, o fim desse sistema imbricado.

Exemplo do entrelaçamento entre o capitalismo, o patriarcado e o racismo se expressa no âmbito do trabalho. No Brasil, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) 2014, 39,08% das mulheres negras ocupadas estão inseridas em relações precárias de trabalho, seguidas pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (26,9%) e homens brancos (20,6%).

Como forma de enfrentamento a estas desigualdades, as mulheres, como parte da classe trabalhadora, vem desenvolvendo ações de contestação as suas realidades de exploração e dominação. De acordo com Hirata e Kergoat (2007, p. 596), foi com a tomada de consciência de uma "opressão" específica que o movimento das mulheres teve início, tornando-se então coletivamente "evidente" que uma espantosa massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres.

2 - **"As mulheres são como as águas, crescem quando se juntam."**

Ao longo da história da humanidade as mulheres sempre fizeram parte das lutas contra os exploradores e opressores, elas também tiveram em lugares de dominação de classe. No entanto, como dissemos no item anterior, quando as mulheres identificam e vivenciam opressões e explorações fruto especificamente da sua condição do ser mulher na sociedade elas também começam a se auto-organização.

Nem sempre essa organização de mulheres para luta por igualdade e/ou por direitos foi chamada de movimento feminista. Bons exemplos disso é a greve das trabalhadoras têxteis no Brasil em 1917, como também a organização de mulheres dentro dos partidos de esquerda, a luta das camponesas de resistência à colonização, entre outras.

Nesse sentido, buscando trazer como parte da luta feminista as mulheres que as vezes nem reconheceram sua luta como tal, iniciaremos essa discussão da luta feminista a partir da realidade camponesa. Esse é um exercício que nos desafia, pois os registros historigráficos são parcos.

Iniciaremos resgatando a luta das mulheres indígenas que na América Latina como um todo lutaram contra os colonizadores. Em todos os países da América Latina conta-se história de mulheres lutadoras. Mas na maioria das vezes, tais histórias não aparecem descritas em registros oficiais. São as próprias lutadoras atuais que buscam resgatar seu berço histórico.

No Paraguai, existe a história da índia Juliana[21], que armou uma emboscada contra os colonizadores que abusavam sexualmente das indígenas, mas foi entregue e foi brutalmente assassinada. Outra indígena que lutou contra os colonizadores foi a Bartolina Sisa[22], indígena Inca que nasceu em Cantón de Caracato del Ayllu, em 24 de agosto de 1753, também assassinada pelos espanhóis. Hoje, pelo reconhecimento de sua resistência, o maior movimento auto-organizado de camponesas e indígenas da Bolívia leva seu nome, a Confederación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia "Bartolina Sisa" (FNMCB).

No Brasil, não foi diferente, muitas indígenas e negras lutaram contra os exploradores e opressores, e criaram estratégias de resistência à dominação colonial escravocrata, como exemplo podemos trazer Dandara[23], liderança que fundou o quilombo de Palmares em Alagoas e foi responsável pela libertação e o acolhimento de muitos negros e negras fugidos. Essas três camponesas entre outras mulheres da classe

---

[21] Sobre a índia Juliana do Paraguai, disponível em: http://siemprelatina.com/latinas_destacadas/la-india-juliana/ acesso em: 03/04/2018

[22] Sobre Bartolina Sisa, disponível em: http://www.lhistoria.com/biografias/bartolina-sisa acesso em: 03/04/2018

[23] Sobre dandara, disponível em: http://www.palmares.gov.br/archives/33387 acesso em: 03/04/2018

trabalhadora levou as mulheres dos movimentos campesinos da América Latina, criar uma consigna que diz: "*Tentaram nos matar, mas não sabiam que éramos sementes*."

A organização das mulheres da classe trabalhadora[24], em partidos, em movimentos sociais de luta pela terra, de luta por direitos, em movimento feministas, mulheres de movimentos guerrilheiros, também são parte desse leito histórico das camponesas que hoje constroem o feminismo camponês e popular. Buscaremos aqui apresentar um pouco sua história e lutas no Brasil.

A compreensão das camponesas sobre sua condição na sociedade fez com que, nos anos 80 (início da abertura democrática no Brasil), as mulheres camponesas passassem a discutir a necessidade de novas formas de organização onde fossem vistas como trabalhadoras, e não mais como ajudantes ou apenas esposas de alguém. Assim, nasceu a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que reuniu diversos coletivos de camponesas organizadas em diferentes unidades da Federação. Parte dessas organizações estaduais darão origem ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

A primeira reivindicação coletiva, enquanto mulheres camponesas brasileiras, para o Estado foi o reconhecimento dos direitos previdenciários na Constituição de 1988. Essa luta foi travada por camponesas do país inteiro, mas as conquistas constitucionais foram apenas um primeiro passo, pois cada direito conquistado teria que ser regulamentado o que demandava maior necessidade de organização.

Por meio de seu processo de auto-organização as conquistas se seguiram e em 1991, as mulheres rurais passaram a ter direito à aposentadoria rural; em 1992, ao auxílio de acidente de trabalho, luta das mulheres e direito conquistado para homens e mulheres; e em 1994, ao salário maternidade. A cada conquista se percebia que ainda existiam muitas ausências de direitos no campo. Muitas camponesas não puderam ter acesso à maioria desses direitos conquistados, pois elas não existiam legalmente, ou seja, muitas camponesas não tinha nem mesmo certidão de nascimento. Em 1997, a ANMTR iniciou a campanha "Nenhuma Trabalhadora Sem Documentos", campanha que passa a ser Programa de Governo em 2003.

---

[24] Aqui entendida de forma ampla, como todas as pessoas que vivem do seu trabalho e não da exploração do trabalho de outro,

Na continuidade das lutas e com intuito de dar visibilidade ao trabalho e às demandas das mulheres camponesas, aconteceu em 2000 a primeira Marcha das Margaridas. A marcha das Margaridas é uma ação realizada pelas mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) que mobiliza as camponesas sindicalizadas dos país inteiro em luta por políticas públicas. Sua segunda edição ocorreu em 2003, passando a ser uma atividade realizada a cada quatro anos.

A Marcha das Margaridas não se trata apenas de um evento esporádico, mas um processo que dura mais de um ano de preparação, com formação, montagem de pauta e negociações com o governo. A última, realizada em Brasília, em 2015, contou com a participação de aproximadamente 100 mil mulheres camponesas de todo o País. A coordenação da Marcha das Margaridas é composta por vários movimentos.

Em 2004, a partir de um longo processo de debates e formação, mulheres de vários movimentos autônomos sentiram a necessidade de articular de forma mais coesa, uma espaços/ferramentas de auto-organização das mulheres em nível nacional. O MMC descreve assim parte desse processo:

> Depois de várias atividades nos grupos de base, municípios e estados e com a realização do Curso Nacional (de 21 à 24 de setembro/2003), que contou com a presença de 50 mulheres, vindas de 14 estados, representando os Movimentos Autônomos, apontamos os rumos concretos do movimento como também decidimos que terá o nome de: **Movimento de Mulheres Camponesas.** (MMC, 2018[25])

Esse curso nacional foi realizado em Brasília, promovido pela Articulação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul, mas com a participação mulheres de todas as regiões do país, de lá as camponesas saíram prontas para o 8 de março de 2004, criarem um movimento nacional, lema que as movem na luta "fortalecer a luta em defesa da vida", porque feminismo, agroecologia e socialismo são lutas pela vida.

O movimento de mulheres camponesas já nasce com a clareza que sua luta é feminista e por outro projeto de sociedade. Seus debates anteriores de gênero e classe, não são suficientes para o salto de qualidade que se buscava nesse momento. Elas expressam assim expressam sua ótica de organização "Consolidar o MMC, a partir da

---

[25] Disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44. Acesso em 07 de abril de 2018.

ótica feminista e camponesa é fortalecer a luta dos trabalhadores e trabalhadoras." (MMC, 2018).

O Movimento de Mulheres Camponesas desde seu nascimento compõe a *Coordinación Latinoamericana de Organizaciones del Campo (*Cloc), e já se articulava e tinha em suas fileiras camponesas de movimentos que hoje compõe a Via Campesina Brasil[26].

As camponesas de forma geral, nem sempre se entenderam como feministas, talvez pela dificuldade de se enxergar nas pautas reconhecidamente feministas, . O reconhecimento de suas necessidades para uma melhor convivência no espaço rural pareciam está apenas relacionada à busca por direitos, alguns já garantidos as trabalhadoras da área urbana, mas hoje fica mais evidente que as lutas por direitos e a busca por suas autonomias e liberdades se entrelaçam no enfrentamento aos sistemas que perpetuam as desigualdades das mulheres – Capitalismo, patriarcado e racismo -.

Quando buscamos as origens das organizações de mulheres camponesas encontramos que elas se auto-organizam por direitos e também a partir dos seus trabalhos cotidiano, e isso nos permitiu perceber uma ligação muito forte com a produção. Nos casos estudados por SANTOS (2012), como também por PALUDO (2009); SILIPRANDI, (2009), foi observado que alguns grupos de mulheres começam a sair de casa e participar de reuniões e coletivos a partir da produção de alimentos. São grupos formados para fabricar doces, queijos, biscoitos e outros produtos com o objetivo de melhorar a alimentação da família, mas também de comercialização.

O trabalho com as camponesas realizado por Ongs e movimentos sociais usam também a metodologia dos intercâmbios para troca de experiência, onde as mulheres de uma propriedade vão visitar outras comunidades, o que também valoriza o trabalho das

---

[26] A Via campesina é uma articulação mundial de organizações de camponeses e camponesas que tem como pauta central a luta pela soberania alimentar, é composta internacionalmente por 182 organizações em 81 países. A Via Campesina Brasil é composta pelos seguintes movimentos: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Articulação dos Povos Indígenas (APIB), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Associação dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), Associação de Assalariados Rurais (ADERE), Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM). Consta também, segundo uma circular da Via Campesina, referente ao seu último congresso ocorrido em Jacarta/Indonésia no ano de 2013, o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP). (VIA CAMPESINA, 2018)

que recebem a visita. Outra origem da organização de mulheres encontrada na pesquisa tem início no incentivo à participação das mulheres na discussão sobre plantas medicinais. (SANTOS, 2012)

Santos (2012) discute que todas essas formas de organizar o trabalho com as mulheres, em um primeiro olhar, parecem reforçar o lugar da mulher como cuidadora e responsável pelo conjunto de atividades domésticas. No entanto, em uma análise mais apurada, conclui-se o contrário: as camponesas se organizam a partir do seu cotidiano e o ressignificam, demonstrando que o que elas fazem é trabalho e gera renda monetária e não monetária, e nesse processo de se reconhecer na outra, de se reconhecer com gente, gente com direitos, elas vão percebendo (assim no gerúndio, mesmo, pois é processo) a importância de se organizarem com outras camponesas e se reconhecem como sujeitas de suas histórias. Desse reconhecimento tem nascido o debate sobre o feminismo camponês e popular.

Assim reconhecemos a luta histórica das mulheres nos diferentes espaços de vivência e atuação profissional, bem como em contextos onde quaisquer reivindicações por parte das mulheres ainda era bem mais desafiador. Este processo de ampliação das reivindicações e de reconhecimento da identidade do ser mulher na sociedade a partir das vivências de opressão e explorações em comuns gerou a auto-organização das mulheres e desencadeou a articulação do que viria a ser chamado de movimento feminista.

2.1 – "A noite não adormece nos olhos das mulheres": Seus contínuos e permanentes caminhos de luta.

O Movimento de mulheres como movimento social possui a característica de ser uma ação coletiva para a transformação social, orientada por princípios valorativos comuns, contudo, com formas organizativas diferenciadas. Tal movimento tem se constituído como espaço de contestação as relações sociais de exploração e dominação vivenciada pelas mulheres na sociedade patriarcal, racista e capitalista. No diálogo sobre o feminismo, de forma mais ampla, pensado para além da busca por transformação da realidade, este é também uma linha de conhecimento que analisa criticamente o mundo e a situação das mulheres, assim como, uma atitude pessoal diante da vida (SILVA; CAMURÇA, 2010).

Como forma de enfrentamento as situações de desigualdades vivenciadas pelas mulheres estas vêm se articulando em diferentes espaços a partir de suas particularidades. Assim temos casos de mulheres organizadas tanto em grupos de bairros, lutando por melhorias locais, como em comunidades rurais, nos assentamentos, nos reassentamentos[27] lutando por terra, por justiça social, quanto no interior de partidos políticos e sindicatos urbanos e rurais disputando projetos de sociedade, lutando por direitos, por políticas públicas e buscando o reconhecimento do seu trabalho e de suas ações. Soma-se também a participação das mulheres em organizações próprias e grupos autônomos.

Nesse sentido, a pluralidade de mulheres na sociedade, também se reflete na pluralidade do movimento feminista, são mulheres negras, brancas, lésbicas, bissexuais, travesti, heterossexuais, camponesas, indígenas, quilombolas, que vivenciam outras diferenças, como no que se refere à escolaridade, as condições de vida a partir da classe social em que estão inseridas, assim como as frações no interior das classes.

O surgimento do feminismo enquanto movimento tem acompanhado a realidade econômica e cultura e o tempo histórico de cada continente ou país. Na América Latina, apesar da existência de ações de mulheres em décadas anteriores[28], o nascimento e reconhecimento de tal movimento como sujeito coletivo no campo dos movimentos sociais se situa em um processo de resistência as ditaduras militares vivenciadas na maioria dos países deste continente durante as décadas de 1970-80. Esse processo de resistência aconteceu tanto nos espaços urbanos como rurais gestados na dinâmica das relações sociais que permeiam a sociedade capitalista e a formação social histórica particular.

Tomando como referência os elementos de similitudes presentes no surgimento da auto-organização das mulheres como movimento feminista em distintos países da

---

[27] As famílias atingidas por barragens, por mineração, ou mesmo por desastres naturais, quando o Estado promove reparação no que se refere a garantir moradia aos atingidos, o lugar onde elas são colocadas chama-se na maioria das vezes reassentamento, pois é colocar em um lugar quem já tinha lugar e perdeu.

[28] Carmela Jeria, diretora do Jornal "A Alvorada", primeiro jornal de uma trabalhadora feminista, que apareceu no Chile entre os anos 1905 e 1907, já escrevia neste período: "[…] e digamos também aos lutadores por melhorias sociais e intelectuais do povo que toda liberdade que almejam seria um fantasma enquanto metade da humanidade [as mulheres] permanecem em humilhante escravidão" (Tradução nossa). Citamos também a luta das mulheres no movimento sufragista, considerado como a primeira onda do feminismo.

América Latina no mesmo tempo histórico é que se fala de um feminismo latinoamericano.

> Por último, ainda considerando os elementos semelhantes na origem do movimento de mulheres na América Latina, outros fatores de surgimento, contexto e evolução têm incidido no desenvolvimento de uma pluralidade de enfoques e características em seu interior, de modo que não podemos falar de um movimento de mulheres monolítico e totalmente homogêneo, mas, destacar sua enorme diversidade. (MENDIA & GUZMÁN, 2009, p. 2). (Tradução nossa).

Assim, ao mencionarmos o feminismo estamos nos referindo a um sujeito coletivo com organicidade e diversidade. A categoria mulheres nos une como grupo que tem, na sociedade patriarcal e capitalista, muitas semelhanças nas relações de opressão e exploração. Porém, também reconhecemos a diversidade que esta categoria engloba, diferenciando-se de acordo com o pertencimento de classe, raça, etnia, identidade afetivo-sexual e geração.

Desta forma, há mulheres negras que não se sentem incluídas nos espaços do movimento feminista mais geral e constroem, portanto, suas próprias organizações, as quais se somam ao movimento, mas com algumas bandeiras específicas. Encontra-se também o "feminismo lésbico", que tem como uma de suas principais bandeiras a luta de enfrentamento ao padrão da heterossexualidade compulsória. Alguns grupos assumem a postura lésbica como uma decisão política frente à opressão masculina[29].

Há também as feministas que se consideram como autônomas e que não estão vinculadas a nenhum grupo específico, mas que atuam em articulações feministas mais gerais e por meio do enfrentamento as relações patriarcais de gênero nos espaços profissionais de trabalho, na elaboração de reflexões teóricas, nas relações familiares, entre outras.

No entanto, apesar das desigualdades de classe, raça, etnia e das diferenças geracionais, de escolaridade ou das relações afetivo-sexuais que imprimem particularidades distintas às mulheres, o sistema patriarcal alcança a todas, mesmo que de forma diferenciada. Tal conotação permite estabelecer uma identidade comum entre as mulheres. Esta identidade é o que constitui o feminismo como sujeito político.

---

[29]Ver Castellanos (2011).

> O feminismo, como sujeito político, se faz somente através das mulheres e de sua movimentação. É imprescindível termos um NÓS MULHERES, a partir do qual é possível analisar o contexto, identificar as contradições, fixar objetivos para esta movimentação. Sem este "nós mulheres" não há como o feminismo seguir sendo um sujeito político com força transformadora. (CAMURÇA, 2007, p.16).

Neste sentido, o feminismo, como movimento, é um sujeito coletivo que representa a luta das mulheres, ainda que nem todas reconheçam a importância de tais lutas e do que estas significam na busca de suas autonomias. Como movimento social, o movimento feminista possui princípios organizativos e direcionamento político que se reflete em suas estratégias de atuação.

Da mesma forma que o feminismo se constitui como movimento coletivo e diverso, suas estratégias de atuação e suas bandeiras de luta também se diversificam. De acordo com períodos históricos e conjunturais[30], a ação e a formação feminista, assim como o estabelecimento de suas estratégias se modificam para atender as situações concretas que as mulheres vivenciam.

Corroboramos com Bogo (2011, p.31) que "os processos de transformação social de qualquer natureza, independente das fronteiras geográficas, se configuram por ondas"[31], mesmo que estes processos, a exemplo das ditaduras, expressem particularidades diferenciadas a partir das relações políticas e econômicas que as envolvem.

Esta realidade em comum se interpõe desde a invasão da América Latina e a transformação desta em colônias dos países europeus, com características impostas do que se denominou como processo de civilização. Assim, a cultura e as relações sociais locais se mesclaram com o predomínio da ideologia dominante dos colonizadores. Como aponta Lugones em seu trabalho sobre o feminismo descolonial.

---

[30] Entendemos ações conjunturais como aquelas que podem acontecer em contextos específicos, como a luta pelo acesso a água e outros recursos ou políticas públicas específicas, ainda que alguma delas possam ter uma conotação mais permanente em países distintos. O que as diferencia das bandeiras históricas é que estas últimas permanecem como reivindicação do movimento feminista desde sua constituição como o enfrentamento ao patriarcado e a luta de enfrentamento a violência contra as mulheres. Outras lutas históricas deixaram de ser a partir da conquista de suas reivindicações como o sufrágio universal.

[31] O autor caracteriza essas ondas exemplificando o fato de que em pouco mais de uma década (1810-1824) os países da América Latina conquistaram a emancipação do colonialismo, assim como a onda de golpes militares que surpreendeu os países do continente na segunda metade do século XX.

> Começando com a colonização das Américas e do Caribe, se impôs uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano sobre os colonizados a serviço do homem ocidental. Estava acompanhada por outras distinções hierárquicas, entre elas entre homens e mulheres. Esta distinção se converteu na marca do humano e da civilização. Somente os civilizados eram homens e mulheres. Os povos indígenas das Américas e os africanos escravizados se classificavam como não humanos em sua espécie – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem moderno europeu, burguês, colonial, se converteu em sujeito/agente, apto para governar, para a vida pública, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. (...). A imposição destas categorias dicotômicas ficou entrelaçada com a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas. (LUGONES, 2011, p. 106). (tradução nossa)

Tais reflexões estão presentes na diversidade de pensamento do movimento feminista e se expressa no interior das Articulações, Encontros e Seminários latinomaericanos, com espaços de articulações diversos e em comum do campo e da cidade. Tais intercâmbios apontam a busca de entendimentos coletivos de luta e formas de intervenção, o que envolve, consequentemente, a formação e direcionamento teórico-político de tais ações.

No caso latinoamericano, surgiu à iniciativa de criar a Articulação Feminista Mercosur[32] em 2000, a qual tem propiciado aproximações entre organizações de mulheres na América Latina com o propósito de fortalecer os grupos de mulheres organizadas nestes países e seu intercâmbio. No âmbito da academia e dos estudos acerca do feminismo, apontamos a criação de núcleos de pesquisa e estudos, observatórios sobre a desigualdade das mulheres neste território[33], assim como a realização de Encontros nacionais e internacionais – como sede nos países latinoamericanos que centram seus debates na análise da situação das mulheres na sociedade patriarcal e capitalista.

A partir das mulheres camponesas da América Latina, elas começam a se articular nos anos 1990, no surgimento da Cloc, em contraposição às comemorações dos 500 anos de invasão da América Latina, nasce fruto das articulação das diversas organizações

---

[32] Os países que compõem a Articulação são: Argentina, Brasil, Bolivia, Colômbia, Paraguai, Perú e Uruguai.

[33] Citamos como exemplo o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, criado em 1983 na Universidade Federal da Bahia, Brasil; o "Instituto Interdisciplinário de Estudios de Género" (1997), na Universidade de Buenos Aires, Argentina; o "Programa de Estudios de Género, Mujer y Desarrollo (1994), na Universidade Nacional da Colômbia; os "Estudios de la Mujer" (anos 70), na Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México, entre outros.

camponesas da região e muitas delas organizações auto-organizadas de mulheres. A partir do segundo congresso da Cloc ocorrido em 1997, em Brasília as organizações de mulheres passam a realizar suas assembleias como forma de se preparar para as assembleias gerais e também para articular as lutas prioritárias das camponesas.

Atualmente a Cloc é composta por 84 organizações de 21 países da América Latina e Caribe. (CLOC, 2016) e conta com vários movimentos auto-organizados de camponesas. A Cloc é a principal e maior organização de camponeses da América Latina e Caribe, e faz parte da *Via Campesina Internacional* Esse tem sido o principal espaço em que as camponesas apostam como articulação, formação e lutas.

O movimento feminista também aposta na construção de uma epistemologia feminista e os estudos e formação dentro e fora da academia são importantes para construir uma nova analise sobre a realidade, análise essa que não exclua metade da humanidade (ou seja as mulheres) da história. Ao situar os grupos de estudos e os debates desenvolvidos nos Encontros como elementos importantes para a constituição e o fortalecimento do movimento feminista na América Latina, estamos de acordo com o pensamento de Castellanos (2011) quando afirma que "Uma aproximação teórica não só pode influenciar politicamente na medida em que provoque ou alimente eventos coletivos, mas também influencia para fortalecer e legitimar os esforços políticos, e para orientar as reivindicações que se pautam ou as alianças que se formarão." (CASTELLANOS, 2011, p. 127) (Tradução nossa).

A partir da organização dos encontros latinos americanos de feministas neste continente, foi apontada o campo da luta pelos direitos sexuais e reprodutivos com a criação, em 1984, da Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas. Situamos também a instituição do dia 28 de setembro como o Dia pela descriminalização do aborto na América Latina e no Caribe, criado durante o V Encontro Feminista Latinoamericano e do Caribe em 1990, e a delimitação do dia 25 de julho como o Dia da Mulher Afro-latino-Americana e Caribenha, criado durante o II Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Caribenhas, em São Domingo, República Dominicana em 1992.

No Chile, nos últimos anos (2010-14) as mulheres tem denunciado o feminicídio neste país, de diversas maneiras, tanto via mobilizações nas ruas, como por meio de

denúncias nos meios de comunicação. Na América Latina, desde 2012, catorze países já aprovaram leis que tipificam o feminicídio: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Venezuela e recentemente, em 2015, o Brasil.

Outras estratégias de atuações têm sido as batucadas feministas, presentes em muitas mobilizações, que utilizam o teatro e a música como uma maneira de resistência a cultura patriarcal. Exemplificamos também, nas mobilizações de ruas, os protestos por meio da pintura e exposição do próprio corpo, as ocupações e manifestos em empresas do agronegócio, etc .

Mesmo com o reconhecimento da diversidade e da particularidade de cada país, apontaremos aqui atuações que são comuns no desenvolvimento da ação feminista na América Latina. Algumas bandeiras de luta permanecem centrais tanto na ação política como na formulação de conhecimentos que desnaturalizem o ideário conservador de como as mulheres são vistas na sociedade. Expressamos, como exemplo, a problemática da violência contra as mulheres e a luta pela legalização do aborto, tomando como referência a defesa do pertencimento do corpo por meio do slogan "meu corpo, meu território".

Atualmente este é um tema que vem sendo posicionado na agenda do feminismo sobre novas análises e atuações. Soma-se a atualidade do debate acerca dos direitos das trabalhadoras domésticas, as atingidas por barragem, as que vivem em situação de rua e em periferias, as mulheres indígenas, as camponesas, as sem terra, o tráfico de mulheres e o modo de atuação nas instâncias governamentais. De acordo com Cisne (2013) no que se refere à inserção das mulheres em distintos espaços de atuação.

> A participação em um grupo organizado, no caso, de um movimento social de mulheres, possibilita o avanço da consciência de uma rebeldia ou indignação ainda desordenadas – no sentido de não ter uma direção política para o enfrentamento da condição que provoca tais sentimentos, uma vez que não se crer na perspectiva de transformar sua situação – para o processo de organização política coletiva, quando a perspectiva da possibilidade da transformação é estabelecida. (CISNE, 2013, p.304).

Esta realidade se põe como determinante na luta das mulheres por igualdades salariais, assim como, por melhorias nas condições de trabalho e garantias de direitos trabalhistas. Há também a luta contra o fundamentalismo religioso que é um dos níveis de

sustentação do ideário da mulher como mãe e submissa. Uma expressão desta luta é o slogan "Tua boca é fundamental contra o fundamentalismo".

Tal fundamentalismo é naturalizado e propagado em diferentes instâncias da sociedade, assim como as relações patriarcais que o fundamentam. Por estarem inseridos no cotidiano das relações sociais, nem mesmo as mulheres estão isentas destes processos, o que dificulta o fortalecimento de suas articulações políticas.

Desta forma, o processo de naturalização das relações patriarcais de gênero é incorporado pelas mulheres, de tal modo que nem todas tenham a possibilidade de despertar a consciência a respeito de sua condição de exploração e desigualdade na sociedade. Para além dos desafios cotidianos as mulheres também se confrontam com os desafios de reconhecimento de seus próprios espaços autônomos de organização. Como aponta Mora

> Os desafios do feminismo são múltiplos porque na luta por ser reconhecido como ator político, o movimento tem frente a si o mundo de hierarquias, onde o fato de ser lugar de articulação de diferentes reivindicações – mas partindo do fato de ser criado por mulheres – tem entre seus deveres, obrigações o debate e a ação para afrontar os velhos preconceitos e os que se tem gestado ao passo do desenvolvimento do movimento mesmo, mas sobretudo, o que tem sido reforçado pelos meios de comunicação, pelo Estado, pela religião, pelo mercado, pelas instituições educativas e agora em um ambiente de militarização aberta ou dissimulada, está também a necessidade imperante de analisar em profundidade os sistemas democráticos da região. (MORA, 2009, p. 76) (Tradução nossa).

Em relação às violações nos sistemas democráticos da região, apontamos um tema que o movimento feminista expressou em suas bandeiras: "Nem guerra que nos destrua, nem paz que nos oprima". Exemplo desta resistência é a *Ruta Pacífica de Las Mujeres* na Colômbia, que conforme apresenta em sua página na internet, se define como

> Um movimento feminista que trabalha pela tramitação negociada do conflito armado na Colômbia, pela visibilidade dos efeitos da guerra na vida das mulheres e pela exigência dos direitos a Verdade, a Justiça, a Reparação e a reconstrução da memória histórica individual e coletiva para a Não Repetição[34]. (Tradução nossa).

[34] Esta informação se encontra em: http://www.rutapacifica.org.co/.

Na Argentina, a Associação das Madres de Plaza de Mayo, organizada durante a ditadura de Videla (1976-81) permanece até a atualidade. Esta associação tem como pauta a reivindicação frente o ocultamento dos desaparecidos e lutam pelo julgamento dos responsáveis dos crimes cometidos durante este período histórico[35].

No Brasil, nos últimos anos, com o crescimento do fundamentalismo religioso e conservadorismo político no Parlamento e nas diversas instituições da sociedade, temos a formação de grupos que atuam com o objetivo de coibir o avanço dos direitos das mulheres, principalmente no que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos, a exemplo do aborto como um dos direitos sexuais e reprodutivos onde a falta de assistência implica em morte de muitas mulheres. Esta realidade não se distingue da maioria dos países da América Latina, que, por mais que tenham estabelecido governos com aspectos mais populares, não criaram leis para permitir o aborto legalizado. Somente o Uruguay, em 2012, a partir de muitas lutas do movimento feminista, aprovou a lei de descriminalização do aborto, sendo o primeiro país da América do Sul e o terceiro país da América Latina, depois de Cuba, Guyana[36].

No campo político de atuação e enfrentamentos, de acordo com Mora (2009, p. 78) "falar dos desafios do movimento feminista na América Latina implica mencionar pelo menos duas considerações: a) no capitalismo nenhum sujeito se emancipa e b) não existe um só feminismo, aí radica sua complexidade teórico-política". (Tradução nossa).

2.2 - O Feminismo Camponês e Popular

As camponesas latino-americanas, como dialogamos no sub-item anterior, dentre outros espaços, estão articuladas na Coordenação Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC), organização que desde seus primórdios reúne as camponesas das diversas organizações campesinas que a compõem para construir suas estratégias de intervenção nos seus espaços mistos, como também para buscar pautar a Cloc com suas demandas coletivas. Essas camponesas são mulheres indígenas, agricultoras, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, extrativistas, entre outras identidades. É a

---

[35] Para maiores informação ver: http://www.madres.org/.

[36] Na Cidade do México o aborto também é descriminalizado, mas não faz parte do país em toda sua dimensão.

partir de se reconhecerem umas nas outras, se entenderem como lutadoras do povo, que constroem a luta por soberania alimentar baseada na agroecologia como modo de vida, que percebem-se feministas mas necessitam discutir que feminismo é esse, dentro das inúmeras formas do feminismo se apresentar hoje. Assim nasce a ideia do feminismo camponês e popular, que carrega dentro dele as identidades coletivas e as lutas dessas camponesas.

É a partir de 2010, o feminismo camponês e popular começa a aparecer mais nos debates da Cloc, quando também se intensificam os debates nas organizações sobre o que o feminismo significa para elas. As organizações de mulheres que estão na CLOC[37] têm histórias muito semelhantes. São mulheres camponesas que começam a se organizar no período de redemocratização na América Latina, a partir de pautas ligadas ao acesso à terra, ao respeito aos povos do campo, das florestas e das águas, à soberania alimentar, ao enfrentamento ao agronegócio, à valorização da vida das mulheres e da natureza.

Houve durante muito tempo no processo histórico de constituição do feminismo no Brasil, o desafio de reconhecer a pauta das mulheres camponesas como parte das pautas do movimento feminista e, em alguns casos, nem mesmo as próprias organizações de mulheres camponesas, se reconhecíamos assim, afinal, o feminismo, por vezes, pareceu algo distante. Discutiam em seus movimentos no máximo a partir da ideia de Gênero e Classe.

Em 2004, quando ocorre a nacionalização do MMC no Brasil, como fruto das lutas, da auto-organização das camponesas e estudos realizados, o MMC já se denomina como feminista, pois ficava cada vez mais evidente que o debate de gênero não dava mais conta de enfrentar os desafios da construção da igualdade. Sendo assim, a primeira organização da CLOC que se denominou feminista.

A partir de 2010, o MMC, junto com as outras organizações da CLOC, tem buscado construir coletivamente o conteúdo teórico/político do Feminismo Camponês e Popular. Ainda está dando os primeiros passos dessa que deve ser uma construção de tempo e fôlego, pois precisa contemplar a diversidade que representa a categoria camponesa na CLOC.

---

[37] Movimento de Mulheres Camponesas, ANAMURI, CONAMURI, Bertolinas, entre outras.

Mas já se parte de pontos comuns: O feminismo camponês e popular parte do entendimento que a sociedade está dividida em classes sociais e que esse feminismo se coloca na luta de classes junto à classe trabalhadora, como parte dela; O seu inimigo é o capitalismo, o patriarcado e o racismo, que no campo tem sua expressão no agro e hidronegócio; As lutas se dão contra o patriarcado que violenta o corpo e território das mulheres e invisibiliza seu trabalho; O Feminismo Camponês e Popular tem, na valorização do projeto de agricultura camponesa e agroecológica, um elemento central; Sendo esse feminismo fruto da diversidade de sujeitos que compõem o campesinato, e assim necessariamente, se apresenta como uma construção coletiva; É luta e organização das camponesas; Tem organização de base, se constrói e se pauta pela vida das mulheres do campo, das florestas e das águas; Tem na luta pela produção dos alimentos saudáveis outro elemento central; Se alimenta dos debates das plantas medicinais e das sementes crioulas como parte do enfrentamento à mercantilização da natureza, proposta pelo capitalismo. Todas essas lutas são lutas travadas por mulheres e possibilitam melhorar a vida das mulheres, mas não só: melhora a vida do planeta. Ou seja, o que está se dizendo é que o Feminismo Camponês e Popular é antes de tudo dar nome à luta que mulheres do campo, das florestas e das águas fazem há muito tempo, e que esse luta é feminista.

3 - A luta das mulheres pelo acesso as políticas públicas

As políticas públicas se constituem como parte do processo histórico de luta da classe trabalhadora em suas reivindicações por melhores condições de trabalho e de vida. Sua implementação se dá como resposta do Estado as expressões da Questão Social, sendo esta última, fruto do antagonismo das relações entre Capital e Trabalho que ganhou visibilidade a partir da atuação política da classe trabalhadora. As Políticas Públicas, expressam, portanto, as relações de contradição e mediação existentes na atuação do Estado na sociedade capitalista.

De acordo com Behring e Boschetti (2010, p.64) o surgimento das políticas sociais[38], como parte das políticas públicas foi "diferenciado entre os países dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado".

> Não se pode indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais. Como processo social elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal. (BEHRING & BOSCHETTI 2010 p.47)

Tomando como base o pressuposto das políticas publicas associadas ao desenvolvimento da sociedade capitalista e a organização política da classe trabalhadora, explicitamos que o direcionamento de tais políticas no contexto de mundialização do capital também tem interferências dos chamados Organismos Internacionais e das relações que o capitalismo estabelece nos países de economia dependente a exemplo da América Latina.

Essa situação também se aplica ao Programa Território da Cidadania quando ele é inspirado na forma de desenvolvimento de políticas públicas em alguns países na Europa, como forma de atuação para o desenvolvimento das comunidades rurais, a exemplo da considerada iniciativa Leader[39] da União Europeia.

No que se refere à luta das mulheres por políticas públicas entendemos tais lutas como parte integrante da luta da classe trabalhadora pela garantia de direitos que lhe possibilitem condições melhores de vida. Outra condição particular da luta das mulheres por políticas públicas como um dos eixos importantes de suas reivindicações se dá pela desigualdade ainda existente na sociedade de maior exploração de sua força de trabalho.

A classe trabalhadora não é homogênea, além de raça e sexo inúmeros outros elementos, como ideologia, lugar que ocupa no mundo do trabalho, etc irão criar dentro

---

[38] Compreendemos que o contexto de surgimento das políticas sociais, apesar de suas particularidades se extende a forma como as políticas públicas são implementadas na sociedade.

[39] A Sigla Leader significa "Relações entre Ações de Desenvolvimento Rural" lançado em comunidades rurais da Europa desde 1991.

da classe trabalhadora, frações de classe (POULANTZAS, 1977), com interesses particularizados.

Entendemos, que a luta por igualdades e melhores condições de vida é parte constitutiva da luta da classe trabalhadora contra a sociedade capitalista, pois os trabalhadores e trabalhadoras precisam está em condições físicas e mentais para se organizar e lutar. Ela é parte intrínseca como processo que também fomenta e impulsiona a formação política e a consciência sobre os elementos que estruturam as desigualdades e exploração na sociedade.

Em geral as lutas que mobilizam a classe trabalhadora são lutas que dialogam com sua condição de vida concreta, (luta pela terra, pela creche, por trabalho e renda, etc) e nisso às políticas públicas tem um papel fundamental. No próprio processo de luta por políticas públicas se gestou e ainda gesta muitas experiências de auto-organização das mulheres. Desta forma, a tarefa dos que querem contribuir com a organização das mulheres deve se atentar as mediações entre o movimento particular e universal das distintas formas de enfrentamento a sociedade capitalista, racista e patriarcal.

O movimento feminista tem como pauta central de luta a superação das desigualdades vivenciadas pelas mulheres na sociedade. Como forma de viabilização desta pauta, articula ações de enfrentamento através de mobilizações de rua, incidência em meios de comunicação, atos de rebeldia contra o sistema, ocupações de terra, greves de fome, denúncias públicas, são algumas entre diferentes estratégias que buscam tornar visível a situação de exploração e dominação vivenciada pelas mulheres.

Tal visibilidade tem como propósito tanto levar reflexões para a sociedade sobre o sistema no qual está alicerçado as relações sociais, quanto exigir do Estado a garantia de políticas públicas para uma vivência mais igualitária e com mais liberdade para as mulheres nos diferentes espaços da sociedade.

No que se refere à luta por direitos, a defesa do acesso às políticas públicas é uma das estratégias do movimento feminista para garantir melhores condições de vida as mulheres nos âmbitos de trabalho, educação, saúde, enfrentamento a violência, moradia, acesso a previdência, entre outros. No entanto, é importante destacar que as

reivindicações de parte do Movimento feminista[40] ultrapassam a garantia dos direitos de legalidade no Estado.

A luta das mulheres de forma mais geral precisa ser a luta pelo fim do patriarcado e do sistema econômico de exploração do trabalho, ou seja o fim do capitalismo. Este direcionamento pode ser demonstrado em algumas das bandeiras, como, por exemplo, a de que: *Queremos mudar o mundo para mudar a vida das mulheres*", ou *Queremos transformar o mundo pelo feminismo*[41].

> Na perspectiva feminista que busca uma transformação das relações de gênero associada a uma luta por justiça social, a igualdade e a liberdade são pensadas em termos mais radicais, no sentido de que a conquista de direitos é uma dimensão fundamental, mas não é a única em torno da qual se deve agir. Por outro lado, a passagem de direitos formais para direitos substantivos exige transformações nas estruturas materiais e simbólicas que sustentam a organização da vida social. (ÁVILA, 2001, p.19)

Neste sistema, em que predomina uma falsa democracia e uma falsa concepção de liberdade atrelada a ideia de "cidadania" é impossível pensar em uma real liberdade dos sujeitos. "A igualação abstrata de todos os indivíduos perante a lei impede, de fato, que no plano do direito as desigualdades sociais se expressem como tais" (DIAS, 1997, p.35).

A igualdade de direitos cidadãos apesar de ser um fator de grande importância na sociedade desigual em que vivemos, não traz consigo o principio de liberdade humana, uma vez que os direitos são colocados não de forma livre para os indivíduos, mas apenas como uma "liberdade individual".

É sob este sistema que a conquista dos direitos, pelas mulheres, é vista como limitação do poder masculino, colocando para a sociedade a ideia de que as mulheres estão querendo ocupar o lugar dos homens, gerando uma competição e disputa ao invés de socialização e ampliação de participação e inserção nas diversas instâncias.

No sistema de relações patriarcais, articulado ao capitalismo, a liberdade das mulheres é limitada e cerceada desde a infância, tanto pela imposição de normas de

---

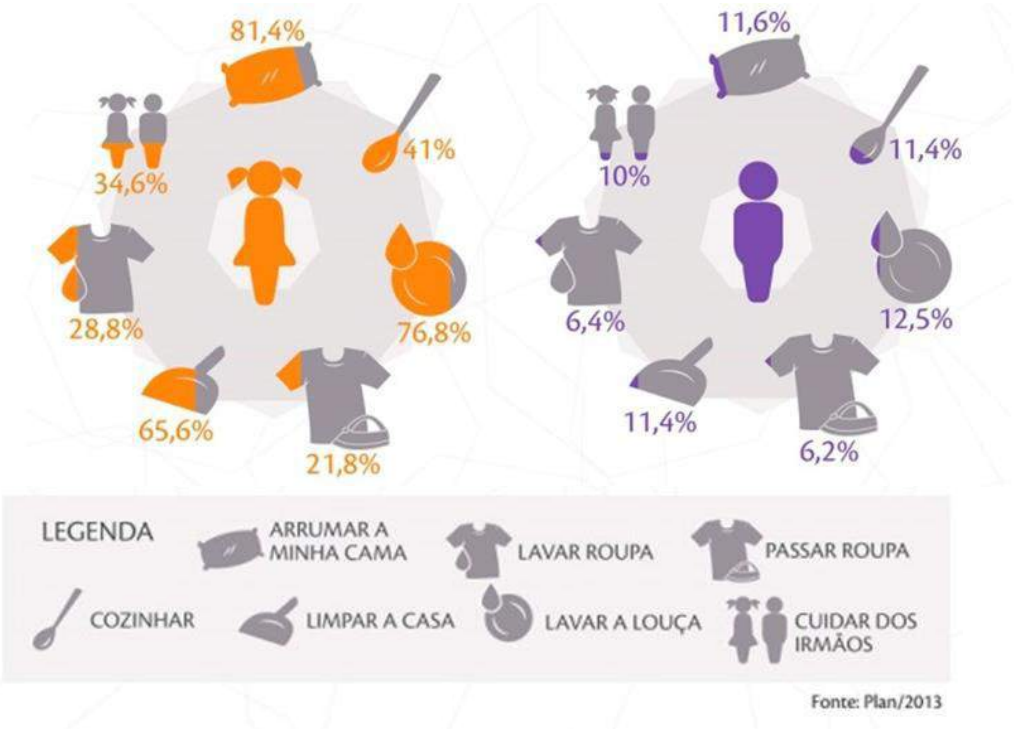
[40] Estamos nos referindo ao Feminista que referenciado no marxismo tem como horizonte a construção de uma sociedade anti-patriarcal, anti-racista e anti-capitalista. Mas que para isso também luta por melhores condições de vida hoje.

[41] Slogans presente nos princípios da Marcha Mundial de Mulheres e na Articulação de Mulheres Brasileiras.

comportamento, quanto pelo estabelecimento de espaços diferenciados para homens e mulheres, destinando a estas últimas a responsabilidade com o trabalho doméstico.

Um estudo realizado em 2013 pela Plan International Brasil (Plan[42]), sob o título "Por Ser Menina no Brasil: Crescendo entre Direitos e Violências", demonstra que a desigualdade entre mulheres e homens desponta da infância. A pesquisa ouviu 1.771 meninas de 6 a 14 anos em todas as cinco regiões do Brasil, os resultados apontam 76,8% das meninas lavam a louça e 65,6% limpam a casa, enquanto apenas 12,5% dos irmãos lavam a louça e 11,4% limpam a casa.

O infográfico 1 abaixo apresenta como estão distribuídas as tarefas em casa.



Atrelado a esta situação de sobrecarga de trabalho desde a infância, uma forma extrema de cerceamento da liberdade das mulheres é a violência. Situação que ainda é presente na vida de muitas mulheres brasileiras. Desta forma, mesmo reconhecendo os

[42] Fundada em 1937, a Plan International é uma Organização não-governamental, não-religiosa e apartidária, chegada ao Brasil em 1997 que defende os direitos das crianças, adolescentes e jovens, com foco na promoção da igualdade de gênero. Para mais informações acessar https://plan.org.br/quem-somos-historia-da-plan-international-brasil .

limites da democracia e que a cidadania burguesa não é igualitária, nem livre, acreditamos que a igualdade de direitos é parâmetro mínimo para o estabelecimento de relações mais justas e menos "excludentes". É sob esta perspectiva que o movimento feminista vem traçando sua trajetória na luta por políticas públicas.

Do período de constituinte aos dias atuais algumas das reivindicações continuam presentes, mesmo depois de quase 25 anos. Exemplo desta permanência é a luta pela igualdade de direitos e salários entre homens e mulheres, a reivindicação por creches e a garantia da efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos. Este fato demonstra os limites para consolidação de uma sociedade "democrática e justa".

Barsted (1994) expressa como o reconhecimento da importância da luta das mulheres resultou na criação de diversos órgãos públicos, programas governamentais e iniciativas voltadas para as mulheres no período de 1983 a 1993 a exemplo,

> do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), elaborado em 1983 e incorporado formalmente à estrutura do INAMPS em 1986; o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criado em 1985, definindo um amplo campo de atuação interministerial, junto ao movimento de mulheres, Poder Legislativo, Poder Judiciário, governos estaduais e mídia; os Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher, criados a partir de 1983; as Delegacias de Atendimento às Mulheres vítimas de violência, criadas a partir de 1985; os abrigos, centros de orientação jurídica à mulher vítima de violência e os cursos sobre direitos da mulher em academias de polícia, criados a partir de 1985; a mudança legislativa constante na Constituição Federal, de 1988, Constituições Estaduais de 1989 e Leis Orgânicas Municipais, de 1990. (BARSTED, 1994, p. 43-44).

No entanto, a autora explicita que "esse reconhecimento de uma problemática social das mulheres brasileiras não significou, necessariamente, que as iniciativas acima mencionadas correspondessem às expectativas do movimento de mulheres", afinal as políticas implementadas pelo Estado sofrem grande influência da correção de forças em dado momento da luta de classes, fazendo com que a demanda seja sempre atendida de forma a medir interesses das classes.

Portanto, expressamos, em concordância com Barsted (1994) que apesar do contínuo avanço da luta das mulheres por políticas públicas e de conquistas como a criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres em 2003, do estabelecimento da Lei Maria da Penha em 2006 e da tipificação do crime de feminicídio

em 2015 tais políticas não representam ainda mudanças estruturais da condição do ser mulher na sociedade brasileira, mesmo porque mudanças estruturais serão fruto da vitória da classe trabalhadora em luta contra a burguesia e não de políticas implementadas pelo Estado.

Expressão permanente do patriarcado é a falta de proteção do Estado às mulheres, o que favorece a permanência das relações de exploração, desigualdades e dominação, a exemplo dos números de feminicídios que crescem a cada ano. De acordo com o Atlas da Violência 2017, em 2015, 4.621 mulheres foram assassinadas no Brasil.

Em relação às diversas dimensões das violências contra as mulheres o disque 180 apresentou em seu relatório anual de 2016 que do total de atendimentos de 2016, 12,38% (140.350) corresponderam a relatos de violência. Dentre os relatos, 50,70% se referiram à violência física; 31,80%, violência psicológica; 6,01%, violência moral; 1,86%, violência patrimonial; 5,05%, violência sexual; 4,35%, cárcere privado; e 0,23%, tráfico de pessoas. Em comparação com o ano de 2015, a Central de Atendimento à Mulher constatou que no tocante aos relatos de violência houve um aumento de 54% nos registros de cárcere privado, com a média de 16,7 registros/dia e de 121% nos casos de estupro, com média de 16,51 relatos/dia.

Ao considerar a violência física como uma das expressões da dominação do patriarcado na vida das mulheres também explicitamos que a precarização de políticas públicas no campo da saúde, educação, segurança, transporte, etc, também é uma forma de violência pela negação de direitos básicos necessários ao bem estar físico e mental, principalmente das mulheres.

Trazer esse debate da violência é importante não apenas para que possamos conhecer a realidade e transformá-la, mas porque a violência e a dominação patriarcal sob o corpo das mulheres atinge diretamente o seu direito de ir e vir, ou seja, restringe suas oportunidades de participação da vida social, seja no acesso a educação formal, seja a participação em sindicatos, movimentos sociais.

Assim a participação política das mulheres na luta por seus direitos e no enfrentamento as determinações das relações sociais de exploração e dominação é dificultada pela violência e por diversas outras situações. A própria forma de ordenamento da sociedade patriarcal e capitalista com a exploração do trabalho e o

aumento da pauperização se coloca como um elemento de sobrecarga para as mulheres. Na particularidade destas últimas, as duplas jornadas de trabalho vivenciadas pelas mesmas no ambiente doméstico acarreta uma apropriação de seus tempos, tanto para o cuidar de si, quanto para sua participação nos espaços políticos. Concordamos aqui com Guillaumin (2005, p.26), quando a mesma aponta que

> O tempo é apropriado explicitamente no "contrato" de matrimônio uma vez que não há nenhuma medição deste tempo, nenhum limite a forma como é empregado, nem no estabelecimento de horários como é o caso dos contratos de trabalho clássicos, nem por meio de acordos salariais ou sobre a forma de medição de pagamento ao trabalho da esposa. (Tradução nossa)

No que se refere à divisão sexual do trabalho e a implicação desta na vida das mulheres a autora além de apontar a apropriação do tempo das mulheres, aponta outro elemento que se refere à apropriação da individualidade das mesmas. Este ponto entra dentro do debate sobre projeto individual e projeto coletivo. Neste sentido, as mulheres, muitas vezes, abandonam seus projetos individuais em prol de um projeto considerado coletivo familiar. Para a autora

> Seus gestos [dos familiares], suas ações, mantêm a mãe-esposa-filha-cunhada sob a esfera de sua influência. Cada um dos gestos destes indivíduos está cheio de sentido para ela e modifica sua própria vida a cada instante: uma necessidade, uma queda, uma solicitação, uma acrobacia, uma partida, um sofrimento, a obrigam a mudar de atividade, a intervir, a preocupar-se com o que tem que fazer imediatamente, em uns minutos, a tal hora, esta noite, antes de tal hora, antes de partir, antes que x venha. Cada segundo de seu tempo ela é absorvida por outras individualidades, distanciando-se das outras atividades que estava realizando no momento (GUILLLAUMIN, 2005, p. 36-37, tradução nossa).

Esta realidade se põe como determinante na luta das mulheres por igualdades salariais, assim como por melhorias nas suas condições de trabalho e garantias trabalhistas. A situação de sobrecarga de trabalho no âmbito doméstico é reforçada pela falta de investimento do Estado em políticas públicas, o que sobrecarrega a responsabilidade das mulheres como cuidadoras, pela ausência de creches, asilos e ineficiência dos outros serviços básicos como as políticas de saúde e educação. Essa

situação da mulher cuidadora com o ideário de negação de si, em prol dos outros é reforçado em todas as instâncias ideológicas da sociedade.

Dessa forma, o processo de consciência das mulheres, no reconhecimento de sua situação, como sujeito explorada é dificultado pelas condições concretas que lhes são postas em sua própria expressão do ser mulher na sociedade. Nesse sentido, a participação no movimento feminista já é fruto de um processo anterior e contínuo de visualização de si e das outras.

Concordamos com Gurgel (2004, p.19) de que "como possibilidade histórica o sujeito se constrói e reconstrói-se. Nesse sentido, a experiência das mulheres não é apenas elaboração discursiva do sujeito, mas sua realização na práxis social". Reafirmando este pensamento, Cisne (2013, p.275) nos traz a reflexão de que:

> Quando falamos, portanto, em consciência militante feminista, referimo-nos primeiramente, a percepção da mulher como sujeito individual, o que exige a ruptura com as mais variadas formas de apropriação e alienações dela decorrentes, especialmente, a ruptura com a naturalização da subalternidade que lhe é socialmente atribuída. Apenas assim, podemos chegar a dimensão coletiva da consciência militante que, para nós, é expressa na formação de movimentos de mulheres.

Tal reflexão nos remete ao entendimento de uma das dimensões do feminismo, como uma atitude pessoal diante da vida. Dessa forma, o movimento feminista expressa uma consciência individual e coletiva das mulheres e a partir desta uma vontade de transformação das estruturas que sustentam o sistema de dominação e exploração.

Pequenas notas conclusivas

Os diálogos suscitados no desenvolvimento do artigo nos levam a pensar em três determinações centrais na relação das mulheres no acesso as políticas públicas como direito: 1 – A estrutura político-ideológica que reforça na sociedade brasileira a dimensão assistencial, fragmentada e descontinuada da prestação de serviços, 2 – a carga histórica atribuída às mulheres no seu papel de cuidadoras o que faz com que assumam vários serviços que deveriam ser de responsabilidades do Estado; 3 – A distância entre a definição dos direitos e sua implementação, o que dificulta a compreensão da política em sua totalidade.

Doravante, reconhecemos, em concordância com Behring e Santos (2009. p.279), que "o direito quando se objetiva tanto por meio das lutas, como dos institutos jurídicos-políticos, sofre as determinações societárias. Desta forma, não há como autonomizá-lo dos interesses do capital nas diferentes conjunturas".

Neste sentido, como explicitamos ao longo do trabalho, entendemos que a luta por direitos, como parte da luta da classe trabalhadora, deve está sempre articulada ao enfrentamento as determinações que geram as desigualdades sobre as quais repousam todas as reivindicações no campo das políticas públicas.

Referências Bibliográficas

ALVES E PITANGUY; Branca M e Jacqueline. O que é feminismo? São Paulo. Brasiliense. 2003. (Coleção Primeiros Passos)

AMB. Articulando a luta feminista nas políticas públicas: desafios para ação do movimento na implementação das políticas. Brasília: Articulação de Mulheres Brasileiras, 2009

ÁVILA, Maria Betânia (org). Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS Corpo, 2001.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Em busca do tempo perdido: Mulheres e Políticas Públicas no Brasil 1983-1993. In: Revista Estudos Feministas, Ano 2, 1994.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. 2ed. Volume 1 - Fatos e mitos. Rio de Janeiro. Nova fronteira. 1980

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007 (Biblioteca Básica do Serviço Social; v. 2).

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Morais. Questão social e direitos. In: Serviço Social e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BOGO, Ademar. Organização política e política de quadros. São Paulo: expressão popular, 2011.

CALLINICOS, A. Capitalismo e Racismo foi traduzida de Race and Class, Bookmarks, Londres, janeiro de 1993. Setembro, 2000. Disponível em: http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudepopnegra/ALEX%20CALLINICOS_Capitalismo%20e%20Racismo.pdf acessado em 01 de março de 2018

CAMURÇA, Silvia. Nós mulheres e nossa experiência em comum. In: Cadernos de crítica feminista. Ano I, N.0, 2007.

CASTELLANOS, Gabriela. El Feminismo Lésbico Dentro de la Teoría Política Feminista. In: Crítica Contemporánea. Revista de Teoría Politica, Nº1 Nov. 2011 - ISSN 1688-7840, 2011

CHILDE, V. Gordon. A evolução cultural do homem. 5ª.Ed. ZARAH. Rio de Janeiro.

_____. O que aconteceu na História. 5ª.Ed. ZARAH. Rio de Janeiro. 1981b.

CISNE, Mirla. Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil. Tese de doutorado em Serviço Social defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

DELPHY. Christine. Verbete PATRIARCADO (teoria do). In: HIRATA [et al], Dicionário Critico do Feminismo. UNESP. São Paulo. 2009

DIAS, Edmundo Fernandes. A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização. Textos Didáticos. n°29. São Paulo: IFCM/UNICAMP, 1997.

DIEESE, Caderno de negociação. Número 4 - Fevereiro/março. São Paulo. 2018

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do estado. Centauro. São Paulo. 2002.

GUILLAUMIN, Colette. Práctica del poder e idea de naturaleza. In: CURIEL, Ochy;

GURGEL, Telma. Feminismo e liberdade: seu sujeito total e tardio na América Latina. Paraíba: UFPB, 2004 (Tese de doutorado em sociologia).

HIRATA, Helena & KERGOAT, Danièle. (1993), “A classe trabalhadora tem dois sexos”. Estudos Feministas. 2 (3): 93-100, Florianópolis. 1994.

KERGOAT, Daniéle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In. Dicionário crítico do feminismo / Helena Hirata [Et al] (orgs.). São Paulo: UNESP, 2009. p 67

LOPES, Adriana, BUTTO, Andrea. Mulheres na reforma agrária, A experiência recente no Brasil. NEAD DEBATE. Brasilia. MDA, 2008.

LUGONES, María.Hacia un feminismo descolonial. In: La manzana de la discordia. Julio - Diciembre, Año 2011, Vol. 6, No. 2: 105-119, 2011.

MENDIA, Irantzu; GUZMÁN, Glória. (2009). El movimento de mujeres em América Latina. In: Boletín de recursos de información nº 19. Centro de Documentación HEGOA. Octubre.

MORA, María Elena Hernández. Indicios de una reflexión política. In: Cotidiano Mujer; Articulación Feminista Mercosur. Desafíos Feministas en América Latina: la mirada de las jóvenes. Montevideo: Imprenta Rojo, 2009.

NOBRE, M. Censo Agropecuário 2006 − Brasil: uma análise de gênero. In. As mulheres nas estatísticas agropecuárias: experiências em países do Sul / Andrea Butto, Isolda Dantas, Karla Hora [organizadoras]. ─ 1. ed. ─ Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. 220p

PALUDO, Conceição. MULHERES resistência e luta em defesa da vida. São Leopoldo: CEBI, 2009.

PATEMAN, Carole. O contrato Sexual. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1993

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. Revista Ciência Hoje, nº 28 1987. disponível em: http://naf.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf acesso em: 01/04/2018

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes Sociais**. tradução de Francisco Silva; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
REED, Evelyn. Sexo contra sexo ou classe contra classe. Sundermann, São Paulo. 2008

SAFFIOTI, Heleieth I. B. A mulher na sociedade de classe: mito e realidade. São Paulo. Expressão Popular. 2013.

_____. B. Gênero, Patriarcado e Violência. Perseu Abramo, São Paulo 2004.

SANTOS, M. K. A. C. Rompendo a cerca do isolamento: as relações entre a agroecologia e as questões de gênero. Dissertação (Mestrado em serviço social). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012

SILIPRANDI, Emma. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. In Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Paulo Petersen (org) – Rio de Janeiro. AS-PTA, 2009.

_____. Mulheres e agroecologia : a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar / Emma Siliprandi; orientadora Laura Duarte ; co-orientadora Alicia Puleo. – UNB. Brasilia. 2009.

SILVA, Carmem; CAMURÇA, Silvia. (2010). Feminismo e movimento de mulheres. Recife: Edições SOS Corpo.

TABET, P. Mãos, instrumentos e armas. In: FERREIRA, V. ÁVILA, B. FALQUET, J. ABREU, M. (Org.) O patriarcado desvendado: teoria de três feministas materialista. Recife. 2014

Programa Territórios da Cidadania – PTC: desafios, avanços e legado para os territórios do Rio Grande do Norte/RN.

Maria de Fátima Rocha Gondim[43]

Introdução

O presente artigo tem como objetivos refletir sobre a implementação do Programa Territórios da Cidadania (PTC)[44], e quais seus desafios, avanços e legado em seis territórios do Estado do Rio Grande do Norte, a saber: Açu/Mossoró, Alto Oeste, Mato Grande, Potengi, Sertão do Apodi e Seridó.

Para tanto, iremos discorrer brevemente sobre as políticas públicas para o meio rural, as mudanças de paradigmas ao longo desse percurso das ações do Estado brasileiro e a descentralização dos espaços de planejamento em parte da América Latina[45]. Dialogaremos também sobre a abordagem territorial do Brasil na década de 2000 (baseadas nas experiências desenvolvidas pela União Europeia - UE), com o intuito de refletir sobre as expectativas almejadas para o desenvolvimento rural pelos diversos atores sociais com vistas ao enfrentamento das desigualdades locais.

As análises, reflexões e apontamentos que serão discutidas ao longo desse trabalho, resultam da intersecção entre pesquisas bibliográficas sobre o tema políticas públicas nos territórios rurais, com o objetivo de conhecer o histórico da formulação de tais políticas via Estado, para o desenvolvimento rural a partir da perspectiva territorial.

---

[43] Socióloga e Mestra em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN.

[44] O Programa Territórios da Cidadania é uma das ações destinadas a reduzir as desigualdades propostas pela Agenda Social do Governo Federal. Seu objetivo é a "*superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável*". Especificamente, o programa visa a promoção da inclusão produtiva das populações pobres dos territórios, mediante o planejamento e integração de políticas públicas. Também se propõe a ampliar a participação social e garantir a universalização dos programas básicos de cidadania. O programa abrangia, até o final de 2008, 60 territórios, mas foi ampliado para 120 Territórios da Cidadania em 2009. (BRASIL, 2003)

[45] As experiências chilenas e argentinas, assim como no Brasil apontam mudanças no processo de descentralização do planejamento e na adoção de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento endógeno, a partir das experiências locais. (ORTEGA, 2018)

Utilizaremos também os dados coletados através da pesquisa de campo[46] via Projeto Mulheres Trabalhadoras Rurais nos Territórios da Cidadania: construindo um novo protagonismo, financiado pela Secretária Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário - SEAD, edital 11/2016 para subsidiar nossa análise sobre a implementação do PTC nos territórios do RN.

Políticas Públicas para o meio rural

O meio rural brasileiro historicamente, no imaginário ideológico coletivo de parte da sociedade e do Estado, se enraizou como local de atraso; principalmente no que tange a região Nordeste do país.

Essa região tem quase todo seu território com áreas de clima semiárido[47] e ao longo de décadas, foram desenvolvidas políticas públicas de combate a seca, baseada em um modelo de, "modernização" e industrialização de áreas agrícolas, não adequadas a região.

Em sua maioria, as mesmas pautaram-se em propostas desenvolvimentistas[48] e neoliberais para dinamizar e promover a economia nordestina. Essa modernização, propositadamente, tinha o intuito de introduzir uma dinâmica produtiva extensiva, saindo do baixo nível tecnológico, para uma exploração que utiliza os mais modernos recursos produtivos, além de um uso intensivo de terra, trabalho e capital. (SILVA e SILVA, 2006)

Essas ações baseavam-se em fatores exógenos (advindos de outras regiões e países, cujos fatores climáticos e culturais distinguiam consideravelmente de suas diversidades e especificidades), levando a introdução de modelos pré-concebidos que não

---

[46] Realizada nos territórios da cidadania no período de novembro de 2017 a fevereiro de 2018 nos seguintes municípios: Acari, Apodi, Areia Branca, Assu, Bom Jesus, Caicó, Currais Novos, João Câmara, Mossoró, Pau dos Ferros, Pendências, Riachuelo, São Francisco do Oeste, São Miguel do Gostoso, São Pedro e Touros.

[47] As regiões semiáridas são caracterizadas, de modo geral, pela aridez do clima, por um balanço hídrico negativo, com precipitações pluviométricas irregulares em relação a quantidade de milímetros e cujo a quantidade é menor que o índice de evaporação na região, e pela presença de solos pobres em matéria orgânica. O semiárido brasileiro abrange 1.113 municípios com uma área de 969.589, 4 Km2 correspondente a quase 90% da região Nordeste (nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia); e mais a região setentrional de Minas Gerais. (SILVA, 2006)

[48] Em um contexto ascendente de globalização das economias mundiais, verifica-se essa tendência nas iniciativas adotadas. Com o risco iminente de deixar nas mãos do mercado, a definição nos rumos das ações, agravando o processo de concentração econômico, já tão concentrado em algumas regiões. (SILVA e SILVA, 2006)

consideravam as dimensões territoriais econômicas, ambientais, sociais, culturais, históricas e políticas, que convergem para integralização e fortalecimento de elementos territoriais, fundamentais como estratégias para o desenvolvimento rural.

Com foco na superação das desigualdades regionais, uma das principais autarquias governamentais criadas para promover e coordenar o desenvolvimento da região Nordeste foi a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene[49]) :

> A criação da Sudene resultou da percepção de que, mesmo com o processo de industrialização, crescia a diferença entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil. Tornava-se necessário, assim, haver uma intervenção direta na região, guiada pelo planejamento, entendido como único caminho para o desenvolvimento. (CPDOC, FGV, 2018, página?).

Sob essa ótica "desenvolvimentista", as ações implementadas pelo Estado como agente planejador e direcionador de políticas públicas que almejavam reduzir as desigualdades regionais do país, foram conduzidas para reforçar um projeto de desenvolvimento clássico e histórico - aquele que favorecia a cultura setorial dos latifúndios e do agronegócio.

A Sudene se constitui como um exemplo clássico de investimentos vultosos, mas que falharam. Dessa maneira, as diferenças entre as regiões Nordeste e Sul/Sudeste se mantiveram e aumentaram.

Como consequência, ao optar por escolhas homogêneas, ignorando a diversidade multifacetada do Nordeste, a Sudene contribuiu para reforçar a crença que o rural e a agricultura familiar estavam condenados à decadência. Conclusões equivocadas, como insinuam análises superficiais, estigmatizando a região como relíquia de um ultrapassado subdesenvolvimento. (VEIGA, 2001)

Apesar dos insucessos colhidos nesse percurso, os processos de industrialização e modernização, planejados e introduzidos pela autarquia federal seguiram seu curso com a instalação de grandes empresas pelo Nordeste. Os mesmos tinham objetivos de

---

[49] Criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. A Sudene foi criada como uma autarquia subordinada diretamente à Presidência da República, e sua secretaria executiva coube a Celso Futado de 1959 a 1964. Sua instituição envolveu, antes de mais nada, a definição do espaço que seria compreendido como Nordeste e passaria a ser objeto da ação governamental: os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais. Esse conjunto, equivalente a 18,4% do território nacional, abrigava, em 1980, cerca de 35 milhões de habitantes, o que correspondia a 30% da população brasileira. (CPDOC, FGV, 2018).

transformar áreas potenciais da economia agrícola em polos modernos de crescimento econômico. (CORRÊA, 2009)

No Rio Grande do Norte, em meados da década de 1980 ocorreu a instalação de empresas da fruticultura (Del Monte Flesh Produce, por exemplo), caracterizando a introdução do polo da agricultura irrigada[50], aproveitando a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Vale do Açu, e a perfuração de poços profundos no município de Mossoró e região.

Desta feita, as estratégias abordadas por essas empresas, apresentavam e sobrepunham os modelos culturais, sociais e econômicos locais, abrindo caminho para forças externas do livre mercado (concorrência, poder de barganha flexibilizado, mecanização da produção, entre outros); postergando o desenvolvimento desses espaços nos territórios e implicando na disseminação de novos problemas (a contaminação das nascentes, o desmatamento, a monocultura, a expulsão do povo de suas, entre outros).

Assim, em seu objetivo principal (promover e coordenar o desenvolvimento do NE), a Sudene reproduziu modelos que não resolveram os problemas estruturais da região, os padrões de miséria foram mantidos, e as migrações não cessaram. (CPDOC, FGV, 2018).

Entretanto, mesmo assim, a mesma continuou a receber recursos governamentais e a desenvolver políticas públicas para o "desenvolvimento" do meio rural até maio de 2001[51], quando foi fechada sob fortes denúncias que estava favorecendo práticas clientelistas.

Nesse contexto, os modelos históricos de políticas públicas reproduzidos pelo Estado para o meio rural, tem contribuído com a manutenção de crenças (experiências exógenas, corte nos recursos, fortalecimento de culturas em detrimento de outras, etc) que reforçam a ineficiência das ações, apontam as falhas no estabelecimento de diálogo

---

[50] O Polo de Fruticultura Irrigada Açu /Mossoró do RN ocupa uma área de (7.3 80km), sendo composto por duas regiões distintas: a subzona de Mossoró, que inclui, além de Mossoró, as cidades de Governador Dix-Sept Rosado, Upanema, Grossos, Areia Branca, Baraúna, Tibau e Apodi; a subzona de Açu, que, além de Açu, é composta pelos municípios de Ipanguaçu, Itajá, Carnaubais, Alto do Rodrigues e Afonso Bezerra. Cada uma dessas zonas apresenta particularidades na sua dinâmica de exploração da fruticultura. (SILVA e SILVA, 2006)

[51] Em 2003, é anunciado a reabertura da Sudene pelo Ministério da Integração Nacional. Agora, atendendo a região Nordeste e o norte do Estado de Minas Gerais. Atualmente, coube à Autarquia para 2018, a execução, em sua área de atuação, de ações relacionadas a Objetivos do Programa 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial. http://www.sudene.gov.br/acoes-e-programas (INFONET, 2018).

com os atores locais, desconsiderando suas organizações, seus espaços e suas reivindicações, pois:

> [...] a essência do desenvolvimento rural encontra-se ligada a uma forma de reivindicação da organização territorial, apoiando-se na revalorização do espaço rural e de sua geografia como uma unidade de gestão que permite integrar uma realidade econômica multissetorial e dimensões políticas, sociais, culturais e ambientais que vem construindo uma institucionalidade dinâmica e complexa, que oferece possibilidades de resposta às falências apresentadas pelo desenvolvimento rural nas últimas décadas". (PERICO e RIBEIRO, 2005, p. 25)

É válido ressaltar, que fatores como concepção política e ideológica, estrutura de Estado e o modelo de desenvolvimento, exercem grande influência sobre as formulações das políticas públicas, chegando a definir, em determinadas circunstâncias, tanto o seu caráter como o seu conteúdo. (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009).

Torna-se essencial assim, incentivar os processos de rompimento dos obstáculos enfrentados ao longo do macro processo do desenvolvimento rural no Brasil. Esse exercício tem contribuído para fomentar a reflexão sobre a necessidade iminente de mudanças na matriz de planejamento das ações políticas, voltadas ao combate da pobreza rural e das desigualdades sociais e regionais que ainda persistem no heterogêneo meio rural. (DELGADO; LEITE, 2011).

Nessa perspectiva, com a organização e o fortalecimento de espaços políticos de participação e debate coletivos, poderemos romper com o ciclo dos obstáculos e conceitos estabelecidos ao longo de décadas sobre as políticas públicas para o meio rural, e construir as bases para um novo paradigma a partir de diferentes olhares e sinergias.

Tal processo reflete uma lenta transição e deve levar em consideração as especificidades locais (ORTEGA, 2008). Entretanto, é notório que a mesma é influenciada por interesses políticos variados, mas que exprimem também o surgimento e o fortalecimento de uma visão diferenciada sobre o meio rural, (não mais com caráter setorial e cada vez menos homogêneo); mas de atividades multifuncionais, que reconheçam o meio rural e suas heterogeneidades.

Pensar e investir nessa transição, na estratégia da descentralização das políticas, constitui-se como um desafio para o Estado e a sociedade civil, pois devemos refletir e identificar:

> [...] se a retórica da descentralização serve somente para disfarçar a desobrigação dos governos centrais pela provisão de bens públicos que viabilizem o desenvolvimento, ou significa atender as demandas da sociedade civil para permitir maior participação na gestão de políticas públicas e, promover, de fato, uma estratégia de desenvolvimento com vistas a redução das desigualdades. (ORTEGA, 2008, p. 35)

Grupos e fatores contrários (como temos relatado ao longo desse artigo), são organizados e reorganizados a partir de suas demandas e interesses próprios seculares. São nítidas as demonstrações de desinteresse ao ignorar o estabelecimento de espaços de luta democráticos, corroborando com o tensionamento nos diálogos e a manutenção de uma realidade de múltiplas dificuldades para o desenvolvimento rural.

Políticas Públicas para o meio rural: mudanças de paradigmas

O histórico de políticas desenvolvimentistas para o meio rural, como vimos acima, foram implementadas por meio de estratégias de planejamento centralizadas, setorial e homogêneas. (ORTEGA, 2008).

Em geral, é raro encontrar estratégias explícitas que estabeleçam a necessidade de interação com outras políticas. A setorialização das políticas públicas ??para o rural acaba sendo reproduzida.

O esgotamento dos modelos anteriormente adotados, sinalizam com mecanismos que promovam sua intersetorialidade como um propósito das políticas de desenvolvimento rural, social, sustentável. (PERICO, PERAFÉN, PINILLA, 2011) Ressaltamos que as experiências têm sido semeadas. Porém, algumas demonstram que essa estratégia é mais uma declaração de vontade nas práticas de minorias.

No âmbito rural, a busca de novos paradigmas tem revelado a urgência sobre o debate da aplicação de modelos de desenvolvimento (ou seria crescimento) econômico alternativos, em virtude do insucesso daqueles anteriormente adotados.

Como resultado desse processo, Ortega (2008) identifica, portanto, duas estratégias de planejamento com vistas à adoção de políticas públicas de desenvolvimento territorial:

> Uma orientada de cima para baixo (*top-down*), em que o desenvolvimento local é planejado, particularmente, pela esfera federal; E a outra de baixo para cima (*button-up*), em que os planos de desenvolvimento local são elaborados de forma descentralizada, por meio da participação das esferas públicas e privadas locais. (ORTEGA, 2008, p. 29)

Nessa direção, é possível observar que o insucesso das políticas públicas para o meio rural está relacionado à introdução de modelos pré-concebidos, orientados nas estratégias (*top-down*), apresentando um maior apelo econômico em detrimento do social.

De forma geral, o histórico da implementação das políticas públicas consideravam as dimensões econômicas (rara ou poucas vezes as potencialidades regionais), ficando as dimensões ambientais, sociais, culturais, históricas e políticas em segundo plano.

Percebemos assim, reiterada a necessidade da descentralização do planejamento, e ao mesmo tempo, a exigência com mais ênfase da participação dos atores locais no fomento dos planos de baixo para cima (*button-up*), conferindo legitimidade as estratégias para o desenvolvimento de políticas públicas para o espaço rural, com ênfase na emergência da abordagem territorial:

> No Brasil, a abordagem territorial vem ganhando rápido interesse, especialmente no âmbito dos planejadores e formuladores de políticas públicas, haja vista a criação de uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e uma significativa simpatia dos outros órgãos governamentais em torno de potencialidades normativos do novo aporte (SCHNEIDER, 2004, p. 99).

Na virada dos anos noventa para a primeira década deste século, começa a amadurecer um novo paradigma com enfoque rural, e constitui-se uma política nacional de desenvolvimento territorial no Brasil.

> [...] antes de apresentarmos a política de desenvolvimento territorial rural [...] é essencial apreender que esse movimento pelo desenvolvimento territorial, no

> início, bem local (entendido como municipal), ganha destaque na década de 1990, e sofre modificações importantes (já de caráter intermunicipal) no pós-2003. (ORTEGA, 2008, p.99)

Ao sinalizar com essa dinâmica, no que se refere à Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)[52], o objetivo da mesma seria o de encontrar uma integração entre as políticas públicas no âmbito federal, estadual e municipal com associações da sociedade civil em torno do desenvolvimento de territórios onde predominassem agricultores familiares e beneficiários da reforma e do reordenamento agrário.

Algumas das características mais importantes dessa estratégia podem ser sintetizadas abaixo e demonstram o interesse de mudanças no caminho do desenvolvimento rural com a geração de políticas com enfoque territorial. Enfatizando o caráter intersetorial das ações para a gestão da política com novos atores públicos no planejamento participativo:

Mudanças de estratégias de desenvolvimento rural com enfoque territorial

	Marco Base	**Tendência**
Objetivo da política	Agricultura grupos focalizados	Multidimensional
Visão	Produtiva	Tipologias territoriais, espaço contínuo
Definição de ruralidade	Demográfica-produtiva dicotômica	Multissetorial, cluster
Ênfase de economia	Agrícola ampliada, cadeias	15.210
Tipos de política	Setorial econômica, setorial social	Ordenamento territorial Articulação de concorrência
Objetivo do desenvolvimento	Mercado, rentabilidade privada, redistribuição	Rendas sociais territoriais
Instituições públicas	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	Ministério do Planejamento ou Desenvolvimento interministerial,

[52] A Secretaria de Desenvolvimento Territorial foi criada em 2003 no primeiro governo Lula e estava ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Com isso, foi formulado o Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais (PRONAT) no âmbito do Plano Plurianual do Brasil 2004-2007. (GONDIM, 2014)

		institucionalidade territorial
Papel dos atores sociais	Participação, representação	Negociação, consensos
Ênfase de inversão	Projeto produtivo, transferências, bem privados, bem semiprivados, bens semipúblicos, bens públicos gerais	Projetos estratégicos territoriais, bens públicos territoriais
Modelos de planejamento	Planejamento setorial, planejamento participativo	Planejamento estratégico territorial/Plano-contrato

Fonte: PERICO, PERAFÉN, PINILLA, 2011 p. 23.

Corroborando com essas mudanças, a ideia de uma abordagem territorial é assumida pela SDT, promovendo ações descentralizadas com o propósito de transformar profundamente a orientação e gestão da política pública para o desenvolvimento rural, com ênfase também, nas estratégias intermunicipais que valorizem os potenciais endógenos locais:

> [...] a partir de 2003, um ano considerado de transição [...] Os municípios rurais deprimidos [...] em larga medida, constituíram os territórios rurais do MDA, uma experiência de consórcios intermunicipais, com o intuito, por exemplo, de que os investimentos não fossem pulverizados nos municípios, mas sim, alocados a iniciativas que aproveitassem a sinergia gerada por uma ação mais abrangente entre eles. (ORTEGA, 2008, p. 131)

Schneider (2009) afirma que é nesse contexto que o território emerge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação de políticas públicas. O foco da discussão de desenvolvimento territorial passou a destacar a importância dos atores locais, construindo um projeto capaz de gerar sinergias positivas para o espaço em que atuam.

> Cada vez mais passavam a ser incentivadas experiências de desenvolvimento territorial, buscando replicar as experiências europeias.

> Esta perspectiva chegou à América Latina e, no âmbito do Brasil, esse debate avançou bastante ao longo dos anos 1990, a ponto de as políticas públicas começarem a ser geradas considerando-se esse arcabouço teórico, especialmente no governo Lula. (CORRÊA, 2009, p. 27)

Echeverri (2010) ressalta que, para esta finalidade, é assumida uma definição de território que marcará de forma profunda a concepção geral da política. No documento de orientação dessa política, a SDT adota a seguinte definição de território:

> [...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (ECHEVERRI, 2010, p. 89-90).

A justificativa para adotar a abordagem territorial é a de que se considera fundamental uma estratégia de apoio ao desenvolvimento rural, que leve em conta quatro aspectos:

> - O rural não se resume ao agrícola;
> - A escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento e a escala estadual é excessivamente ampla;
> - A necessidade de descentralização das políticas públicas;
> - O território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre as pessoas, grupos sociais e instituições, estabelecendo iniciativas que impulsionam o desenvolvimento endógeno e participativo. (BRASIL, 2005 página?)

Nesses termos, a política brasileira de desenvolvimento territorial aplicada ao setor rural, a cargo da SDT acumulou um significativo conjunto de casos (mais de 160 territórios), possibilitando um tratamento mais acurado dos limites e alcances dessa experiência de intervenção pública.

Merece destaque outro aspecto significativo na condução dessa abordagem. A linha de financiamento do PRONAF Infra-estrutura e Serviços[53] mudou sua unidade de atendimento, passando a atuar como suporte ao desenvolvimento dos Territórios Rurais (TRs).

Esse aspecto indica a decisão do governo brasileiro em propor uma política nacional que apoiasse o desenvolvimento sustentável considerando a abordagem territorial. Foi então formulado, o Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais (PRONAT), também conhecido como Territórios Rurais de Identidade, no âmbito do Plano Plurianual do Brasil 2004-2007. Com efeito, o PRONAT, está no cerne da formação da própria SDT. (DELGADO; LEITE, 2011)[54].

No caso dos TRs, os critérios multidimensionais e os elementos de coesão social e territorial foram definidos pela predominância de elementos rurais[55], das pequenas e médias cidades, vilas e povoados (BRASIL, 2003f, p.34). Outros critérios mais específicos também foram considerados na definição dos territórios rurais "prioritários"[56], como são os casos do baixo dinamismo econômico e da existência de situação de pobreza.

Apesar das mudanças de paradigmas em curso, mesmo avançando na implementação de políticas oriundas do planejamento descentralizado, este não depende apenas da vontade da participação social para que as políticas possam ser, de fato, acessadas e contribuam para mudanças na melhoria da qualidade de vida no meio rural.

Dito isto, não podemos ignorar que a perspectiva territorial desenvolvida pelo Estado com o propósito de construir projetos de desenvolvimento mais abrangentes, com a constituição dos consórcios intermunicipais e arranjos produtivos locais,

---

[53] O PRONAF Infra-estrutura e Serviços pode ser apontado como importante formador de uma cultura de concertação social para uma política de desenvolvimento territorial. Para mais informações, ver Ortega (2008).

[54] Este programa passou a operar de forma regulamentada em julho de 2005, quando obteve sua chancela formal por intermédio da Portaria n° 5, de 18/7/2005. Esta portaria, emitida pela SDT, reconhece a seleção, alteração e administração de Territórios Rurais e garante suporte legal para os Territórios da Cidadania (TC), programa adicional que começou a ser efetivamente executado em 2008. (BRASIL, 2003)

[55] Ambiente natural pouco modificado e/ou parcialmente convertido a atividades agrosilvopastoris; baixa densidade demográfica população pequena; base na economia primária e seus encadeamentos secundários e terciários; hábitos culturais e tradições típicas do universo rural". (BRASIL, 2003)

[56] Territórios com a predominância de agricultores familiares; com assentamentos e acampamentos rurais; atendidos pelo Pronaf; IDH-M baixos; com iniciativas de desenvolvimento em curso; com a existência de programas apoiados pelos estados; entre outros. (ORTEGA, 2014)

referenciados territorialmente; fomentou a indução dos processos de (re)territorialização (a reconstrução em novas bases) e mesmo a constituição de territórios induzidos[57].

Ao acionar, a partir das características anteriormente relatadas, a indução ou (re)territorialização, Ortega (2008) nos chama a atenção para algumas dificuldades identificadas na consolidação das políticas de desenvolvimento territorial, a saber:

> • Critérios para seleção de municípios determinada de cima para baixo;
> • A necessária articulação em arranjos horizontais e verticais entre as diferentes instâncias de poder é dificultada por colorações políticas partidárias distintas;
> • O ambiente macroeconômico nem sempre é levado em consideração na hora de elaborar os projetos de desenvolvimento territorial;
> • Empecilhos para a realização de uma capacitação com a finalidade de diagnosticar, formular e gerir projetos;
> • Dificuldades políticas para a construção de um pacto territorial (oligarquias locais têm grande capacidade de exclusão), com a minimização dos conflitos políticos locais inerentes a uma sociedade de classes;
> • É preciso organização social: elevado capital social para a construção de um pacto territorial. (ORTEGA 2008, p. 172)

Em linhas gerais, os desafios postos são históricos e diversos. Evidencia-se assim, ainda que os objetivos territoriais sejam aglutinados em torno de um projeto de desenvolvimento, este poderá apresentar conflitos nos espaços de debate coletivos. Ou seja, a concepção desse projeto, pode não representar os anseios de amplos segmentos sociais. Evidentemente, devemos reconhecer as possibilidades de dificuldades na construção dos entendimentos em torno da implementação, continuidade e fortalecimento da política territorial."[...] a institucionalização da participação de distintos segmentos sociais em novos espaços de governança pode criar condições favoráveis à construção de projetos de desenvolvimento pactados [...]". (ORTEGA, 2008, p. 119) É importante considerar na abordagem territorial das políticas públicas levada a cabo nas últimas décadas pelo Estado brasileiro que, os territórios sejam constituídos numa perspectiva

[57] Os territórios induzidos se caracterizam como aqueles que precisam de um "empurrão". São arranjos territoriais constituídos por indução de uma ação governamental, por uma política pública. Isso o distingue daqueles constituídos autonomamente (Vale dos Vinhedos da Serra Gaúcha) e surgiram com estruturas de governança autônomas, com vistas a enfrentar as duras realidades de mercados globais. Essa distinção torna-se fundamental para compreender a diversidade de arranjos territoriais.(Jesus, 2013).

mais autônoma; respeitando suas diversidades e identidades locais, resultante da construção histórica, social e política dos sujeitos locais.

De todo modo, como já salientamos, essa estratégia não garante automaticamente o mesmo grau de envolvimento dos diferentes segmentos sociais locais. Pois, nas assimetrias históricas, devemos ter a clareza que a forma de organização da sociedade capitalista interfere nos processos como na condução das políticas públicas.

Mesmo assim, é imperativo que as políticas públicas, possam oportunizar o resgate e o desenvolvimento de atividades que fortaleçam as organizações e experiências locais, com vistas à superação das desigualdades territoriais. Isto poderá impactar consideravelmente no diálogo para construção dos pactos territoriais para o desenvolvimento. (ORTEGA, 2014)

Programa Territórios da Cidadania – PTC

Embora o PRONAT tenha buscado redirecionar a agenda do Estado na implementação de programas e ações de desenvolvimento territorial rural, alguns territórios ainda apresentavam altos índices de pobreza rural e tinham um cenário economicamente fragilizado; com isso, necessitavam de uma atenção emergencial, com ações ainda mais articuladas.

Em 2008, surge o Programa Territórios da Cidadania[58]. Incialmente, o investimento previsto foi de R$ 11,3 bilhões; com sua ampliação em 2009 passou para R$ 23,6 bilhões em investimentos. A previsão era que mais de 2 milhões de famílias teriam acesso às ações do programa:

> [...] tem o mesmo referencial conceitual dos Territórios Rurais sendo amparado também pela mesma portaria, mas com uma gestão bem mais complexa. Resumidamente, foi do conjunto de Territórios Rurais que o governo, em geral, selecionou os Territórios da Cidadania. A prioridade era

[58] O Programa Territórios da Cidadania é uma das ações destinadas a reduzir as desigualdades propostas pela Agenda Social do Governo Federal. Seu objetivo é a "*superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável*". Especificamente, o programa visa a promoção da inclusão produtiva das populações pobres dos territórios, mediante o planejamento e integração de políticas públicas. Também se propõe a ampliar a participação social e garantir a universalização dos programas básicos de cidadania. O programa abrangia, até o final de 2008, 60 territórios, mas foi ampliado para 120 Territórios da Cidadania em 2009. (ORTEGA, 2008)

> atender territórios que apresentassem baixo acesso a serviços básicos, índices de estagnação na geração de renda e carência de políticas integradas e sustentáveis para autonomia econômica de médio prazo (DELGADO; LEITE, 2011, p.94).

Os Territórios da Cidadania (TCs) vêm sendo constituídos por TRs e têm sido priorizados os que podemos denominar de "territórios deprimidos"[59]

Para alcançar seus objetivos, foi constituído um Comitê Gestor Nacional[60] com a ideia de coordenar uma ação interministerial (19 Ministérios mobilizados) para implementar a universalização do conjunto das ações governamentais para o programa: Desenvolvimento Agrário/INCRA, Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Integração Nacional, Trabalho e Emprego, Meio Ambiente, Cidades, Minas e Energia, Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, Secretaria Promoção da Igualdade Racial, Secretaria da Aquicultura e Pesca, Justiça/Funai, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Cultura, Secretária-geral, Planejamento, Secretaria de Relações Institucionais, Casa Civil. (ORTEGA, 2008)

> Muito mais que a mera somatória de ações e dotações orçamentárias dos ministérios sobre um mesmo espaço social, trata-se de pensar a lógica da territorialização e governança de políticas a partir de um encontro de ações bottom-up, pelos atores locais [...](DELGADO; LEITE, 2011, p. 97)

A esse conjunto de esforços ministeriais, somam-se outros instrumentos no arcabouço das políticas territoriais que apontam a implantação de espaços no nível territorial como peça estratégica para a prática descentralizada da política, da gestão social e da governança territorial. Sua efetiva denominação e funcionamento seria objeto da especificidade de cada um dos territórios criados:

> [...] plenário (com a participação de todos os representantes do colegiado), núcleo dirigente ou diretivo, de caráter paritário e responsável pela implementação das ações da plenária e do plano

---

[59] São constituídos por municípios com níveis baixos de desenvolvimento, de ritmo de crescimento e do potencial de desenvolvimento. Seus indicadores sociais (educação, saúde e mortalidade) ficam aquém da média nacional, assim como sua capacidade institucional (avaliada pelo grau de participação local em sua gestão, sua capacidade financeira e gerencial). (ORTEGA, 2008)

[60] O Comitê Gestor Nacional é composto pelos Secretários Executivos ou Secretários Nacionais de todos os ministérios que compõem o programa. (ORTEGA, 2008)

> territorial, e o núcleo técnico, com a missão de subsidiar o funcionamento das instâncias colegiadas aportando conhecimento e expertise sobre temas e áreas indicados para tanto. (DELGADO; LEITE, 2011, p. 98)

Em termos práticos, essa articulação horizontal governamental com a constituição de colegiados territoriais[61] compostos em cada território por representantes das três esferas de governo e da sociedade civil local, com composição paritária com coordenação executiva e teriam os seguintes objetivos:

> - Divulgar as ações do programa;
> - Identificar demandas locais para o órgão gestor priorizar o atendimento (de acordo com critérios, sistemas de gestão preestabelecidos, especificidades legais e instâncias de participação existentes);
> - Promover a interação entre gestores públicos e conselhos setoriais;
> - Contribuir com sugestões para qualificação e integração de ações;
> - Sistematizar as contribuições para o Plano Territorial de Ações Integradas;
> - Exercer o controle social do programa. (DELGADO; LEITE, 2011, p. 95)

Nessa direção, Gondim (2014) ressalta que, o Brasil, ao rever sua estratégia de intervenção via políticas públicas, diante de várias experiências acumuladas - algumas exitosas, outras nem tanto - acenava para um novo aporte da abordagem territorial das políticas públicas e, para tanto, buscou na fonte adotada em 1991 pela União Europeia (UE) chamada de "Programa LEADER", que significa "Ligações entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais"[62], cuja marca inovadora foi seu viés territorial em oposição ao caráter marcadamente setorial dos investimentos tradicionalmente destinados às áreas rurais.

A exemplo das experiências de desenvolvimento rural no Brasil, a história das várias abordagens relacionadas a este experimentadas pelos países que compõem a UE antes de 1990 eram tipicamente setoriais:

---

[61] Para mais informações, consultar o livro: Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil – Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 14, 2011.

[62] Como seu nome sugere, trata-se mais de um método de mobilizar e incentivar o desenvolvimento nas comunidades rurais locais, do que um conjunto fixo de medidas a implementar, baseando-se em iniciativas e competências locais, promovendo a aquisição do saber-fazer no domínio do desenvolvimento integrado e divulgando esse saber-fazer a outras zonas rurais (COMISSÃO EUROPEIA, 2006).

> Eram abordagens "de cima para baixo" e comportavam regimes de apoio decididos a nível regional ou nacional. Os agentes locais nem sempre eram encorajados a adquirir as competências necessárias para se tornarem os arquitectos do futuro das suas próprias zonas (COMISSÃO EUROPEIA, 2006, p.6).

A semelhança estabelecida entre as duas abordagens está no desafio de superar o caráter centralizador e instrumental das políticas, das disparidades existentes entre as regiões; de que no contexto local (experiências endógenas) podem surgir respostas viáveis para dinamização dos territórios e, no caso brasileiro, também entre os municípios que integram os territórios.

Essa abordagem tem levado o Brasil, em especial, a ser ativo e inovador na criação de estratégias e caminhos do desenvolvimento, tornando-se referência obrigatória aos países da América Latina para o implemento de estruturas políticas que proporcionem a integração de estratégias a partir de lições já vivenciadas e aprendidas:

> [...] no caso brasileiro o debate atual sobre o desenvolvimento rural, e recentemente sobre o desenvolvimento territorial, fundamenta-se, entre outros aspectos, na observação da persistência interligada da pobreza rural e da desigualdade social e regional, e enquadra-se na discussão mais ampla sobre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade [...] (DELGADO; LEITE, 2011, p. 88).

Evidentemente, não sejamos ingênuos na adoção do paradigma territorial das políticas públicas em curso na última década no Brasil e na América Latina. Percebemos que as propostas de políticas territoriais foram constituindo um "aparente consenso" em torno da descentralização da ação pública (em outros momentos históricos, tão centralizada no poder do Estado desenvolvimentista) como instrumento de promoção do desenvolvimento e assim"[...] adquiriu extensão universal ocupando um espaço cada vez maior no discurso programático de todos os partidos políticos, independentemente de sua posição no espectro político-ideológico clássico". (FIORI, 1995, p, 20) Fortalecendo essa posição, Ortega (2014) chama atenção para postura adotada pelas agências multilaterais (Banco Mundial - BM, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, entre outras).

Nos últimos anos, estas agências aprovaram estratégias de desenvolvimento que adotassem o enfoque territorial[63]. Em um documento do BM, por exemplo, dirigido particularmente à América Latina, recomenda a criação de novas institucionalidades (arranjos sócioprodutivos locais) para o meio rural como forma de alcançar a boa governança[64].

De certa forma, reconhecemos assim que, todos esses organismos recomendavam o desenvolvimento local a partir da construção de novas institucionalidades, com vistas a composição de pactos colegiados para promover o desenvolvimento territorial. Ou seja, os caminhos para desburocratização, o acesso às políticas públicas e a descentralização do seu planejamento, continuavam recomendados de cima para baixo, agora sobre a égide da estratégia territorial.

Notoriamente, a concepção estratégica das políticas públicas territoriais deflagradas pelo governo brasileiro na década de 2000 corroborou com significativas mudanças no meio rural dado ao conjunto de esforços e ações implementadas.

Destacamos o olhar para as experiências endógenas, a revalorização das culturas e identidades locais, o esforço colegiado entre as instâncias municipais, estaduais e federais em superar conflitos antigos, interesses políticos, obstáculos técnicos e legais na arena territorial; avançando na superação de realidades históricas que postergavam a melhoria de vida para o meio rural.

No tocante a tais avanços, salientamos o fortalecimento dos processos que fomentam capital social[65] das organizações locais e, consequentemente, sua participação e incidência nos espaços deliberativos das ações via essas políticas. A institucionalização da participação de distintos segmentos sociais em novos espaços de governança aumentou a visibilidade e a gestão social dos sistemas decisórios.

---

[63] No relatório do Banco Mundial referente a 1996 (A nova visão de desenvolvimento rural) pode-se encontrar, por primeira vez, a defesa da constituição de novos modelos institucionais em que se passaria de um enfoque setorial para o territorial. (World Bank, 1997)

[64] O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2017: Governança e o Direito, examina como a distribuição desigual do poder em uma sociedade interfere na eficácia das políticas. Define melhor a governança como o processo por meio do qual o Estado e os grupos não estatais interagem para formular e implementar políticas, trabalhando em um conjunto de normas formais e informais modeladas pelo poder. (World Bank, 2018)

[65] Ele está relacionado com características da organização social como confiança, solidariedade, cooperação e reciprocidade entre os membros de um determinado grupo ou território que tem por objetivos a busca de resultados que seriam impossíveis de atingir se agissem individualmente. (PUTNAM, 1996)

Entretanto, é salutar não esquecermos que dado esses passos, alguns desafios persistem para as organizações da sociedade civil, Estados, municípios e Governo Federal; principalmente no que tange as ferramentas de descentralização do planejamento das políticas públicas, a sua implementação, o fortalecimento e constituição de espaços de governança que promovam a gestão social.

Ortega (2008) e Schneider (2004) lembra-nos que, na história recente de descentralização das políticas públicas no Brasil, os caminhos que levam à condução de um ambiente de discussões e participação da sociedade civil e de todos os atores envolvidos diretamente nesse ambiente de disputas, articulações e mudanças, a gestão social pode ser entendida enquanto processo decisório coletivo que favorece a governança, ou seja:

> De modo geral, nos processos de apoio ao desenvolvimento territorial, a governança se refere a decisões compartilhadas e mecanismos que ampliem a formação cidadã, para que estes ocupem espaços de tomada de decisão e influam como sujeitos sociais na determinação dos rumos do desenvolvimento de seus territórios (ARNS, 2010, p.9).

Ressaltamos assim que, as mudanças de concepções e adoção das estratégias via políticas territoriais pelo Governo brasileiro ao fim da década de 1990 e durante a primeira do século XXI, em linhas gerais, valorizou as diversidades locais, o desenvolvimento endógeno, favorecendo as bases para governança da sociedade civil.

Por conseguinte, ao mesmo tempo, no cenário rural brasileiro, uma parcela expressiva dos territórios induzidos ou autônomos, não conseguiram superar sua condição de "deprimido".

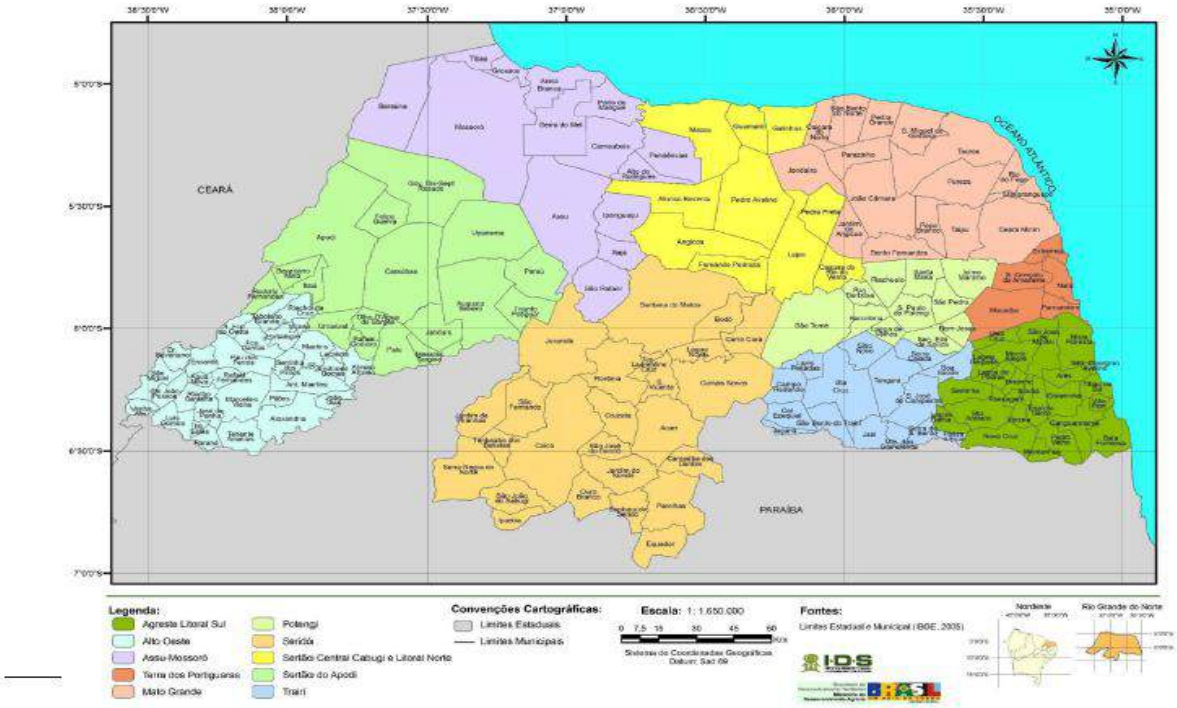
Em linhas gerais, mesmo com as ações via políticas públicas (em maior ou menor grau de acesso), com o estimulo a participação e gestão social, os territórios se deparam com sérios desafios e tem encontrado, na permanência de interesses conflituosos históricos, gargalos que os impedem de reunir condições autônomas para seguir suas próprias dinâmicas de superação das desigualdades.

Penso que podia ter um paragrafo sobre a diminuição do papel do PTC e depois sua tentativa de retomada com o NEDETs

O Programa Territórios da Cidadania no Rio Grande do Norte

No contexto territorial das políticas públicas, o Rio Grande do Norte encontra-se totalmente territorializado conforme mapa abaixo:

Figura1: Mapa dos Territórios Rurais do Rio Grande do Norte



Fonte: PTDRS, Açu/Mossoró, 2010.

O território da cidadania Açu-Mossoró localiza-se no Noroeste do Estado do Rio Grande do Norte (RN), abrange uma área de 7.974 Km² e é constituído por quatorze municípios: Alto do Rodrigues, Areia Branca, Assu, Baraúna, Carnaubais, Grossos, Ipanguaçu, Itajá, Mossoró, São Rafael, Serra do Mel, Pendências, Porto do Mangue e Tibau. As coordenadas geográficas correspondem à faixa de 36°43’ e 37°43’ de longitude (W) e 5°11’ a 5°34’ de latitude (S), fazendo limites com o oceano Atlântico no Litoral Norte, ao Leste com o Território Sertão Central, ao Sul com o Território Sertão do Apodi e a Oeste com a fronteira do Estado do Ceará. Esses municípios compõem as microrregiões Oeste Potiguar e Vale do Açu. (BRASIL, 2010a).

O Alto Oeste constitui um território em que há uma interação entre as diversas instâncias sejam elas, ambientais, sociais, culturais, econômicos ou políticas

institucionais. Considerando essa realidade o Alto Oeste refere-se a circunscrição territorial composta por trinta municípios, cujos membros são: Água Nova, Alexandria, Almino Afonso, Antonio Martins, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Francisco Dantas, Frutuoso Gomes, João Dias, José da Penha, Luis Gomes, Lucrecia, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Pau dos Ferros, Paraná, Pilões, Portalegre, Riacho da Cruz, Rafael Fernandes, Riacho de Santana, São Francisco do Oeste, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Tenente Ananias, Taboleiro Grande, Venha Ver e Viçosa. (BRASIL, 2010b)

O Território do Mato Grande abrange uma área de 5.986,20 Km², composto por 16 municípios: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará Mirim, Jandaira, Jardim de Angicos, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros. Ocupa importante área do território estadual, cuja superfície é bastante específica, estando inserido no contexto do semiárido norte-riograndense, em consonância com a realidade nordestina. A escassez e irregularidades das chuvas se constituem em fator limitante para o seu desenvolvimento, e a constatação de grande parte de sua superfície ser geologicamente sedimentar, com relevo plano e drenagem insignificante, dificulta ou impossibilita a acumulação da água de superfície. (BRASIL, 2010c)

O Potengi constitui-se como um território onde ocorre uma interação entre as diversas instâncias, sejam elas ambientais, sociais, culturais, econômicos ou políticas institucionais. Considerando essa realidade, o Potengi refere-se à circunscrição territorial composta por onze municípios, cujos membros são Barcelona, Bom Jesus, Ielmo Marinho, Lagoa de Velhos, Riachuelo, Ruy Barbosa, Santa Maria, São Tomé, São Paulo do Potengi, São Pedro, Senador Elói de Souza. (BRASIL, 2010d)

O Território Sertão do Apodi abrange a área de 8.280,20 km², é composto por 17 municípios: Apodi, Campo Grande, Itaú, Janduís, Rodolfo Fernandes, Umarizal, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Messias Targino, Olho-d`Água do Borges, Paraú, Patu, Rafael Godeiro, Severiano Melo,Triunfo Potiguar e Upanema.

Está localizado na Zona Homogênea do Estado do Rio Grande do Norte, denominada Médio Oeste, no semiárido nordestino. Caracteriza-se, de acordo, com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário –

MDA, por ser um território tipicamente rural, em razão da população total dos municípios serem inferior ou igual a 50 mil habitantes. É uma das regiões potiguares de maior capital social. Segundo o Planos Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS (2010), possui 9.453 agricultores familiares, 2.860 famílias assentadas e 01 comunidade quilombola. Seu IDH médio é 0,63. (BRASIL, 2010e)

O Seridó constitui-se como um território, tendo em vista a interação de diversos critérios que garantem uma peculiaridade ao referido espaço. Considerando esta realidade, o Seridó aqui definido se refere à circunscrição territorial caracterizada por vinte e cinco municípios, cujos membros são Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Matos, Santana do Seridó, São João do Sabugi, São Fernando, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas. (BRASIL, 2010f) não falou nada especifico sobre o Seridó.

A execução das políticas públicas ao longo de décadas (vale salientar que, pelas suas configurações históricas, todos eles tiveram em maior ou menor incidência, a ação governamental para promover o desenvolvimento), contribuíram para potencializar, em todos eles, alguns municípios em detrimento de outro.

Outro aspecto revelado nos PTDRS desses territórios é que, caracteristicamente, pela ação das políticas públicas, todos se constituíram a partir da perspectiva induzida. Em algum momento histórico, foi necessária a intervenção do Estado na redefinição de sua configuração para que pudessem ser contemplados.

> A busca por soluções e saídas capazes de serem generalizadas e universalizadas torna-se tentadora, em particular no âmbito da administração pública e das agências internacionais. Contudo, ao se acompanhar os diferentes processos que são postos em marcha pela política territorial nas suas áreas de atuação, é importante reconhecer que certos traços destes territórios lhe são específicos, resultantes de sua trajetória de construção. Em muitos casos, serão essas particularidades as responsáveis pelo sucesso ou mau andamento da política territorial. (DELGADO; LEITE, 2011, p. 100).

A (re)territorialização (a reconstrução em novas bases), não conseguiu superar a cultura dos interesses políticos distintos e a configuração de novos. A indução dos territórios com vistas ao fortalecimento dos seus arranjos produtivos não foi adotada, infelizmente, por todos os municípios. Nos colegiados territoriais, a arena de conflitos era perpetuada.

Essa afirmativa, parte do pressuposto defendido por Ortega (2008), Schneider (2004), Delgado; Leite (2011), entre outros citados anteriormente que, embora os esforços pactuados nos respectivos espaços colegiados territoriais, estes não conseguiram romper com os conflitos históricos entre os diversos segmentos, sejam estes, governamentais ou da sociedade civil para promoção do desenvolvimento territorial rural horizontal.

A insistência dessas contradições nos territórios por todo o país foi ocasionando críticas sobre a eficiência dessa abordagem. Em 2009, a SDT e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq[66] lançaram o Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais Nº. 05/2009[67].

Essa experiência possibilitou a academia, através de várias universidades (no RN, participaram a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN) em todo o país a desenvolver uma pesquisa em alguns territórios[68] via Células de Acompanhamento e Informação - (CAI).

Alguns dados resultantes dessa pesquisa serão abordados a seguir, por nos ajudar a compreender a insistência de alguns entraves nos territórios do RN e que, a princípio a SDT, esperava que fossem superados.

Utilizaremos ainda, dados recentes, coletados na pesquisa de campo do Projeto Mulheres Trabalhadoras Rurais nos Territórios da Cidadania: construindo um novo protagonismo realizada nos territórios citados no início desse artigo.

---

[66] O CNPq um órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para incentivo à pesquisa no Brasil. (CNPq, 2018) .

[67] O presente Edital tem por objetivo apoiar atividades de pesquisa e extensão com foco para o monitoramento e avaliação, acompanhamento da evolução e qualidade dos resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR. (MDA_SDT_CNPq, 2009)

[68] A princípio, inicialmente no RN foram os territórios Açu/Mossoró, Sertão do Apodi e Mato Grande.

Essa ação revelou que alguns desafios persistem (a crença em projetos vultosos e homogêneos, pouco interesse dos municípios, a centralização dos orçamentos federais, a ação interministerial das políticas, etc), mas que ocorreram avanços (a participação das mulheres e sua incidência nas instâncias colegiadas, a participação e incidência das colônias de pescadores, o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, a constituição de câmaras temáticas, entre outros).

Muito embora a abordagem territorial, como toda política pública, tenha recebido críticas, o legado foi semeado. Seus formuladores reconheceram a necessidade de reflexões e aprimoramento de suas estratégias sobre todo o processo, como forma de contribuir com alternativas que fortalecessem o legado.

Como vimos ao longo desse texto, o estabelecimento da cooperação em todos os níveis não é fácil. É importante destacar, ao mesmo tempo que a política territorial era desenvolvida nesses territórios, outras políticas públicas também eram executadas.

No entanto, o esforço interministerial preconizado com o PTC nem sempre era seguido criteriosamente. Alguns ministérios arquitetavam suas políticas desconsiderando as instâncias colegiadas, disputando inclusive, a mesma agenda e beneficiários. No RN, essa situação era recorrente nos territórios.

Nos voltaremos a partir de então, para os resultados das pesquisas citadas acima. Elas nos ajudarão a compreender como se constituíram alguns processos importantes para as análises das ações territoriais no RN.

De maneira geral, abaixo destacamos o entendimento acerca do PTC a partir das entrevistas realizadas durante pesquisa de campo do Projeto Mulheres Trabalhadoras Rurais nos Territórios da Cidadania: construindo um novo protagonismo:

> Ele é parte de uma estratégia de desenvolvimento realizada pelo governo federal no território da Cidadania, veio para ampliar o pronat, que era especifico para o crescimento rural e o território da cidadania, amplia também atuando no meio urbano. E a ideia desse programa é integralização das políticas, para a redução das desigualdades sociais e regionais. E aí tendo os territórios como espaços de articulação para o enfrentamento da exclusão social, degradação ambiental e principalmente a redução das desigualdades sociais e regionais e econômicas. (Pesquisa de campo, 2017)

> Eu entendo que é um espaço de discussão onde a gente junta as lideranças regionais dentro desse espaço pra gente tá discutindo políticas públicas pra região. Onde a gente traz as demandas, discute ali e vê as possibilidades de tá vendo de que forma a gente pode tá contribuindo e resolvendo essas demandas. (Pesquisa de campo, 2017)

> Uma forma das instituições governamentais e não governamentais se reunirem, discutirem e buscarem melhorias para a região[...] Ele se desenvolveu de uma forma participativa, tinha a participação das entidades e colegiado, era quem decidia o rumo do território, o que ia ser realizado, como ia ser realizado, e a gente se reunia mensalmente, de forma descentralizada e assim foi como funcionou. (Pesquisa de campo, 2017)

Os entendimentos apontam a importância dos espaços de governança, no caso, os colegiados territoriais como estratégia para reunir os diversos segmentos sociais dos territórios. Através desse exercício, os colegiados definiam quais projetos poderiam melhor traduzir suas identidades, características e arranjos produtivos para superar as dificuldades que postergavam o desenvolvimento rural. Penso que tem mais o que explorar aqui a partir da fala das mulheres.

Não devemos desconsiderar que mesmo nessa perspectiva, Ortega (2008) reforça, ainda que as forças territoriais sejam aglutinadas em torno de um projeto de desenvolvimento que represente os anseios de amplos segmentos sociais, não podem ser negadas as dificuldades para o seu sucesso. Isso tornou-se claro, especificamente, nas experiências do PTC no RN.

A CAI, pesquisou o índice de condições de vida (ICV), acompanhamento da gestão dos colegiados territoriais e identidade territorial, capacidade institucional, avaliação de projetos territoriais implantados[69], foram alguns pontos pesquisados com beneficiários das políticas territoriais (ou que deveriam ser beneficiados a partir do desenvolvimento dos projetos aprovados nos respectivos colegiados), sociedade civil e poder público. Ou seja, com os colegiados.

Essa pesquisa revelou que a qualidade de vida da população rural (beneficiária direta do programa) pouco tinha mudado, ainda persistiam problemas, principalmente os de infraestrutura produtiva.

---

[69] Para mais informações sobre a pesquisa, consultar os relatórios analíticos das Células de Avaliação e Informação (CAI) dos territórios Açu/Mossoró, Sertão do Apodi e Mato Grande.

Dos vários projetos em execução que foram aprovados com o intuito de promover o desenvolvimento a partir das experiências endógenas no território, encontravam-se paralisados, aguardando inclusive a contrapartida financeira dos munícipios proponentes ou do Governo do Estado para iniciarem ou serem concluídos.[70]

Tal constatação nos remete as palavras de Ortega (2008) que, na construção dos pactos territoriais, é importante ter clareza que nem sempre os governos locais estão motivados para aplicação de políticas públicas locais. Assim, o dilema dos territórios deprimidos era mantido.

No tocante a gestão dos colegiados territoriais, as fragilidades da gestão social e da governança pouco tinham sido superadas. As reuniões do território por vezes eram esvaziadas, com pouca participação dos segmentos sociais que o constituía. Os esforços para construir a cultura da governança e participação social eram falhos no processo de mobilização e viabilização da participação de alguns segmentos[71]. tem essa informação na nossa pesquisa?

O empenho para reunir os munícipios na abordagem territorial, demonstrou que a capacidade institucional necessitava compreender e assumir o desenvolvimento com olhar descentralizado. Tendo na sociedade civil, parceiros para fortalecer o capital social e estimular a capacidade e criatividade dos atores sociais na consecução de elementos aglutinadores para melhor articular, formular, planejar e gerenciar as políticas territoriais. (ORTEGA, 2008)

Era recorrente, inclusive, ocorrer maior participação do poder municipal quando entre as pautas, estava o edital do Proinf territorial. Isso demonstra a pouca capilaridade organizativa das capacidades institucionais em torno de outras pautas de interesse territoriais via ações interministeriais a citar: o programa luz para todos, a campanha de documentação da trabalhadora rural, o programa de habitação rural, entre outras.

Da mesma maneira, ao avaliar nos colegiados territoriais a eficácia dos projetos executados ou em andamento, notava-se o direcionamento para beneficiar propostas em

---

[70] Embora as os projetos fossem debatidos no colegiado, a sociedade civil não poderia apresentar proposta diretamente. Até corroborava na elaboração da mesma. No entanto, somente municípios ou Estado poderiam ser proponentes dos projetos.

[71] As reuniões do território geralmente eram itinerantes, alternando os municípios. A mobilização e participação dos agricultores e agricultoras dependiam de esforços dos Sindicatos Rurais, instituições de assessoria técnica que atuavam no território e, em muitas vezes, dos esforços próprios dos beneficiários.

detrimento de outras. Principalmente, a depender da configuração dos municípios que compunham o projeto e de qual arranjo produtivo seria potencializado.

> Em muitos casos, estes interpretam a política territorial como uma estratégia para dinamizar seu município e sua atividade principal, potencializando sua identidade em contraposição às outras que existem, gerando disputas na arena de relações políticas do colegiado. (GONDIM, 2014, p.94)

A perspectiva territorial de desenvolvimento, em muitos projetos, não se desenhava como estratégia para superação das desigualdades no meio rural. Mesmo com a apresentação da proposta e decisão do colegiado, os projetos continuavam apresentando ações setoriais. A existência de tais projetos é recorrente nos territórios do RN.

Por outro lado, os projetos para fortalecer a infraestrutura produtiva de grupos de mulheres, pescadores, apicultores e artesãos encontravam sempre uma maior resistência para aprovação nos colegiados. Esse cenário apontava para o entendimento de que estes segmentos tinham dificuldades em pautar suas reivindicações, mesmo com a participação nos colegiados. porque? Pode fazer relação com o meu texto e o de janaiky

Mas, contrariando a herança da visão homogênea e setorial dos projetos, o PTC buscou estratégias, como por exemplo: o aumento no valor total do projeto, caso tivesse ações previstas para o fortalecimento das atividades realizadas pelos grupos de mulheres, a incidência das mulheres nas câmaras temáticas de produção e comercialização, comitê territorial de mulheres, entre outras para superar a dificuldade de acesso das mulheres a recursos que fortacelam suas pautas.(pode ser assim?)

Nota-se que em todos os territórios do RN, a participação das mulheres nas instâncias deliberativas colegiadas teve um aumento, como revelam os dados coletados através das entrevistas realizadas com mulheres nos seis territórios da cidadania[72].

Como os colegiados territoriais tem uma massiva participação de homens (revelando o enraizamento do patriarcado nas instâncias decisórias sociedade), destacamos que, garantir essa participação nesses espaços e em outros, não deixaria de ser uma luta travada continuamente pelas mulheres:

---

[72] A pesquisa de campo do Projeto Mulheres Trabalhadoras Rurais nos Territórios da Cidadania: construindo um novo protagonismo entrevistou mulheres que já desempenhavam algum papel de liderança em suas comunidades e tinham participado dos colegiados territoriais.

> A maioria das mulheres entrevistadas ocuparam posições importantes dentro do Território. [...] De um modo geral há uma avaliação muito positiva do projeto e da participação das mulheres [...] Existem lideranças femininas que constroem pautas importantes para o território e com papel político definido, entretanto, a participação de mulheres ainda é vista como pequena, visto que os desafios são grandes. (Pesquisa de campo, 2017)
> Contribuiu para o fato da mulher ter mais espaço, de sua fala ser ouvida de seus anseios serem ouvidos, suas demandas serem levantadas, mesmo não sendo atendidas, mas só pelo fato de que a gente já estava sendo ouvida já era uma quebra de tabu que estava há muito tempo a mulher não podia falar só mais para ouvir os homens falarem do que a si própria o que foi muito bom esse projeto. Seria interessante se tivesse dado continuidade. (Pesquisa de campo, 2017)

As entrevistas nos apontam o legado semeado pelo PTC nos territórios, principalmente no estabelecimento de espaços de governança social pela sociedade civil. E, mesmo o programa sendo interrompido com cortes orçamentários e desmonte da sua estrutura executiva, alguns territórios, com maiores dificuldades, conseguiram continuar com essa dinâmica.

> Para mim um dos grandes legados que a política territorial deixou foi o processo de tomada decisão. Então você imagine uma política que coloca a sociedade civil para decidir quais são os espaços, quais são as suas demandas e o que é que ela quer de benefício para sua comunidade, não é mais o prefeito que decide, mas agora a comunidade que está decidindo. [...] para mim um dos grandes legados, foi a tomada de decisão. Há um outro legado para mim, foi a ideia de pertencimento para você construir uma identidade territorial, onde as pessoas se unem se agregam se articula, porque existe uma identidade no processo de pertencimento em que os sujeitos estão ligados pelas questões sociais políticas e econômicas na Região e com isso se identifica com essa região e quase lutas e com suas demandas eu acho que esse também foi um grande legado da política e territorial. (Pesquisa de campo, 2017)
> É fato, que precisamos avançar muito, mas o PTC, mostrou que podemos, através das nossas organização, como sociedade civil, dialogar sobre nossas demandas territoriais, setoriais, que a partir da organização e articulação entre os sujeitos do território, podemos encontrar caminhos viáveis para acessar nossos direitos, as políticas públicas e construir nosso protagonismo, enquanto território. (Pesquisa de campo, 2017)

De maneira sintética, percebemos que a construção do projeto de desenvolvimento territorial por meio de pactos territoriais e arranjos produtivos foram

induzidos quase sempre pelas ações do Estado. Isso contribuiu em maior ou menor grau para o descrédito na capacidade de geração de sinergias que promovessem o desenvolvimento autônomo e endógeno por parte dos territórios.

Os territórios aqui abordados, a exemplo de outros, permaneceram na condição de deprimidos, não conseguindo construir seus caminhos autonomamente. Mas, os aprendizados, acertos e equívocos não impossibilitaram o legado deixado pelas estratégias do PTC.

No meio do caminho, os conflitos intra e inter-classes se mantiveram. No entanto, as experiências revelaram que negá-los é incorrer em um erro de consequências históricas, principalmente no campo da implementação das políticas públicas.

Por último, por mais lenta que seja a transição dos processos centralizados para os descentralizados no ciclo das políticas públicas, é imprescindível fomentar os dispositivos de participação e gestão social (como os colegiados territoriais), e que estes sejam fortalecidos pelos amplos segmentos sociais em seus respectivos territórios.

Alguns apontamos para os caminhos que seguem

- Construir coletivamente entre os parceiros que atuam nos territórios, um mapa de possibilidades onde sejam vislumbradas todas as ações (municipais, estaduais, federais) de forma a convergir atividades para fortalecer e impulsionar o desenvolvimento territorial sustentável.
- Reconhecer a manutenção de privilégios de determinados segmentos em detrimento de outros, na adoção de projetos políticos que influenciam o percurso da implementação das políticas públicas.
- Rever a escolha por certos arranjos produtivos, por mais esforço na descentralização do planejamento das políticas públicas, reproduziu e acentuou os conflitos de classes (agricultura familiar x agronegócio) no desenvolvimento rural.
- Fortalecer a participação das mulheres, jovens, quilombolas e indígenas nos espaços deliberativos das políticas públicas, com a adoção de estratégias que

contribuam para sua incidência com vistas a garantir o atendimento de suas demandas historicamente negadas.

- Investir no capital social dos atores locais, respeitando suas histórias, identidades e características como elementos essenciais para o desenvolvimento das políticas públicas.
- Pensar o processo das políticas públicas numa perspectiva emancipadora dos beneficiários. De forma que esses possam seguir seus caminhos autonomamente, superando as dificuldades a partir do reconhecimento dos seus limites e forças, sem a intencionalidade indutora das ações do Estado.

Referências Bibliográficas

Algumas referências estão com o título em negrito e outras não. Padronizar a forma de destaque. Algumas referências não estão em ordem alfabética. Verificar.

A Abordagem Leader – **Um guia básico**. Comissão Europeia. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2006. Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/publi/fact/leader/2006_pt.pdf>, Acesso em: 27 de jul. de 2013.

ARNS, P. C. Governança Democrática e Desenvolvimento Territorial: avanços e limites das iniciativas brasileiras. In: **Seminário Internacional de Desenvolvimento Sustentável e Territórios Rurais**, Brasília/DF, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Referências para o desenvolvimento territorial sustentável. Brasília: MDA, 2003. Disponível em: http://www.nead.gov.br. Acesso em: 10 de abril de 2018.

_____Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. Brasília: Documentos Institucionais nº 01, 2005.

_____, **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Açu-Mossoró.** PTDRS, Brasília: MDA/SDT, 2010 a.

_____, **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Alto Oeste.** PTDRS, Brasília: MDA/SDT, 2010 b.

_____, **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Mato Grande.** PTDRS, Brasília: MDA/SDT, 2010 c.

_____, Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Potengi. PTDRS, Brasília: MDA/SDT, 2010 d.

_____, Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Sertão do Apodi. PTDRS, Brasília: MDA/SDT, 2010 e.

_____, Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Seridó. PTDRS, Brasília: MDA/SDT, 2010 f.

CAZELLA; A; BONNAL, P; MALUF; R. S. Olhares disciplinares sobre o território e desenvolvimento territorial. In. CAZELLA; A; BONNAL, P; MALUF; R. S. (Org.). **Agricultura familiar:** multifuncionalidade e desenvolvimento territorial. Cap. I, p., 25-45. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – FGV. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene - Acesso em: 09 de ab. de 2018.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Disponível em <http://cnpq.br/#void>. Acesso em 18 de abril, 2018.

CORRÊA, V. P. Desenvolvimento Territorial e a Implantação de Políticas Públicas Brasileiras Vinculadas a esta Perspectiva. Artigo desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa Novas Institucionalidades e Desenvolvimento Regional da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais – Dirur/Ipea. Brasília/DF, 2009.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural. In: LEITE, S. P.; MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. et al. (Org.), **Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial.** Brasília: IICA, 2011. Cap. III. p., 89-130. (Série desenvolvimento rural sustentável, v.14).

ECHEVERRI, R. Emergência e Evolução do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais e nos Territórios da Cidadania. In. FAVARETO, A. et al. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil:** avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010. Cap. III. P., 81-113. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12)

Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais Nº. 05/2009. Disponível em file:///C:/Users/Fatima/Downloads/Edital%20MDA_SDT_CNPq%20N%C2%BA%2005_2009%20%E2%80%93%20Gest%C3%A3o%20de%20Territ%C3%B3rios%20Rurais.pdf, Acesso em 18 de abril de 2018.

FIORI, J. L. “O federalismo diante do desafio da globalização.” In: AFFONSO, R. de B.A. ; SILVA, P.L. A federação em perspectiva: ensaios selecionados. São Paulo, FUNDAP, 1995.

GONDIM, M. F. R. **Políticas Públicas no Território da Cidadania Açu-Mossoró (RN): mudanças e retorno no fortalecimento das identidades locais**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas. Mossoró/RN,2014.

Infonet: Disponível em : http://www.infonet.com.br/noticias/cidade/ler.asp?id=16012. Acesso em: 09 de ab. de 2018.

JESUS, C. M. **Desenvolvimento Territorial Rural: análise comparada entre os territórios constituídos autonomamente e os induzidos pelas políticas públicas no Brasil e na Espanha.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Economia. Programa de Pós-Graduação em Economia. Uberlândia/MG, 2013.

PERICO, R. E. [et.al.] **Políticas de desenvolvimento rural territorial: desafios para construção de um marco jurídico-normativo**. Carlos Miranda e Breno Tiburcio (organizadores). -- Brasília: IICA, 2011. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.13), 244 p.

ORTEGA; A. C. Territórios e Territorialidade: conceitos, aportes, concepções. In. ORTEGA; A. C. (Org.). **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Cap. III, p., 51-73. Campinas, SP: Editora Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008.

_____; A. C. Desenvolvimento Territorial Rural: os arranjos induzidos por políticas públicas e sua capacidade na promoção do desenvolvimento. In.: CAMPO-TERRITÓRIO: **revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun., 2014.

PERICO, R. E. RIBEIRO, M. P. **Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável**. Brasília: IICA, 2005.

PUTNAM. R. D. **Comunidade e Democracia:** a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun, p., 88-125, 2004.

SILVA, R. M. A. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília /DF, 2006.

SILVA, J. S. da. SILVA, F. S. B. Considerações sobre agricultura irrigada no Vale do Açu e os impactos sobre o mundo do trabalho. **Revista da Abet**, v. Vi, n° 1, jan.jun. 2006. P.148-170.

VEIGA, J. E. da, et alii. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento/ Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD) 2001.108 p.

WORLD BANK. Disponível em: http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2017/01/30/improving-governance-is-key-to-ensuring-equitable-growth-in-developing-countries. Acesso em 18 de abril de 2018.

A participação das mulheres rurais no Territórios da Cidadania: entre as desigualdades e a construção de resistências.

Ana Luiza Pereira Dantas[73]
Angélica Lázaro da Cunha[74]
Juliana Maria de Medeiros Silveira[75]
Larissa Souza Pinheiro[76]
Romana Alves Câmara[77]
Valeska Ribeiro Santiago[78]

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo ~~central~~ apresentar os resultados obtidos a partir do ~~projeto de~~ desenvolvimento da pesquisa intitulada "Mulheres Rurais nos Territórios da Cidadania: construindo um novo protagonismo". ~~Onde tivemos~~ a qual tinha como ponto de partida ~~compreender~~ identificar as formas de participação das mulheres rurais ~~participaram~~ nas instâncias de gestão do Programa Territórios da cidadania (PTC) e como esse programa contribuiu para a construção da autonomia delas. Apontaremos ainda os

---

[73]Pesquisadora ~~de campo~~ do Projeto "Mulheres Rurais nos Territórios da Cidadania: construindo um novo protagonismo". Assistente Social do Centro de Referência Especializado de Assistência social (CREAS), no município de Russas-CE.

[74]Pesquisadora ~~de campo~~ do Projeto "Mulheres Rurais nos Territórios da Cidadania: construindo um novo protagonismo". Graduanda em Engenharia Florestal na Universidade Federal Rural do Semi- Árido (UFERSA). Extensionista do Centro de Referência em Direitos Humanos do Semiárido (CRDH Semiárido)

[75]Pesquisadora ~~de campo~~ do Projeto "Mulheres Rurais nos Territórios da Cidadania: construindo um novo protagonismo". Graduanda em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Extensionista do Centro de Referência em Direitos Humanos do Semiárido (CRDH Semiárido)

[76]Pesquisadora do Projeto "Mulheres Rurais nos Territórios da Cidadania: construindo um novo protagonismo". Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

[77]Pesquisadora ~~de campo~~ do Projeto "Mulheres Rurais nos Territórios da Cidadania: construindo um novo protagonismo". Graduanda em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Extensionista do Centro de Referência em Direitos Humanos do Semiárido (CRDH Semiárido)

[78]Pesquisadora ~~de campo~~ do Projeto "Mulheres Rurais nos Territórios da Cidadania: construindo um novo protagonismo". Formada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

limites, legados e contradições referente ao Programa, encontrados durante a nossa investigação.

~~Para isso,~~ Para uma melhor análise dos resultados da pesquisa, conectados com a realidade social que permeia seu universo, partiremos de como se estrutura ~~essa~~ a sociedade capitalista, racista e patriarcal e de como esse sistema impacta a vida das mulheres. Fazendo sempre uma análise a partir do real e trazendo o olhar das entrevistadas sobre o programa e sobre as suas realidades de mulheres que vivem no campo.

Penso que a parte de introdução deve fazer uma certa apresentação do artigo todo. Mencionar o que será apresentado da pesquisa.

Aqui já inicia o primeiro tópico. O parágrafo abaixo fica desconectado da apresentação posta na introdução, além de está abordando determinados temas e não apenas introduzindo-os ou apresentando noções iniciais.

Vivemos em um contexto de reestruturação produtiva do capital via políticas neoliberais, que retiram direitos históricos dos/as trabalhadores/as e de recrudescimento do conservadorismo em todo o mundo. Se essa conjuntura já é adversa para os trabalhadores de forma geral, para as mulheres ela se apresenta de forma ainda mais perversa, pois elas terão esse sistema de exploração/opressão intensificado pelo patriarcado, e para as mulheres negras, também pelo racismo.

O patriarcado é entendido aqui como um sistema social, político e econômico, no qual os homens tentam controlar, individual e coletivamente, o trabalho, o corpo e a sexualidade das mulheres. São valores, regras, normas e políticas que se baseiam na suposição de que existe uma superioridade natural dos homens como seres humanos. Esse sistema consagra o poder masculino, engendra violências, exclusões e exploração, e imprime ao capitalismo—um viés extremamente sexista. O patriarcado serve ao capitalismo através da divisão sexual do trabalho que tanto empurra as mulheres para os trabalhos mais precarizados e mal remunerados, quanto às responsabiliza através do trabalho não pago pela reprodução da humanidade e pelos serviços de cuidados negados pelo Estado. (referenciar teoricamente. Mesmo que não seja citação direta este entendimento do patriarcado é fruto de leituras de autoras que dialogaram sobre esta

temática). Pode colocar entre parênteses mais de uma autora, se este entendimento é uma síntese. (É isso)

O racismo também determina outras formas de relações de opressão e dominação e marca a formação sócio histórica do Brasil de forma profunda, trazendo como parte dessa formação o peso de mais de três séculos de escravidão, sendo o último país a aboli-la como forma de exploração de força de trabalho. Esse marco impõe características peculiares não só à formação do capitalismo no país, mas também a outras determinações das relações sociais aqui, que vão do Brasil colônia até os dias atuais.

A dominação racista e patriarcal pesa sobre os corpos e vidas das mulheres negras até hoje, mostrando a marca que a escravidão e o racismo deixaram na formação social brasileira. Se por um lado as mulheres brancas já podem assumir outros papéis que não sejam só os de mães e esposas, sobre as mulheres negras, que nunca puderam cumprir apenas esse papel pois sempre tiveram que trabalhar fora de suas casas ou tiveram seu trabalho apropriado durante a escravidão, ainda pesa a hipersexualização dos seus corpos e a exploração do seu trabalho de forma mais intensa e precarizada. (idem a cima, trazer as referências teóricas desses debates)

O estudo "Retrato das desigualdades – gênero e raça", realizado em 2016 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) e pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), traz informações sobre a posição na ocupação das mulheres negras atualmente:

> Enquanto as mulheres estão mais representadas no trabalho doméstico e na produção para próprio consumo e trabalho não remunerado, os homens ocupam mais postos com carteira de trabalho assinada e de empregador. [...] Destaca-se, ainda, a alta proporção de jovens negras, com idade entre 16 e 29 anos, que são empregadas domésticas. No que diz respeito ao número de trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada, percebe-se um relativo aumento na porcentagem ao longo da década: em 2006 verificava-se 23,9% para as negras e 30,2% para as brancas; já em 2016 os números passaram a 31,6% e 37,9%, respectivamente.(IPEA, 2016)

Tomando como base o que já foi dito, temos um peso mais intenso que recai sobre as mulheres, por um lado o patriarcado e a divisão sexual do trabalho, que as coloca em lugar de subalternidade, invisibilizando o seu trabalho, as mantendo no âmbito privado da

vida cotidiana e servindo de forma direta para a estruturação do sistema capitalista, que se utiliza dessas estruturas para amenizar os efeitos colaterais da sua crise estrutural, ora responsabilizando as mulheres por todo o trabalho de reprodução da classe trabalhadora, ora superexplorando a sua força de trabalho para garantir os seus lucros. Frase muito longa, o que dificulta a leitura. Dividir a frase em duas. Além de parecer incompleta.

> É preciso dar a conhecer que as estratégias de sobrevivência e de produção do viver, asseguradas pelas mulheres em diversos espaços, estão constantemente ameaçadas por interesses econômicos das grandes empresas e do capital. A água, a energia, a terra para a produção de alimentos e a biodiversidade são elementos que garantem a sustentação da vida e interessam às mulheres, que são as primeiras a sofrer com sua escassez. A ação do capital não altera as dinâmicas da divisão sexual do trabalho e, ao contrário, reforça as desigualdades na medida em que grandes obras de infraestrutura, como usinas hidrelétricas e rodovias, priorizam a circulação de capital e mercadorias em detrimento da qualidade de vida das comunidades (MARCELINO; FARIA; MORENO, p.6).

A partir dessa realidade o movimento feminista formulou e fez críticas ao modelo de desenvolvimento imposto pelo sistema capitalista, racista e patriarcal, e a como a economia política clássica simplesmente ignora as mulheres e o seu trabalho nas suas leituras e análises. A partir da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011), e com a chegada forte do neoliberalismo na América Latina, na década de 1990, as mulheres, constroem uma leitura feminista dos processos econômicos e de produção, a economia feminista:

> Olhar para o modelo de desenvolvimento a partir da economia feminista significa, necessariamente, ampliar a análise, buscando considerar o conjunto das práticas necessárias para a produção do viver, e não apenas aquilo que é quantificado, comprado e vendido no mercado. [...] Além das críticas aos paradigmas estabelecidos da teoria econômica, a economia feminista propõe novos modelos teóricos que incorporam a totalidade das relações econômicas – considerando, portanto, a experiência das mulheres -, e tomam a satisfação das necessidades humanas como ponto de partida. Ao contrário do paradigma neoclássico da economia, que se centra na alocação eficiente e racional dos recursos do mercado, a economia feminista se volta para compreender como as sociedades se organizam para atender um determinado padrão de vida para toda a população (IDEM, p. 8-9).

A partir da leitura feminista da economia, entendendo que os reflexos dos ajustes estruturais da crise do capital recaem sobre as mulheres, os movimentos de mulheres formaram uma frente que orientou uma atuação feminista que passou pela crítica às políticas neoliberais orientadas pelo Consenso de Washington e aos acordos de livre comércio, sobretudo na Campanha Continental contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Além de dar centralidade à divisão sexual do trabalho e a criação de uma análise de questionamento global ao modelo neoliberal, que buscou realizar a conexão entre uma visão crítica da sociedade de mercado e a mercantilização do corpo e da vida das mulheres, essa análise também se centrava na coextensividade das relações de sexo, classe e raça no atual modelo de desenvolvimento econômico. Essa leitura coextensiva entre sexo, classe e raça dentro desse modelo de desenvolvimento é importante, pois, nas palavras de Silva (2011, p. 117)

> As mulheres pobres e pretas, são vítimas desde sempre das mais diversas formas de violência, são as gestoras da miséria, as reprodutoras dos marginalizados, as responsabilizadas e culpabilizadas pelas ausências. Saúde, educação, saneamento são ausentes ou oferecidos em versões pobres para pobres, tal como eles são: em sua classe, sua cor e seu sexo.

Podemos afirmar que as mulheres, principalmente as mulheres negras, passam por um processo intenso de apropriação nesse modelo de desenvolvimento, que vai para além da exploração do capital, afetando-as no plano material, econômico, simbólico e cultural de forma coletiva e organizada pelas estruturas patriarcais, capitalistas e racistas sobre suas vidas e corpos. Guillaumin (2014, p.46- 47) nos fala sobre a negação da nossa individualidade e sobre os efeitos da apropriação material sobre as mulheres:

> [...] A individualidade é justamente uma frágil conquista, frequentemente recusada a todas as mulheres da qual se exige que se dilua, material e concretamente, em outras individualidades. Constrangimento central das relações sociais de sexo, a privação da individualidade é a sequela ou face oculta da apropriação material da individualidade. Pois não é evidente que os seres humanos se distingam tão facilmente uns dos outros, e a proximidade\responsabilidade física constantemente é um poderoso freio à independência, à autonomia; é a fonte de uma impossibilidade de discernir, e a fortiori realizar, escolhas e práticas próprias [...] *O confronto com a apropriação material é a despossessão da sua própria autonomia mental; a qual é mais*

> *brutalmente expressa no encargo físico dos outros dependentes do que em qualquer outra forma social que a apropriação tome: quando somos apropriadas materialmente, somos despossuídas mentalmente de nós mesmas.* (grifos nossos).

Para nós mulheres está posto um duplo desafio, para alcançarmos um processo de emancipação precisamos primeiro nos pertencer, nos reapropriarmos e assim termos a liberdade de escolha, autonomia e independência. Ou seja, não é possível, para nós, um processo de emancipação humana sem que a emancipação da mulher seja também feita, sem que nós mulheres possamos nos pertencer, de forma coletiva e material. Achei este parágrafo deslocado. Não dá para falar de emancipação humana apenas aqui em um parágrafo sem um debate mais aprofundado. Fica solto.

As dificuldades e as demandas históricas levantadas por mulheres durante toda a história e em diversas partes do mundo também apareceram como realidade das mulheres que participaram da pesquisa. É importante lembrar que as mulheres pesquisadas, além da maioria se autodeclararem negras, também são mulheres camponesas, o que traz manifestações mais profundas das desigualdades entre homens e mulheres.

Se para as mulheres de uma forma geral essas dificuldades ainda se mostram atuais, para as mulheres do campo temos um atraso e um peso ainda maior sobre elas no que diz respeito ao acesso à direitos, políticas públicas e a participação. No Brasil, o direito das mulheres a terra só entra na agenda pública nos anos 1980, com o processo de redemocratização e pela pressão dos movimentos de mulheres rurais que se formavam nessa época. Porém, ainda assim, a maior parte dos programas que foram implementados nos anos de 1980 e 1990, pouco levaram em consideração a situação da mulher e não as inseriram como sujeitos que teriam direito a essas políticas, além de reforçarem a noção tradicional de família e desconsiderarem o trabalho das mulheres como trabalho produtivo, reforçando a divisão sexual do trabalho.

Um exemplo disso, é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que foi criado em 1996. Nos primeiros cinco anos de funcionamento do programa, apenas 7% dos titulares no acesso ao crédito foram mulheres e mesmo com a mudança no programa ocorrida em 2001, que destinava 30% da verba do programa para mulheres o quadro pouco se modificou. Na safra de 2002, as mulheres só representavam 10,4% dos contratos realizados (MDA, 2010).

Em relação à titularidade da terra destinada à reforma agrária também é possível constatar a desigualdade em relação ao acesso das mulheres à terra. No censo da reforma agrária de 1996, apenas 12% da titularidade das terras foram para mulheres. Em 2002 essa realidade foi confirmada como uma constante com a pesquisa realizada pela FAO/Unicamp, que constatou que 87% dos títulos de terra emitidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) destinavam-se aos homens.

Após 2002, é possível ver algumas mudanças e avanços no acesso das mulheres a terra, a primeira e mais significativa ação que possibilitou esse avanço foram as campanhas de documentação para as camponesas que de 2004 a 2010 realizou 837 mutirões itinerantes, em 1050 municípios, emitindo mais de 546 mil documentos. (MDA, 2010).

A realidade para as mulheres camponesas foi de negação dos seus direitos por muitos anos, a falta de documentação é um exemplo de como para elas até as poucas políticas de reforma agrária eram negadas e não as beneficiavam. Com isso, elas não tinham acesso nem as políticas de redistribuição de terras, de acesso ao crédito e muito menos aos direitos previdenciários, pois pela falta de documentação, como a própria certidão de nascimento, elas nem existiam para o Estado.

Além do acesso à documentação, em 2003 o Incra tornou obrigatório a titulação conjunta da terra para homens e mulheres casados ou em união estável, sendo essa conquista da luta históricas das camponesas. Com acesso a documentação e as mudanças conquistadas dentro do Incra, em 2007 temos 55,8% de mulheres como titulares dos lotes destinados à reforma agrária.

É importante dizer que essas mudanças foram pautas e conquistas dos movimentos camponeses que se fortaleceram a partir da década de 1980 e que a auto-organização das mulheres no campo foi essencial para isso. Também é importante dizer que para as mulheres camponesas organizadas a luta das mulheres no campo não está só em ocupar a terra, mas em como ela é ocupada e dos valores que irão se reproduzir nela. A luta também é por uma divisão justa do trabalho doméstico, pelo reconhecimento desse trabalho como essencial para a produção camponesa; pelo fim da violência contra as mulheres; por autonomia; por soberania alimentar e produção agroecológica. (colocar uma referência de onde retirou estas pautas de luta).

Essas pautas de luta também apareceram como realidade para as mulheres que foram entrevistadas durante a pesquisa, onde as mulheres traziam como demandas não só coisas relacionadas ao PTC, mas também relacionadas à produção do viver, coisas como educação, saúde e moradia. Já as pautas e demandas diretamente relacionadas ao PTC apareceram com centralidade no acesso à renda, autonomia e igualdade na participação política nos espaços de decisão.

De uma forma geral, de acordo com parte das entrevistadas, as demandas das mulheres não foram bem recebidas nos colegiados, não sendo colocadas como prioridades das ações e financiamentos. Essa dificuldade fez com que as mulheres percebessem a necessidade de se organizar politicamente para disputar os espaços de decisão e construir as suas pautas, sendo assim, o PTC representou para as mulheres uma possibilidade de auto-organização e de disputas.

É importante lembrar, que essas disputas não se davam em pé de igualdade e que as mulheres tinham dificuldades estruturais que dificultavam a sua participação, como as obrigações de cuidados com a casa e com os filhos, as limitações impostas pelos seus maridos, a falta de autonomia financeira, a distância e falta de transporte que as levassem para as reuniões. Nos próximos tópicos trataremos com mais profundidade sobre os limites e possibilidades que as mulheres dos Territórios da cidadania enfrentaram para participação e construção de uma relação de autonomia.

2. Igualdade de participação: um passo em direção à conquista de autonomia

Ao revisarmos a história da humanidade, contada e supostamente feita pelos homens, identificamos que o espaço privado foi reservado às mulheres como local privilegiado de sua ocupação e ação. Esta estreita relação entre as mulheres e o espaço privado foi assumindo historicamente uma “naturalidade”, cristalizando-se de forma tal que mesmo depois de rupturas dos limites deste espaço esta concepção permanece viva e forte.

Na base dessa cisão entre espaço público e privado, temos a divisão sexual do trabalho que responsabiliza as mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidados,

privando-as de viver em pé de igualdade com os homens a vida pública. Nas palavras de Devreux (2005, p. 567-568), a divisão sexual do trabalho,

> [...] é uma divisão social: a organização social do compartilhamento do trabalho (e, portanto, também, do emprego) entre os dois grupos de sexo. Essa divisão sexual do trabalho atravessa toda a sociedade e articula os campos do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo. Não os separa: ela os articula excluindo ou integrando, segundo os momentos e as necessidades dos dominantes, as mulheres à esfera produtiva, devolvendo-as global ou parcialmente à esfera reprodutiva. O trabalho reprodutivo, cujo reconhecimento como trabalho é resultado de longas pesquisas feministas, diz respeito não somente ao trabalho doméstico propriamente dito, mas, também, ao trabalho parental e a todas as tarefas de cuidados e de assumir responsabilidades pelas pessoas.

Nesse sentido, nessa divisão, o trabalho considerado masculino é aquele relacionado à esfera pública, à produção, ao trabalho gerador de renda para a família, tendo em vista que é melhor remunerado. Já o trabalho considerado feminino está relacionado à esfera privada, à reprodução, ao âmbito doméstico, de cuidado e que gera pouca ou nenhuma renda para a família. Me parece repetitido com a primeira parte

Assim, fazendo uma análise sobre essa divisão, podemos elencar ainda que existe uma falsa dicotomia e hierarquização dos trabalhos, pois o trabalho de reprodução realizado pelas mulheres contribui diretamente para a manutenção do trabalho produtivo, se tornando essencial para a realização deste. Ou seja, não há como dizer que as mulheres estão restritas unicamente o trabalho reprodutivo quando, na realidade, elas realizam indiretamente – e diretamente também, como veremos mais à frente – o trabalho produtivo.

Dessa forma, nota-se que o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres não é considerado pela economia dominante, que "não reconhece uma grande parte do trabalho de produção da vida a partir das atividades domésticas e de cuidados" (~~org.~~ BUTTO e DANTAS, 2011, p. 43), de modo que, mesmo as mulheres que conseguem se inserir na esfera pública, permanecem enquanto responsáveis pelo trabalho reprodutivo, ocasionando uma superexploração do trabalho da mulher.

É na medida em que as mulheres se deslocam do espaço meramente privado, que é percebido como espaço de excelência das mesmas, para o espaço público - sinalizado pela sua crescente inserção no mercado de trabalho, pela sua participação na Literatura,

na Ciência, nas artes, pelo seu engajamento na vida política – que trazem para ele um conjunto de elementos diferentes: significados, emoções, concepções de mundo, relações sociais, racionalidade.

Segundo Delgado (2000) a entrada das mulheres no espaço público pode se dar de duas maneiras: ou de maneira subordinada a um padrão que as coloca como intrusas e as adéqua às normas dominantes; ou de maneira que rompem com o limite tradicional do "papel tido como feminino". Segundo Zetkin (2010, p.170):

> As forças econômicas eliminaram o sistema econômico natural da família e impediram que a mulher continuasse sendo um trabalhador produtivo apenas no lar. As mesmas forças econômicas, criaram a possibilidade e a necessidade de uma nova atividade econômica para as mulheres fora, na sociedade, no mercado de trabalho.

As complexas relações estabelecidas com o advento do capitalismo industrial, gestaram um campo fértil para que as mulheres se organizassem politicamente, materializando uma sociabilidade que produz novas configurações da esfera pública, assim como reorienta a efetivação e limites dos marcos democráticos.

Vale destacar que a construção de esferas públicas não se constitui mecanicamente na medida em que as mulheres passam a ocupar os espaços públicos. Isso significa dizer que o deslocamento das mulheres para o espaço público não representa necessariamente uma ruptura com as suas condições de vida e das relações estabelecidas no espaço privado. Essa ruptura se efetiva mediante a capacidade de interação de homens e mulheres a partir de interesses comuns possibilitando a criação e recriação da esfera pública.

Considerando que deslocar significa mudar de lugar, neste caso aqui, também não quer dizer que as mulheres vêm ocupando o espaço público e "abandonando" o espaço privado. Elas vêm transitando nos dois espaços, redefinindo limites e concepções do que é público e do que é privado.

A noção de espaço público e privado não é uma definição natural, mas socialmente construída, identificamos que histórica e culturalmente esse último tem se configurado como espaço de negação da questão política, ao passo que o primeiro é intrinsecamente relacionado a esta. Esta construção promove uma suposta ruptura entre esses pares atribuindo uma independência em relação ao outro que de fato não existe.

Sendo assim, o espaço público configura-se como instância privilegiada do exercício de poder que permeia a tomada das grandes decisões; o espaço privado é relacionado aos aspectos da não política, percebido como o espaço das pequenas decisões referentes ao cotidiano.

Ainda segundo Delgado (2000), a construção do espaço público se diferencia dos processos de socialização historicamente destinados às mulheres, pois a identificação dos espaços políticos e de decisões como majoritariamente masculinos, estabelece-se a partir de critérios de socialização pouco comuns à socialização feminina: a fala em público, a agressividade, a segurança das opiniões.

Mesmo quando a mulher entra no mercado de trabalho fora no lócus privado é geralmente atuando em profissões que reproduzem essa função de cuidados que foi destinada histórica e socialmente a ela, e não faz com que ela deixe de cumprir essa função também dentro de suas casas, implicando em jornadas intensivas e extensivas de trabalho a serem cumpridas por elas.

Sendo assim, essa divisão entre público e privado impõe além de um limite, um perfil desejado de comportamento para as relações vivenciadas em cada um dos espaços, onde, de acordo com o que já foi apontado, as mulheres devem construir sua identidade e atuação no espaço privado, o espaço das pequenas decisões. Sem poder exercer uma vida pública relacionada à carreira profissional, à liberdade sexual e/ou à militância e participação política, na qual se processa as disputas de hegemonia e de construção de novas práticas societárias.

O movimento feminista foi o responsável por politizar a vida privada, contestando essa cisão entre o público e o privado, o pessoal e o político, mostrando que as violações de direitos que ocorrem entre quatro paredes também devem ser questionadas e problematizadas. Sobre isso nos diz Souza- Lobo (2011, p. 214):

> As práticas e os discursos das feministas reforçaram a importância dos temas do cotidiano na configuração de políticas não mais restritas […] questionaram a falsa dicotomia entre geral e específico, questionaram as formas de ação política. A especificidade dos movimentos de mulheres autodefinidos ou não como feministas reside nessa proposta de uma nova articulação entre política e vida cotidiana, entre esfera privada, esfera social e esfera política, na reafirmação da necessária heterogeneidade das experiências a partir da relação de gênero.

A dificuldade ainda atual das mulheres camponesas ocuparem o espaço público também apareceu como resultado parcial da nossa pesquisa. No início da nossa investigação as mulheres dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Piauí, Bahia e Sergipe que participaram do Seminário "As Mulheres Trabalhadoras Rurais e a Agroecologia" com as quais aplicamos um questionário sobre o Programa Territórios da Cidadania demonstraram desconhecimento e confusão sobre o programa e a aplicação dos recursos advindos dele. Isso por quê muitas relataram dificuldades para participarem das reuniões dos comitês e colegiados onde aconteciam as tomadas de decisão em torno do programa.

Dos 115 questionários respondidos, 67 afirmaram não participar do PTC, enquanto só 26 participaram. Além da não participação também apareceu como dado o não conhecimento das mulheres sobre o programa e seus resultados, a maioria também não o conheciam ou não tinham conhecimento sobre o seu funcionamento.

Quando perguntamos sobre a participação das mulheres nos colegiados, apenas 4 afirmaram haver ampla participação de mulheres neles. Enquanto 15 afirmaram nenhuma participação, 34 pouca participação, 26 uma participação regular de mulheres nos colegiados dos seus territórios. É importante dizer que essa percepção pode ter aparecido de forma um tanto distorcida, pois como a maioria das mulheres afirmaram que não participaram do programa, é difícil para elas avaliarem a participação de outras mulheres em um espaço que elas não estavam.

Em relação à existência de comitês de mulheres nos seus territórios 48 afirmaram não conhecer ou não saber, 45 afirmaram existir e 20 afirmaram não existir comitês de mulheres nos seus territórios.

Essa dificuldade de participação apareceu de uma forma mais geral, mas ao analisarmos os territórios do Rio Grande do Norte mais de perto e com maior profundidade concluímos que apesar dessa dificuldade persistir, existem resistências e que o processo de auto-organização das mulheres é imprescindível para a construção delas.

~~Nestes termos, refletir sobre o processo de desenvolvimento e experiência acumulada do PTC requer uma análise mais ampla de como a sociedade se estrutura e as implicações diretas do estado na promoção da igualdade e acesso à políticas públicas.~~

Acho que aqui já inicia um sub-item do tópico.

O Estado brasileiro por muito tempo negou a existência do meio rural, reduzindo a um conjunto de atraso e deficiências que não permitiriam o avanço de setores produtivos economicamente, demonstrando, inclusive, que a educação oferecida à esta parcela da população, historicamente foi negada do ponto de vista do acesso, da continuidade e da qualidade do ensino. (colocar uma referência sobre esta informação).

É também nesse contexto que as mulheres rurais são invisibilizadas e reduzidas ao trabalho doméstico, reafirmando e estruturando o patriarcado, perdendo o direito de agente econômico, sua relevância na renda das famílias e a contribuição para o desenvolvimento das comunidades de diversas formas. Essas mulheres sofrem, historicamente, com a estrutura desigual das relações sociais de gênero, além da invisibilização do seu papel como trabalhadora e intelectual.

Embora nos últimos anos esse contexto tenha sofrido algumas alterações e avanços significativos tenham sido conquistados, no que diz respeito ao reconhecimento da contribuição do trabalho da mulher para o desenvolvimento da sociedade e na luta pela autonomia, ainda assim, existem muitos desafios a serem superados.

~~Diante do contexto de~~ No contexto rural o Programa Territórios da cidadania, ~~este~~ trouxe elementos importantes na construção de relações e articulações das mulheres, sendo, a princípio, o espaço de oportunidade de disputa para a organização e desafios na superação de diversos processos diários que limitam suas vidas. Vale ressaltar também que a participação das mulheres em outros espaços como sindicatos, movimentos sociais, associações e cooperativas possibilitou a participação e atuação mais significativa no PTC.

No Território do Potengi, que se configura com forte articulação sindical e significativa participação de mulheres nas tomadas de decisões e nos espaços que são historicamente ocupados por homens, a luta contínua por direitos das mulheres ganha força. A criação e desenvolvimento do PTC contribuiu com transformações na discussão

territorial em espaços de debate acerca de pautas constantes da luta e resistência das mulheres, contribuindo para mobilização, articulação e criação de coletivos, núcleos, associações e setores de sindicatos voltados para o levantamento de demandas especificamente para elas. Além da visibilidade de lideranças femininas, o reconhecimento da formação e experiência delas em outras realidades são também nitidamente fortalecidos.

Destaca-se ainda no Potengi, que é inegável o entendimento da política territorial por parte das mulheres entrevistadas, tendo seus objetivos bem delineados e com metas traçadas para o desenvolvimento do coletivo de mulheres no território.

> Ele [PTC] é um espaço que a gente consegue inclusive debater a questão das mulheres. Ele veio para fortalecer também a organização das mulheres, que, até então, era dispersa e depois do território da cidadania a gente conseguiu se articular, e o coletivo, ele surgiu já nessa dinâmica do território da cidadania [...] A principal demanda hoje é tá organizando as mulheres na base, fóruns, reuniões, grupo de mulheres focadas em agroecologia." (OLIVEIRA, M. C. F. de.; São Paulo do Potengi, 2018)

Falta analise, a entrevista citada

No Seridó é bastante presente a busca de demandas de questões rurais, como energia, feiras, artesanatos e etc., que repercutiu com a organicidade de mulheres desde a participação nos espaços de debates e deliberações, como na mobilização e construção de grupos, coletivos, núcleos, associações e cooperativas de mulheres do Território da Cidadania. Ainda de forma limitada pelo machismo e pela falta de cota para mulheres no território a participação delas se fez presente de forma rotineira e com muita resistência. É possível destacar a expressão e significado dessa resistência com base nas falas de uma das mulheres entrevistadas, como:

> A gente tem mulheres hoje se organizando, buscando, se articulando. A gente também tem esse desafio dessa cultura [machista]. Embora a gente tenha alcançado um nível de empoderamento, até pelo acesso às oportunidades que a gente tem, a gente também lida constantemente com isso, com essa realidade do machismo nos nossos relacionamentos, no cotidiano, onde nós estamos. Até pra gente conquistar esse espaço de estar lá, não foi fácil, é toda uma articulação que precisa ser feita. Não há um espaço que é cedido pra gente não, é um espaço que é conquistado, que a gente teve que lutar por ele, a gente sabe que essa organização das mulheres nesse espaço ainda não é bem vista, ainda

> não é algo que seja valorizado, ainda há muito preconceito." (SILVA, F. F. da.; Seridó, 2018)

A avaliação que as mulheres do Seridó fazem é que a cada dificuldade superada, mais nítida e forte permaneciam suas pautas e demandas em busca da organização, autonomia financeira e formação profissional. PROBLEMATIZAR sendo legados da política territorial o fato de proporcionar maior integração entre municípios, associações e sindicatos juntamente com o poder público. Não é por acaso e também não é sem luta que as reivindicações, motivações e mobilizações ganharam maior visibilidade à medida que o movimento conquistava mais espaço de fala e decisão no território.

> O território proporcionou que a gente se articulasse melhor, que a gente se encontrasse, que essas forças que estavam fragmentadas tivessem a oportunidade de se encontrar, tivemos mais contato com as mulheres do Seridó, algumas associações, então isso fez com que a gente se fortalecesse e desse continuidade." (SILVA, F. F. da.; Seridó, 2018)

PROBLEMATIZE, ANALISE

No Mato Grande as mulheres também relataram dificuldades em relação à participação, mesmo com a criação de um Comitê de mulheres, o território não se sobressai, principalmente para políticas de combate à violência contra a mulher e acesso a financiamentos de créditos específicos para estas, interferindo de forma a secundarizar essas demandas e fragilizar a organização de mulheres, como reconhece uma das entrevistadas:

> Por mais que a gente tenha um grupo organizado de mulheres e tudo, mas, assim, os homens que ainda estão nessa visibilidade do território. Então, mulheres que estão, você pode dizer que são duas ou três. Pela facilidade que os homens têm de sair de casa, pela facilidade de transporte que tem, por ter uma renda a mais que as mulheres." (SILVA, M. K. B. da.; Mato Grande, 2018)

FAZER UMA RELAÇÃO DESSA FALA COM A TEORIA APRESENTADA

Embora com todas as dificuldades de articulação dentro do contexto de território da cidadania, as mulheres ressaltam a importância da política do território no impulsionamento da organização de grupos e comitês, reforçando a luta pelo espaço e ainda se reconhecendo enquanto trabalhadora capaz de vivenciar seus próprios processos, visualizando com maior nitidez a carga de opressão e desigualdade estruturada na sociedade.

> Eu vejo muito mais a forma organizativa mesmo, sabe? Possibilitar a organização de mulheres e elas permanecerem organizadas em busca das políticas públicas, porque a gente teve pouco acesso no território à políticas específicas para mulheres." (SILVA, M. K. B. da.; Mato Grande, 2018)

No território Assu/Mossoró, a dificuldade de mobilização é relatada pelo equívoco na estruturação do território, visto que existem diferenças culturais e econômicas, o que nos leva a refletir sobre a ferramenta adotada pelo Governo Federal quanto a delimitação dos territórios, sem a prévia participação dos municípios. Portanto, um dos maiores desafios enfrentados pelo território durante as articulações, tem sido o diálogo no colegiado, que encontra resistências para a construção de consensos que reconheçam e respeitem as diferenças, tentando contemplar todos os municípios do território. Sobre isso, foi relatado que:

> Isso a gente já tinha essa perda de identidade, né? Porque a gente tem essa perda dessa identidade desse território, porque a gente entende que a região de Assu tem uma particularidade e nós temos outra particularidade. E aí, a gente perde isso, mas a gente vem engatinhando nesse negócio de não ter como, mas, tentando se reunir. (LIMA, F. E. de.; Assu/Mossoró, 2018)

Segundo relato das mulheres entrevistadas no Alto Oeste, existe diferenciação na participação de homens e mulheres nos espaços de deliberações do território, condicionando e fragilizando a participação destas no debate e acesso a demandas específicas. Ainda assim, havia participação de forma pontual de mulheres, mesmo sem a possibilidade de interferência nas decisões, o que demonstrava resistência, mas que não alterou de forma decisiva a dinâmica do território.

Percebe-se que todos os territórios da cidadania do Estado do Rio Grande do Norte apresentam dificuldades de participação das mulheres na política de território em diferentes níveis, demonstrando assim, em várias faces, os desafios que cada um carrega na tarefa não só de superação das desigualdades regionais, mas também na superação das desigualdades que atingem a vida das mulheres. Diante disso, esse resultado não as restringe somente ao acesso às políticas, mas também ao processo de mobilização, organização e construção da sua autonomia.

Partindo dessa discussão, pudemos analisar que a participação política das mulheres era impulsionada, principalmente, pelas demandas que envolviam a autonomia

financeira e capacitações/formações, ou seja, as mulheres passaram a se organizar, e debater em suas organizações, acerca de sua autonomia e a participar dos espaços deliberativos para levar a estes espaços demandas de projetos que facilitassem o acesso à renda pelas mulheres.

No que se refere à autonomia das mulheres, a compreendemos enquanto a capacidade e as condições da mulher de tomar decisões livremente sobre si, o que envolve uma série de fatores políticos, econômicos e sociais, de forma que não há como, concretamente, garantir que haja autonomia se não a partir da emancipação da mulher, do rompimento com as relações desiguais de gênero, raça e classe, seja no tocante às relações de opressão e exploração de seu corpo e força de trabalho ou de sua vida no âmbito público e privado.

Nesse sentido, entendemos a autonomia financeira da mulher enquanto sua independência financeira, não apenas no sentido da inserção em um trabalho formal remunerado, mas das condições de garantia de acesso à renda e liberdade de utilização?. No que concerne à autonomia financeira das mulheres rurais, abordaremos o reconhecimento da mulher no trabalho produtivo e sua inclusão no mercado de trabalho por meio de programas de fornecimento de crédito e projetos ligados ao fortalecimento de associações, cooperativas e redes de economia solidária.

Para compreendermos melhor esse processo de busca pela autonomia das mulheres no campo, um elemento crucial é entender como divisão sexual do trabalho se processa nesse espaço:

> No campo essa divisão sexual do trabalho também se estrutura entre o que é realizado no âmbito da casa e no roçado. Dessa forma, historicamente muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas uma extensão do trabalho doméstico. É importante ressaltar que essa modalidade da divisão sexual do trabalho no campo está vinculada à introdução da noção capitalista de trabalho, que justamente reduz trabalho ao que pode ser trocado no mercado. (FARIA, 2009, p 19)

Nesse contexto, retomando a análise sobre a falsa dicotomia e hierarquização do trabalho produtivo e reprodutivo, no campo, as mulheres além do cuidado com a casa, filhos e marido, também produzem ao redor de casa, frutas, verduras, plantas medicinais, bem como criação de ovinos e caprinos para beneficiamento e consumo da família, que

acaba gerando um excedente de produção. Esse excedente de produção gera uma renda extra para a família.

Assim, por ser considerado uma extensão do trabalho doméstico e, por esse motivo, ser pouco valorizado, a renda auferida pelas mulheres através dos quintais produtivos, hortas e criação de animais de pequeno porte, apesar de ser essencial para a família, é considerado apenas um complemento na renda familiar. (refenciar autoras que já dialogaram sobre este tema, antes deste artigo).

Dessa forma, a privação da mulher ao âmbito doméstico e a invisibilização do trabalho reprodutivo e produtivo, até mesmo da produção para autoconsumo, faz com que a mulher camponesa não tenha acesso à algum tipo de renda para si e dependa financeiramente de seu marido.

É diante desse cenário da realidade da mulher no campo que faremos uma análise da necessidade, organização de demandas e luta das mulheres por projetos que visassem a autonomia financeira e o acesso à renda através, principalmente dos Comitês de Mulheres, coletivos e movimentos sociais dentro do PTC.

Aqui inicia outro sub-item.

A partir da implementação do Programa Territórios da Cidadania, em 2008, os municípios, comunidades e assentamentos passam a ter uma organicidade também a partir da dinâmica de funcionamento do Território, se organizando em câmaras temáticas de acordo com suas demandas. Com isso, as demandas e necessidades das mulheres vão conquistando lugar nos espaços deliberativos dos Territórios a partir das discussões feitas nos comitês de mulheres. Muito embora seja necessário apontar aqui que essa conquista não se deu em todos os territórios estudados, bem como não aconteceu sem tensionamentos por parte dos movimentos e organizações de mulheres nos territórios, tendo em vista que, de acordo com os resultados da pesquisa, as pautas das mulheres eram, na maioria das vezes, secundarizadas e/ou diminuídas.

Sobre essa luta pela conquista por autonomia financeira das mulheres nos territórios pesquisados a partir da participação nos comitês, foi possível identificar que os territórios em que a participação das mulheres era maior, eram os que já haviam mulheres

organizadas politicamente em movimentos sociais, sindicatos ou associações de assentamentos, sendo assim, mais fácil de se organizarem para mapearem suas pautas e demandas e levarem aos espaços deliberativos.

No Rio Grande do Norte, Estado em que se desenvolveu a pesquisa referida neste trabalho, apenas um território, o Alto Oeste, não conseguiu criar Comitê de Mulheres[79]. Nos outros, a citar: Seridó, Mato Grande, Potengi, Assu-Mossoró e Sertão do Apodi, tiveram como principais demandas dos comitês de mulheres, projetos voltados à inserção da mulher no mercado e o acesso à renda.

O reconhecimento da mulher enquanto camponesa, que produz alimento, bem como sua inserção na comercialização de produtos permite que a barreira da esfera privada vá sendo rompida e que a mulher passe a não depender totalmente da renda do marido. Nesse sentido, uma demanda dos Territórios, principalmente do Seridó, Mato Grande, Potengi e Assú-Mossoró, foi a criação e participação das mulheres em feiras de economia solidária.

Através do Programa, no Seridó conseguiram-se duas feiras de economia solidária, uma na cidade de Currais Novos e outra na cidade de Caicó[80]. Além disso, a partir das discussões do Comitê de Mulheres, foi criado o Fórum de Economia Solidária, que ocorre anualmente a nível territorial, no qual mulheres de várias cidades do Seridó se encontram e trocam experiências, bem como apresentam seus produtos, o que fortalece a organização das mulheres, as cooperativas e associações das comunidades rurais e as feiras de economia solidária, dando visibilidade à produção das mulheres e, consequentemente, viabilizando uma melhor inserção no mercado.

É perceptível os princípios de solidariedade e reciprocidade que permeiam as formas e estratégias das mulheres se organizarem no que se refere à busca pela autonomia. A exemplo disso e enquanto uma das contribuições do Programa Territórios da Cidadania, foi a demanda e financiamento, através dos Comitês de Mulheres, de intercâmbios

---

[79] É importante destacar que, apesar de não haver Comitê de Mulheres no Território Alto Oeste, foi identificado que as mulheres, principalmente as poucas que já estavam mais engajadas, em sindicatos, por exemplo, conseguiam, minimamente, se organizar e levar algumas demandas das mulheres. Identificou-se nesse território uma fragilidade em relação à organização coletiva de mulheres.

[80] A feira de economia solidária em Caicó ainda se encontrava em processo de conclusão durante a pesquisa.

realizados intra e inter-estaduais. Este foi um dos elementos identificados principalmente nos territórios do Mato Grande, Sertão do Apodi e Seridó.

O intercâmbio proporcionou às mulheres camponesas a troca de experiência com mulheres de outros territórios, tanto em relação à produção, quanto em relação à comercialização. Além disso, permitia que as mulheres pudessem estar saindo da esfera privada para adquirir novos conhecimentos e repassar os seus à outras mulheres, de forma que o intercâmbio viabilizou a autonomia das mulheres tanto no que se refere à possibilidade de divulgar seu trabalho e vender seus produtos para outras mulheres, quanto em relação à formação e rompimento da ideia do lugar da mulher no âmbito doméstico. Sobre isso, de acordo com Libâneo, do Mato Grande: "a autonomia delas crescem quando elas realmente têm o financeiro delas, quando elas começam a produzir, quando elas começam a ver um mundo diferente daquele mundinho ali que existe ao redor dela".

Sobre a produção realizada pelas mulheres, identificou-se a partir de alguns relatos que muitas vezes o lucro dessa produção é apropriada pelos homens à medida em que as mulheres, por estarem relacionadas ao âmbito doméstico, e, assim, se responsabilizarem mais pelo cultivo das plantas e criação de animais, bem como a fabricação dos derivados de leite, ovos, etc, acabam não tendo muito contato com a dinâmica do mercado, deixando a venda dos produtos à cargo do marido.

~~Nesse sentido,~~ Outro ponto que apareceu enquanto contribuição do Programa para a autonomia das mulheres no Mato Grande e no Seridó, para além de viabilizar sua inclusão na comercialização, foram as formações e capacitações realizadas através da organização de mulheres, dos comitês e de atividades como o intercâmbio, que fizeram com que as mulheres pudessem se apropriar daquilo que produziam para o comércio. Segundo Libâneo (Mato Grande, 2018):

> E, no caso, as palestras, a questão da formação, que também não adianta você pegar uma mulher e jogar um monte de máquinas, o material, matéria-prima, sem poder formar aquela mulher pra o mercado, né? Pra a comercialização de verdade. Que muitas vezes é isso, a mulher, ela vai produz, produz, não sabe nem quanto tá gastando, quanto tá ganhando porque, muitas vezes, são os maridos mesmos que comercializam… Eu acho que nessa parte aí de produzir e comercializar, né?

Outro elemento que surgiu durante a pesquisa foi a inserção das mulheres na comercialização de produtos não só enquanto uma forma de garantir autonomia financeira às mulheres, mas também como uma forma de combate a violência doméstica citada por algumas das entrevistadas como sendo em índices elevados no campo.. Sobre isso, Silva, integrante do Comitê de Mulheres no Seridó, coloca:

> a gente identificou a questão da violência, uma presença muito forte de uma cultura machista principalmente na zona rural. Identificamos essa questão do acesso a renda, a questão de políticas públicas e priorizamos o trabalho com foco na economia solidária, então essa era uma demanda que a gente viu que se a mulher tem acesso a renda, ela conquista sua autonomia financeira, ela também conquista essa liberdade e a condição de fazer sua escolhas, e também a escolha de sair de um relacionamento abusivo, violento, então com certeza é um diferencial, quando a mulher tem a sua autonomia econômica, então essa foi a coisa que a gente priorizou, por entender que a partir dela a gente consegue atingir outras demandas. (SILVA, F. F., Seridó 2018)

Vale ressaltar que esse resultado aparece enquanto um dado pontual que não pode ser generalizado para todos os casos, pois consideramos que não necessariamente o acesso à renda faz com que as mulheres possam sair de situações de violência, tendo em vista que a violência doméstica envolve não apenas o fator de dependência econômica, mas, na maioria dos casos, existem fatores psicológicos e emocionais envolvidos, bem como também a questão da relação com os filhos e/ou dependentes.

Ainda sobre o acesso à renda, conforme às mulheres passam a ir percebendo e valorizando sua própria produção, começam a se inserirem mais no âmbito público. Sobre isso, Nogueira (Potengi, 2018), relatou que:

> Muita gente quando passou a tirar ali do seu trabalho, do seu artesanato, da sua produção, melhorou muito. Elas passaram assim, você vê que se veste melhor, que sorri melhor, que aparece melhor assim nos locais, o diálogo com as outras pessoas é melhor, você vê facilmente uma mulher que teve uma formação, que teve acesso a alguma coisa, a diferença dela pra aquela outra que não teve nada.

Identificou-se também que o Programa contribuiu para a autonomia das mulheres a partir da própria organicidade, fomentando sua participação nos espaços deliberativos, de forma que, para além da autonomia financeira, em alguns territórios foi possível observar a busca por participar dos espaços políticos e discutir sobre suas demandas. De acordo com Santos (Alto Oeste, 2018):

> Eu já vi vários depoimentos de mulheres que diz assim: a partir do momento que eu comecei a participar do processo de organização e eu mudei a minha forma de ver o meu casamento, o poder, a forma de ver a minha vida, porque não é só ele que tem que vim para as reuniões, eu também tenho que vir.

Durante a pesquisa, entretanto, foram apontados alguns limites no que se refere à garantia do acesso à renda e luta pela autonomia financeira. Sobre esses limites encontrados, unanimemente, nos Territórios pesquisados, houve uma grande discussão acerca de linhas de crédito específico para mulheres, especialmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF Mulher, que concede crédito às mulheres para que estas invistam na compra de animais, instalações na propriedade rural, manutenção dos quintais produtivos, etc. No entanto, foi relatada a dificuldade para o acesso ao crédito que, devido à falta de informação e acompanhamento[81], muitas vezes fazia com que a mulher desistisse ou não conseguisse acessar plenamente, de forma que, apesar de ser um programa que tem a potencialidade de incentivar as mulheres à busca pela sua autonomia financeira e facilitar o acesso à renda, poucas puderam, de fato, acessar.

Em relação ao PRONAF, fazemos a ressalva de que este Programa não recebia recursos do Programa Territórios da Cidadania, no entanto, foi bastante citado pelas mulheres entrevistadas, o que nos aponta que nos fóruns deliberativos e nos debates nos comitês era frequente o debate sobre a demanda por linhas de crédito específico.

Além disso, outra demanda que apareceu em todos os territórios enquanto demanda para o acesso à renda e autonomia financeira das mulheres foi uma Assistência Técnica e Extensão rural que apoiasse e fortalecesse a auto-organização das trabalhadoras rurais, facilitando a produção e tornando viável a comercialização dos produtos. A partir da pesquisa, percebeu-se que, embora entrasse enquanto demanda das mulheres em alguns territórios como o Mato Grande e Potengi, a Assistência Técnica era escassa.

Para mais, durante o diálogo com as mulheres entrevistadas, pudemos perceber que a desigualdade de gênero, que oprime e explora as mulheres, que permeia todos os

---

[81] Relatou-se que algumas mulheres deixavam de buscar o crédito por medo de ficarem endividadas. Sobre a falta de acompanhamento, foi exposto que quando as mulheres conseguiam acessar, acabavam utilizando o crédito para interesses do marido.

espaços da vida social e que aparece fortemente no campo se constitui enquanto uma das principais barreiras no que diz respeito à conquista da autonomia das mulheres, limitando sua participação nos espaços políticos, nas relações sociais, inclusão na esfera pública e no acesso à renda e independência financeira.

Sugiro que estes três parágrafos abaixo vão para as conclusões do trabalho, sendo considerado os últimos parágrafos das conclusões.

Ademais, a partir das informações obtidas com base na pesquisa de campo, pode-se perceber que, apesar do limites e desafios apontados pelas mulheres rurais nos Territórios, o Programa contribuiu diretamente para busca das mulheres por autonomia financeira, facilitando o acesso à renda a partir do financiamento de projetos específicos de beneficiamento de frutas e pescado, fabricação de doces e derivados de leite, artesanato, etc, tanto nas cooperativas, associações e feiras, incentivando a troca de experiências e fazendo com que as mulheres passassem a sair da esfera privada, ocupando espaços que eram tidos como masculinos, como o mercado/comércio e os espaços políticos.

É importante ressaltar que, apesar de o PTC ter tido contribuições positivas em relação à autonomia das mulheres, este, enquanto Programa do Governo Federal não poderia garantir por si só que essa demanda fosse atendida plenamente. Outrossim, reconhecemos que a conquista concreta dessa autonomia somente seria efetivada a partir de uma transformação estrutural desta sociabilidade, no sentido de que é necessária a luta permanente contra qualquer tipo de exploração e opressão de sexo, raça e classe.

Na conjuntura, com a extinção do Programa Territórios da Cidadania, as mulheres relataram que, em relação aos financiamentos de projetos que incentivam a inclusão da mulher camponesa na produção para o mercado, não existem mais. No entanto, em alguns territórios, as mulheres permanecem organizadas e os Comitês de Mulheres continuam se reunindo a fim de buscar estratégias para dar continuidade aos projetos.

3. Legado da política dos territórios da cidadania: algumas conclusões

Uma das características das políticas públicas no atual sistema é de se apresentar como um instrumento de amenização dos conflitos entre capital-trabalho, não possuindo grandes pretensões de mudanças nas estruturas da sociedade, mas tendo um caráter compensatório, sem perspectiva de se mostrar enquanto direito. Entretanto é necessário também reconhecê-las como fruto das reivindicações feitas pela classe trabalhadora, contra a dominação e exploração. (CISNE; GURGEL, 2008). Rever a escrita de todo este parágrafo. Michela: Não só a escrita a ideia contida nele.

O parágrafo abaixo expressa as contradições que as políticas públicas expressam e contradiz o que foi colocado no parágrafo acima. Michela: mantém a de baixo com as sugestões de Janaiky

Dessa forma, o Programa Território da Cidadania tornou-se um instrumento importante para a conquista de políticas, pois através do mesmo a organização pôde ser fortalecida, possibilitando uma maior abertura para que a população participasse dos espaços de disputa, tendo uma unidade entre os diferentes sujeitos políticos no município, pautando demandas necessárias para o desenvolvimento da região.

> Eu acho que o maior legado foi a...uma coisa só, vamos dizer assim, a unificação do município, sabe? Das pessoas...De você sentar ali com o prefeito, com o agricultor, com uma pessoa da entidade, com uma pessoa que vem lá de Brasília, entendeu? Fica tudo uma coisa só, era uma coisa só (PINHEIRO, F. S., Mato grande, 2018).

Houve uma maior aproximação entre sociedade civil com outras instâncias de articulação de políticas, fazendo com que as demandas chegassem de forma menos burocrática e apresentando um maior entendimento por parte das pessoas sobre políticas públicas, compreendendo para onde vão os recursos, como aplicá-los e como reivindicá-los.

> A gente conseguiu, é aquilo que eu te falei, quando a gente começa a compreender a política pública e saber pra quem ela veio, aí é mais fácil da gente não só acessar, mas também de defender pra onde ela vá de fato (OLIVEIRA, M. C. F., Potengi, 2018).

O Programa Territórios da Cidadania deixou um legado, mesmo que com sua descontinuidade tenham ocorrido retrocessos, pois a sociedade fortaleceu suas experiências de auto-organização, fazendo parte das tomadas de decisões. Ao opinarem

no decorrer do processo de construção das políticas públicas foram acreditando que são capazes de lutar e de efetivar seus direitos. São aprendizados que servirão para novas conquistas.

Houve também conquistas materiais, equipamentos públicos instalados...

Se torna necessário destacar alguns avanços gerados pelo PTC. Uma conquista destacada pelo território Potengi foi a construção do Centro de Capacitação e Estudos em Metodologias e Tecnologias de Desenvolvimento Sustentável de Agricultura Familiar (CEMTRAF), um ambiente de preparo e aprendizagem. Mas não foi apenas essa conquista que gerou grande avanço para agricultura familiar. No território São Francisco do Oeste, a política mais trabalhada foram as compras institucionais[82], como também a organização de bases produtivas das bacias leiteiras, sendo criado um comitê da mesma no Potengi para melhor discussão e busca de avanços.

Além disso houve a contribuição para reivindicação de avanços de algumas instituições, tendo uma importante participação para conquista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), ingressando muitos filhos e filhas de agricultores, ~~dessa forma possuindo a oportunidade de uma melhor formação.~~

No que diz respeito às mulheres de forma direta, foi perceptível que o PTC provocou muitas mulheres a reivindicarem seu direito de estar presente nos espaços de decisão, entendendo que são capazes de se articular e defender o que acreditam. Exemplo disso é a criação do Grupo de Trabalho Mulheres no território do Potengi..

Já no território Mato Grande, pelo motivo de existir mais homens do que mulheres participando, as mesmas tiveram dificuldade de uma participação ativa, dessa forma criaram um comitê de mulheres, que se reunia um dia antes das plenárias do colegiado para organizarem suas propostas. Mesmo com os obstáculos por conta do fim do programa, permaneceram organizadas em busca de políticas públicas, mas tendo uma maior demora para as reuniões. Por esse processo de organização e resistência, o território ficou conhecido no Rio Grande do Norte, chegando a ir em outros territórios

---

[82] Tem com propósito promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como a inclusão econômica e social, com fomento à produção sustentável, comercialização e ao consumo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar

apresentar a experiência do comitê. ~~As trocas de experiências eram algo muito comum entre as mulheres, sendo realizados, inclusive, intercâmbios de conhecimento como parte da formação, onde as mesmas se fortaleciam através da vivência da outra companheira.~~

~~As mulheres analisaram a importância de reivindicar por espaços em que as que políticas públicas sejam discutidas, compreendendo ser de extrema importância, pois se observarmos, as mulheres, em comparação com os homens, possuem trabalhos mais precarizados, com rendimentos menores, além das atividades do lar, que na maioria das vezes fica sob a responsabilidade feminina. É necessário que existam ferramentas para igualar essas relações, para que não siga de forma naturalizada.~~

Quando perguntado se as mulheres já exerciam papéis políticos no território, uma das respostas que se destacou foi: "Não tão importante quanto agora, por isso que eu digo pra você que isso aí veio pra fortalecer e dar um conhecimento. E quando você tem conhecimento, você começa a ter empoderamento." (OLIVEIRA, M. C. F, Potengi, 2018). Mesmo que as demandas apresentadas pelas mulheres não sejam levadas com tanta prioridade como as demais, é decisivo continuar pautando avanços para melhores condições de vida e, para isso, é necessário a organização e potencial crítico para o confronto de toda a contradição que permeia nossa sociedade.

Se torna perceptível que o Programa trouxe conhecimento e políticas públicas para os diversos territórios, não tanto quanto tinha potencial para desenvolver, mas mesmo assim representou algumas melhorias. Podemos dizer que um dos maiores legados que o Programa propiciou foi a aproximação de todos que buscavam por conquistas para o território, possibilitando formação política e técnica, compreensão do funcionamento e financiamento das políticas públicas, se configurando como um acúmulo importante para experiências futuras, a partir da visão de que na organização e lutas coletivas é possível obter melhorias. Legados materiais também foram conquistados, como as instituições e obras de infraestrutura que serviram de avanço para o território.

Apesar das dificuldades, as mulheres conseguiram se fazer presentes no PTC, porém foi através de muita organização e resistência. É importante dizer que esse processo de participação teve como ponto principal de partida a auto organização das

mulheres que já existiam nos territórios, ou mesmo as criadas durante o andamento do Programa.

~~O PTC também impulsionou o processo de auto organização das mulheres em alguns territórios, como já falamos anteriormente, através das formações, capacitações e intercâmbios, elas foram conseguindo construir uma relativa autonomia, para enfrentarem os diversos obstáculos que vivenciam cotidianamente e que são estruturais, como a falta de autonomia financeira, a falta de transporte para que fossem participar das reuniões, a dificuldade em conciliar as atividades domésticas e de cuidados com as atividades do programa, o domínio dos seus maridos que não as deixavam sair de casa, entre outras.~~

Por todas essas dificuldades que estão postas nas vidas das mulheres, é que os programas e políticas públicas precisam pensar estratégias que diminuam essa relação de desigualdade que as mulheres enfrentam, Cisne e Gurgel (2008, p. 88), nos falam sobre isso:

> A importância da reivindicação de políticas públicas na perspectiva de gênero é facilmente perceptível quando analisamos as condições de vida das mulheres trabalhadoras, especialmente, as negras, que são as mais pobres entre as mais pobres, encontrando-se nos empregos mais precarizados e com rendimentos menores do que qualquer outro segmento social. As mulheres compõem 70% dos pobres do mundo e, além de serem responsabilizadas pela reprodução social, são também as maiores vítimas da precarização das políticas públicas. São elas que enfrentam as filas de madrugada nos hospitais públicos, para levarem as crianças enfermas, e nas escolas, em busca de vagas; entretanto, muitas delas não chegam à previdência, seja por serem as que mais se encontram na informalidade, nos empregos mais precarizados sem direitos trabalhistas assegurados, seja por não terem sequer documentos pessoais, especialmente, as que residem nas áreas rurais; são elas, portanto, que estão no cotidiano da assistência social buscando a garantia mínima das condições de sobrevivência de suas famílias.

Assim, concluímos que o PTC ao não pensar na realidade das mulheres tornou o acesso delas ao programa e seus benefícios muito mais difícil. Não pensando em estratégias de enfrentamento às desigualdades o programa reproduziu a estrutura patriarcal da sociedade e se não fosse o processo de organização das próprias mulheres ele pouco teria feito diferença em suas vidas, pois sem a participação delas suas pautas e demandas nunca teriam chegado como prioridade em nenhum dos territórios.

~~Mesmo partindo da compreensão de que não são as políticas públicas que vão garantir o processo de transformação radical dessa sociedade e desfazer a relação de opressão e dominação que impera sobre a vida das mulheres, nós acreditamos que a construção de políticas que levem em consideração a realidade delas sejam importantes para a melhoria e a sobrevivência das mesmas no aqui e no agora. Além disso é direito das mulheres que suas demandas sejam ouvidas e respeitadas, para que assim possamos acumular forças para a construção de uma sociedade menos desigual para todas e todos.~~

Falta fazer considerações finais realmente

Precisa trazer cada item trabalhado nesse artigo, participação, autonomia financeira e legado e analisar sinteticamente e fazer um fechamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. PAA **Compra Institucional.** MDS. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programa-de-aquisicao-de-alimentos/compra-institucional>.

ALMEIDA, Janaiky Pereira. **Organismos Internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina**. Brasília: A autora, 2017. 262 p.

BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Orgs.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192 p.

BUTTO, A.; FARIA, N.; HORA, K.; DANTAS, C.; NOBRE, M. (Orgs). **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p.

CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, P. A. (Orgs). **Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife : Editora UFPE, 2014. 437 p. : il

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 2ª Ed.

_____, GURGEL, T. **Feminismo, Estado e políticas públicas:** desafios em tempos neoliberais para autonomia das mulheres. Ser Social, Brasília, v. 10, n. 22, p. 69-96, jan./jun. 2008.

DELGADO, F. **A construção de relações de gênero na militância política das mulheres.** Dissertação de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza. 2004.

DEVREUX, A.M. **A teoria das relações sociais de sexo:** um quadro de análise sobre a dominação masculina. Cadernos de Crítica Feminista, n. 4, ano V, p. 6-28, dez. 2011.

FARIA, Nalu. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural**. *In:* BUTTO, Andrea (Org.). Estatísticas rurais e a economia feminista: Um olhar sobre o Trabalho das Mulheres. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2009. 168 p.

GONZÁLEZ, A. I. A, **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres.** São Paulo: Expressão Popular, Sempre viva organização feminista, 2011.

GUILLAUMIN, C. **Prática do poder e Idea de natureza**. *In:* FERREIRA, V; ÁVILA, M.B; ABREU, M; e FALQUET, J. (orgs.) O patriarcado desvendado teoria de três feministas materialistas: Colette Guillaumin - Paola Tabet - Nicole Claude Mathieu.Recife: SOS Corpo, 2014. [Publicado inicialmente em *Questions Féministes*, n° 2 e 3, fevereiro e maio de 1978].

LIRA, **A. Inauguração do CEMTRAF em São Paulo do Potengi**. SPP News, nov. 2013. Disponível em:<http://www.sppnews.com.br/2013/01/inauguracao-do-cemtraf-em-sao-paulo-do.html>

LOPES, A. BUTTO, A. **Mulheres na Reforma Agrária:** a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2010.

MARCELINO, M. F; FARIA, N.; MORENO, T. **Trabalho, corpo e vida das mulheres:** uma leitura feminista sobre as dinâmicas do capital nos territórios. São Paulo: Sempre viva organização feminista, 2014.

SANTOS, Michela Katiuscia Calaça Alves dos. **Rompendo a cerca do isolamento: as relações entre a Agroecologia e as questões de gênero**. Recife: A autora, 2012.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos:** trabalho, dominação e resistência. 2º ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

O feminismo Camponês e popular, um dialogo entre feminismo, agroecologia e a realidade camponesa

Michela Calaça[83]

INTRODUÇÃO

Essa artigo busca apresentar uma discussão sintética sobre o feminimo camponês e popular, como uma construção das camponesas que ao se descobrirem feministas buscam qualificar e descrever seu feminismo. Tendo em vista a complexidade do debate sobre o feminismo camponês e popular, escolhemos dois elementos para discutir nesse artigo. Um será a categoria camponês pensada no contexto brasileiro, como também a agroecologia, elemento que segundo as camponesas é parte fundante do seu feminismo. A escolha dessas duas categorias entre inúmeras outras que perpassam a construção do feminismo camponês e popular, acontece pois elas nos permite o dialogo com os temas e autores apresentados na disciplina de Sociologia rural, já que esse artigo foi feito para ser parte do processo de avaliação desta disciplina.

O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR - UMA APROXIMAÇÃO

O feminismo Camponês e Popular tem sido uma construção da *Coordinación Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (Cloc), Essa é uma articulação de movimentos sociais ligados à pauta rural, cuja a principal luta unitária é a construção da soberania alimentar dos povos por meio da agroecologia. A Cloc nasceu em contraposição às comemorações dos 500 anos de invasão da América Latina, por volta do final dos anos 90 do século passado. É composta atualmente por 84 organizações de 21 países da América Latina e Caribe. (CLOC, 2016). A Cloc é a principal e maior organização de camponeses da América Latina e Caribe, e faz parte de *La Via Campesina*

[83] Doutoranda em Ciências Sociais pela UFCG. Email: michela.calaca@gmail.com

Internacional[84]. No Brasil, os movimentos sociais que compõem *La Via Campesina Brasil*[85] estão também organizados em nível de América Latina nessa coordenação.

A Cloc está dividida em cinco regiões. A primeira é chamada de *Cone Sul*, da qual fazem parte os movimentos dos seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. A segunda é a *Andina*, com Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. A terceira é *Centro América*, com Belice, Costa Rica, El Savador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá. Depois, o *Caribe*, com Cuba, Haiti e República Dominicana, e, por último, *Norte América*, com México. (CLOC, 2016)

Por muito tempo, as mulheres rurais, mesmo as organizadas em movimentos sociais e movimentos auto-organizados, se negaram feministas. Acreditamos que isso se deva a preconceitos criados no imaginário da população em relação às feministas e suas lutas, mas também ao forte viés urbano no desenvolvimento do feminismo, como também um forte combate conservador que levou a criar estereótipos do que seria o feminismo. Mas ao nos debruçamos sobre o cotidiano das lutas travadas pelas mulheres da Cloc, encontramos no dia a dia dessas camponesas, inúmeras atitudes e reivindicações feministas, mas que não se autodenominavam como tal ou que mesmo faziam questão de se negarem feministas, sendo que a prática feminista podia ser nitidamente percebida nas suas ações.

Buscamos elementos desse debate na pesquisa de Santos (2012), na qual se analisou se a agroecologia, via o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), contribuía para a autonomia das camponesas. A pesquisa encontrou formas bastante diferenciadas de organização delas. Houveram casos em que as mulheres se organizaram a partir de coletivos de produção para fabricar doces, queijos, biscoitos e outros produtos com o objetivo de comercialização. Em outros lugares, o trabalho com as camponesas é realizado a partir dos intercâmbios, que retiram as mulheres da sua propriedade para

---

[84] *La Via Campesina* é um movimento internacional que reúne organizações locais e nacionais em 73 países da África, Ásia, Europa e nas Américas. Sendo movimento articulado, autônomo, pluralista e multicultural, independentemente de qualquer vinculação política, econômica ou de outro tipo (LA VIA CAMPESINA, 2016).

[85] *La Via Campesina Brasil* é composta pelos seguintes movimentos: Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Trabalhadores rurais sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Conselho indigenista missionário (CIMI), Articulação dos povos indígenas (APIB), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Associação dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), Associação de assalariados rurais (ADERE), Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM).

visitar outras comunidades, como também valorizam seu trabalho, levando outros camponeses e camponesas a conhecê-lo, essa estratégia contribui para romper um isolamento histórico vivido pelas camponesas. Outra forma de organização de mulheres, encontrada na pesquisa de Santos, tem início no trabalho de incentivo à participação das mulheres na comissão de saúde e alimentação da ASA estadual, na discussão sobre plantas medicinais.

Todas essas formas de trabalho com as mulheres, em um primeiro olhar, parecem reforçar o lugar da mulher como cuidadora e responsável pelo conjunto de atividades domésticas. Em uma análise mais apurada, concluiu-se que ocorre o contrário: as camponesas se organizam a partir do seu cotidiano, e o ressignificam quando passam a ser responsáveis pela gestão do dinheiro gerado pelo seu trabalho, ou mesmo ao se tornarem referências no que fazem, ao passarem a sair de casa para falar sobre seu trabalho, ou ao receberem visitas através de intercâmbios. O sair de casa gerado por essas razões, muitas vezes, muda a vida dessas mulheres, como conclui Santos (2012, p.162 -166).

A maioria das mulheres estudadas por Santos (2012) não são camponesas organizadas na Via Campesina[86], mas suas realidades são muito similares, o que nos permite fazer a associação.

Mas não eram apenas as camponesas que não se entendiam como feministas, muitas lutas das mulheres camponesas não eram entendidas como lutas feministas. Uma velha divisão entre luta geral e luta especifica que não ajuda a compreender e transformar uma realidade tão complexa como a atual, pois os impactos da luta de classes (muitas vezes considerada como a geral) e do racismo atingem com maior força a vida das mulheres e no campo essa realidade só se amplia. Dizer isso é reforçar que as lutas travadas pelas trabalhadoras rurais, por direitos, na Constituição de 88, pela regulamentação dos direitos conquistados durante os anos 90, pela conquistas de novos direitos trabalhistas, na campanha Nenhuma Trabalhadora Sem Documentos, pela agroecologia como modo de vida e movimento, pelo projeto de agricultura camponesa,

---

[86] Algumas das camponesas entrevistadas por Santos (2012) eram da Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização que compõe a Via Campesina.

na produção de alimentos saudáveis como pauta contra o capital e o agronegócio, pela construção do socialismo e libertação das mulheres, são necessariamente lutas feministas.

O feminismo camponês e popular é fruto da diversidade de sujeitos que compõem o campesinato, e assim é necessariamente uma construção coletiva. Nesse sentido, a discussão sobre o que entendemos quando discutimos a categoria camponês nos ajudará a tirar essa categoria apenas do campo da política, mas coloca-lo no seu devido lugar que é como fruto de uma leitura da realidade concreta das mulheres do campo, das florestas e das águas.

A CATEGORIA CAMPONÊS EM SI

Teodor Shanin (2005) propõe, no seu texto sobre a definição de camponês, iniciar o debate pelos motivos que nos levariam a deixar de usar a categoria analisada. Nosso caminho é justamente o contrário, pois partimos do porquê entendemos ser importante utilizar a categoria camponês. Mas, como o próprio autor propõe no texto, consideramos o contexto e a maneira que a categoria pode ser operada em cada contexto, e chegamos à mesma conclusão que SHANIN:

> Em última instância, os conceitos devem servir não a "uma questão de reconciliação dialética de conceitos", mas à "compreensão das relações reais".[46] Devemos acrescentar, aqui, o compromisso, dentro da tradição socialista, de definir as dimensões da opressão do homem pelo homem e os caminhos da luta para combatê-las. Excetuando sua mistificação e sua utilização ideológica, o conceito de campesinato cumpriu, muitas vezes, todos esses serviços. Esta capacidade ainda não se esgotou. (2005, p. 20)

A Cloc tem como elemento de leitura da realidade a necessidade de uma transformação radical do sistema que vivemos atualmente. Nesse sentido, um diálogo entre a construção do feminismo camponês e popular e o pensamento teórico passa necessariamente por uma aproximação com o Marxismo.

Quando analisamos a forma como a categoria camponês é usada por Marx, em O Capital ou por outros clássicos do marxismo como Lênin, em o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, ou no Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América, percebemos que a categoria camponês é utilizada indistintamente em relação à posição de classe, chegando Lênin (2018) a mencionar Camponês rico como aquele que apenas detém a propriedade da terra e camponês pobre o que a explora para sua sobrevivência,

sendo esses parte do que seria o povo, mas não necessariamente parte da classe trabalhadora. No Brasil, porém, mesmo os movimentos que reinvidicam a categoria campesinato sendo fortemente marcados pelo Marxismo, percebe-se que usam do termo camponês ou campesinato com um recorte claro de classe.

Entendemos que, no Brasil, a existência das ligas camponesas trouxe um elemento de luta e resistência à categoria camponês. Mesmo que uma parte significativa da esquerda brasileira apenas lembre do termo camponês a partir das ideias que Marx (2011) apresenta sobre o campesinato francês no 18 Brumário de Luís Bonaparte, é importante destacar que em outras obras de Marx e de Lênin, eles demonstram que o campesinato se mobiliza quando suas condições de existência estão ameaçadas, não existindo nenhuma predisposição em ser passivo ou revolucionário, mas pessoas que se movem a partir das condições postas na realidade.

No entanto, no Brasil, mesmo existindo um elemento histórico importante conhecido como ligas camponesas, o termo camponês é uma categoria que se constrói historicamente diante de muitas polêmicas: acadêmicas e políticas, que na nossa avaliação tinham entre si uma relação direta.

Para discutir o que estamos chamando de camponês, partimos da descrição feita por Eric Wolf (1976), no intuito não de fechar conceitos e parâmetros para definir alguém como camponês, mas de buscar elementos de uma realidade camponesa estudada:

> Já falamos dos camponeses como cultivadores rurais; ou seja, eles cultivam e criam gado no campo e não em estufas construídas no centro da cidade ou em canteiros de lírios em peitoris de janelas. Mas ao mesmo tempo não poderemos chamá-los de fazendeiros ou empresários agrícolas, (...) O camponês entretanto não realiza um empreendimento no sentido econômico, ele sustenta uma família e não uma empresa. (WOLF, 1976, p 13)

Mesmo correndo o risco de sermos muito superficiais na nossa analise sobre o que é ser camponês, insistimos em descrevê-los como fez WOLF (1976), para fugirmos de análises idílicas que colocam o camponês como um sujeito que não muda e apegado às tradições, ou de outras análises em que cabem todos os tipos de atividades rurais no termo camponês. Não queremos aqui trabalhar com dogmas que vão prender o camponês em uma situação de pobreza e escassez, mas é necessário deixar evidente que o empresário rural, aquele que tem no seu negócio rural apenas uma forma de valorização

do seu capital, não é camponês, pelo menos não na forma como os movimentos sociais brasileiros que reivindicam o uso dessa categoria a entendem, perspectiva também presente nos teóricos que estudam esses movimentos.

Dizer isso é demarcar de início que entendemos que o campesinato no Brasil é uma fração (POULANTZAS, 1977) da classe[87] trabalhadora, que outras categorias são (e devem ser) aplicadas a outros sujeitos que existem no campo, categorias que também demarcam classe social, como é o caso de empresário rural, ou mesmo categorias profissionais que sejam indistintamente usadas no que se refere à classe, como é o caso de agricultor familiar, produtor rural, entre outras. O campo brasileiro é múltiplo, e, assim, precisam ser analisados os sujeitos que o compõem.

Entretanto, o termo camponês (como ocorre com outros termos) precisa ser mediado pela história, sempre atualizado, na medida que a sociedade muda. Nosso entendimento do camponês situa-o enquanto uma fração da classe trabalhadora, e o colocamos fora das especificidades do feudalismo, pois o camponês existiu não apenas no feudalismo, mas também em outros modos de produção. A atividade camponesa se constitui como uma atividade de produção mercantil simples, não se constituindo num modo de produção específico, e, como tal, pode estar presente e desenvolver-se sob diferentes modos de produção (MARX, 2008). Dessa forma, é possível explicar o que nitidamente se percebe na contemporaneidade: camponeses que, guardadas as diferenças de tempo e espaço, se constituem numa unidade econômica doméstica, baseada no trabalho e na necessidade da família, como discutem Chayanov (1974) e Wolf (1976).

Dizer que o campesinato tem como objetivo atender as necessidades de sua família não significa dizer que não existem necessidades atendidas a partir da venda e do comércio. Pelo contrário, como dissemos no parágrafo acima, o camponês tem como característica ser parte de um sistema mercantil simples. Em uma sociedade como a atual, na qual as necessidades são criadas pelo próprio sistema capitalista, os camponeses não têm como estar fora dessa realidade, o que muitas vezes tem se colocado como desafio dessas famílias e motivação para buscarem a modernização da produção e maiores

---

[87] As classes sociais para Marx são uma divisão na sociedade que se caracteriza prioritariamente pelo elemento econômico e a posse ou não dos meios de produção, mas não só por eles. Marx e Lênin vão lembrar que as questões políticas e ideológicas também são importantes na constituição de uma posição de classe (POULANTZAS, 2018). Esse para nós é um elemento importante para pensar o campesinato no Brasil.

inserções no mercado. Ou seja, o que buscamos deixar evidente é que a relação com o mercado em uma sociedade como a que se vive hoje é inevitável, mas mesmo antes da generalização dos mercados os camponeses já realizavam trocas mercantis. Entendemos que buscar colocar o campesinato como algo fora do sistema capitalista não condiz com uma analise concreta da realidade.

Muito do debate realizado sobre a existência do camponês no Brasil é fortemente marcado por um debate economicista dos autores marxistas, que buscavam analisar a realidade brasileira a partir dos elementos econômicos, e deixavam de lado o que Marx chamou de superestrutura, na qual a ideologia e a política também determinam parte da realidade.

Nesse caminho, a relação entre proletário rural e camponês faz parte dessa longa polêmica sobre a existência do camponês no Brasil. Esse tema foi enfrentado por Caio Prado Júnior (1966) e por Otávio Velho (2009), no que se refere à proletarização do rural. Velho (2009: 94) faz um debate que distingue o proletário rural do camponês, colocando-os como extremidades de um *continuum*[88], mas se faz necessário buscar, na história brasileira, alguns elementos que possibilitem analisar essa lógica usada por Velho (2009).

Para essa análise nos referenciamos em Palmeira (2009) e Garcia (1990). Palmeira (2009, 203), traz uma brilhante descrição dos camponeses da região açucareira do nordeste sobre seu modo de vida. No texto, é possível perceber que o camponês, quando não consegue naquele ano garantir o atendimento de suas necessidades e a da família até o ano seguinte, vende a sua força de trabalho (termo usado por nós e não por Palmeira) para garantir a permanência no campo, tema também amplamente trabalhado por Garcia (1990) no seu estudo sobre a migração camponesa na Paraíba. Outra importante contribuição nesse debate é o trabalho de Antônio Candido (2003), que vê as mudanças acontecendo na realidade camponesa do estado de São Paulo.

No nosso entendimento, essa realidade se mostra não como propõe Velho (2009), *um continuum*, mas sim como tratou Chayanov (1975) e Garcia (1990) quando colocam o atendimento às necessidades da família camponesa como a razão do seu trabalho, seja ele dentro ou fora de sua propriedade. Dessa forma, fica evidente na nossa analise que o

---

[88] Grifo do autor.

proletário rural pode ser parte constitutiva desse campesinato brasileiro, que, devido às situações climáticas, políticas, econômicas e/ou sociais, precisam vender sua força de trabalho, na busca de suprir as necessidades de sua família, podendo essa situação tornar-se definitiva ou apenas ser emergencial, pois o vinculo com o campo se mantém.

Em uma realidade de um país colonizado e que tem sua história marcada por violência no campo, queremos discutir como o campesinato brasileiro se formou, e para isso trazemos Cardoso (2009), no seu estudo sobre o camponês na época da escravidão. Cardoso (2009: p. 98) apresenta uma tipologia que ajuda na nossa reflexão sobre a constituição do campesinato Brasileiro. Ele tipifica o campesinato brasileiro: **Camponês não proprietário**, onde inclui desertores, escravos fugitivos, arrendatários e lavradores independentes; **Camponês proprietário**, no qual ele traz como exemplos os brasileiros e os colonos do sul, assim como outros exemplos de famílias que eram contratadas para época de colheita e no final do contrato recebiam uma pequena quantidade de terras para praticar agricultura dita de subsistência; traz ainda as **atividades camponesas dos quilombos** e o que chama de **protocampesinato escravo**, realidade em que alguns escravos tinham o direito de plantar para sua alimentação nas terras dos senhores, situação que barateava ainda mais o custo de produção para o senhor de escravos.

Pensando de forma mais contemporânea, buscamos nos referenciar nos debates feitos pelos movimentos sociais organizados na Via Campesina, onde o campesinato é bastante diverso e composto por escravos fugidos (quilomobolas) ou "libertos", colonos estrangeiros que vieram para o Brasil para trabalhar nas lavouras, indígenas, trabalhadores que foram levados para colonizar áreas longínquas (em referência à forma como eram vistos aos estados da região norte), povos extrativistas, quebradeiras de coco babaçu, assentados de reforma agrária, sem-terras que muitas vezes têm origens rurais tão remotas que nem mesmo chegaram a conhecê-las, moradores de fundo de pasto da Bahia, entre outros sujeitos que formam uma diversidade do ser camponês no Brasil. A busca da unidade na categoria camponês nos parece que é a construção da unidade na diversidade, não uma tentativa de homogeneizar o que é diverso.

Ou seja, nos parece a questão agrária brasileira nos desafia a pensar um campesinato amplo, formado por camponeses que nasceram e sempre viveram do trabalho rural nas suas terras ou de outros, assim como pelos que, tendo ou não suas

terras, precisaram vender sua força de trabalho para garantir a sobrevivência de suas famílias, e por camponeses que a muito estavam na cidade e estão voltando ao campo via reforma agrária.

Mesmo nossa opção sendo por caracterizar e apresentar o debate sobre a categoria camponês, acreditamos que, na atualidade, existe um novo termo para definir essas famílias que chamamos aqui de camponesas, e não podemos deixar de apresentar nossa visão sobre esse termo, que é agricultura familiar.

Agricultura familiar tornou-se, nos últimos 20 anos, uma categoria chave para entender o campesinato na atualidade. Sua origem data dos anos 90, quando após diversas lutas travadas pelos camponeses no sul, norte e nordeste principalmente, por terra, por políticas públicas e contra a violência no campo, o Estado passa a atender parte das demandas desses camponeses, momento em que surgem mais assentamentos de reforma agrária, uma política de crédito voltada para esse público, e se massifica a lógica da modernização conservadora no rural brasileiro (GRAZIANO, 1982).

A população camponesa descrita nesse artigo sempre foi tratada com termos de subordinação ou subjugação: como pequeno produtor, agricultura de subsistência, agricultor baixa renda. Sendo alvo apenas de políticas emergenciais e não de políticas públicas comprometidas com seu desenvolvimento econômico e social, muito menos voltadas a atender suas necessidades ou especificidades. Faltavam política de extensão rural, crédito e comercialização adequadas.

Após anos de luta, o Estado cria em 1995/96 o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (BIANCHINI, 2015), programa esse voltado a "*modernizar*" a propriedade familiar, e implementado na lógica da revolução verde, no qual pacotes tecnológicos eram destinados ao estabelecimento de uma cultura[89] e não na lógica de fortalecimento dos diversos subsistemas existentes em uma propriedade camponesa, mas mesmo assim começava o reconhecimento da existência de uma agricultura que sempre foi invisível ao Estado. Essa categoria aparece no cenário brasileiro influenciada pelas novas formas de organização do campesinato europeu, e irá representar uma disputa de narrativa sobre o campo brasileiro.

---

[89] Cultura aqui entendida como um termo agronômico, que pode ser a cultura do inhame, da mandioca, da banana, etc.

Em 2006, o Estado cria uma lei para definir o que é agricultura familiar. Nesse momento, as forças em disputa que se encontram nos espaços representativos do Estado brasileiro definem a Agricultura Familiar de forma genérica e aberta, o que passa a gerar mais controvérsias no debate acadêmico. A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, diz que:

> Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que *4 (quatro) módulos fiscais*; II - utilize *predominantemente* mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (Grifo nosso).

Nessa definição, é possível incluir muito mais que camponeses no sentido de classe que usamos nesse artigo. É uma lei na qual podem ser encaixadas empresas agrícolas familiares, grandes ou pequenas. Nossa atenção com o termo está apoiada numa ideia que apresentamos no início desse artigo, de que o mundo é dividido em classes e que o camponês pertence à classe que ainda é dominada e explorada pelo capital. Essa lei deixa escondida essa contradição, colocando em uma mesma categoria quem explora e quem é explorado, fazendo com que o Estado apresente propostas para um único grupo como se apresentasse para todos.

Mas a realidade é muito mais complexa do que algumas vezes conseguimos demonstrar, e o termo que foi criado, na nossa avaliação, em resposta à luta dos camponeses, torna-se uma mistificação, mas essa mistificação ocorre no e para o Estado. Quando voltamos o olhar para as famílias em si, concordamos com Wanderley (2009), que traz que agricultura familiar e campesinato guardam certa equivalência.

> Que fique claro, desde já, que entre agricultores familiares e camponeses não existe nenhuma mutação radical que aponte para a emergência de uma nova classe social ou um novo segmento de agricultores, gerados pelo Estado ou pelo mercado, em substituição aos camponeses, arraigados às suas tradições. (WANDERLEY, 2009, p. 40)

No nosso entendimento, isso significa que a categoria agricultura familiar volta a ter a complexidade que a categoria camponês tinha para Marx e Lênin, ou seja, pode ser permeada pelas duas classes fundamentais do capitalismo, mas que majoritariamente é composta por camponeses, pelos que, com pouca terra, têm na força de trabalho familiar a base da sua economia.

Diante disso, temos a análise de que a categoria camponês no Brasil não só representa uma análise concreta da realidade como também desempenha um papel importante de dar unidade à diversidade de sujeitos que compõe esse campesinato, que, para além das diversas identidades já menciondas nesse artigo, precisamos lembrar que é composto por aproximadamente 50% de mulheres, o que também lhes impõe ampliar sua forma de intervenção social, pois o campesinato tem cada vez mais sido pautado pelas camponesas para construir novas relações entre homens e mulheres.

Outro elemento importante para a discussão sobre o feminismo camponês e popular é a agroecologia como parte do modo de vida camponês, modo de construção da soberania alimentar que é a pauta central da Cloc. No Brasil, a agroecologia e a categoria camponês têm andado juntas, pouco no debate acadêmico, mas muito nas organizações não governamentais e movimentos sociais do campo que têm a agroecologia como referência para um novo modelo de desenvolvimento.

O PARADIGMA AGROECOLÓGICO: BASES EPISTEMOLÓGICAS E CONCEITOS

Em entrevista a Siliprandi, como parte da tese de doutorado da autora, Sevilla Guzmán diz que as três principais fontes que contribuíram para a construção dessa corrente de pensamento foram: uma vertente agronômica, representada principalmente pelos trabalhos de Altieri e Gliessman; uma vertente sociológica, representada pelos estudos desenvolvidos pelo próprio Sevilla Guzmán e outros pesquisadores, a partir do trabalho com cooperativas de trabalhadores rurais na Andaluzia; e a vertente indígena/camponesa, vinculada aos movimentos sociais, principalmente do México, e

representada por Victor Toledo e Enrique Leff, entre outros. (SILIPRANDI, 2009. p.103).

Cada autor citado possibilita maior visibilidade no conceito de agroecologia, a partir do tema que mais se aproxima de sua prática. Fica evidente, todavia, a complementaridade das definições e conceitos.

Para Caporal e Costabeber (2004. p. 7), a agroecologia é a "Ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável". É a partir desse entendimento que se pode compreender como seus princípios podem ser utilizados de várias formas, de acordo com as condições específicas encontradas em cada lugar.

Mas a agroecologia como ciência é uma aproximação da academia com as práticas desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais na construção do diálogo de conhecimentos, na busca de como construir coletivamente conhecimentos com e para os povos. Mas essa aproximação não se dá sem tensões, e parte dessas tensões deve-se à dificuldade de reconhecer a importância das camponesas na preservação dos costumes, das espécies e dos modos de viver que são mais adequados na construção de uma relação harmônica com a natureza.

É importante frisar que esse papel de preservar a natureza, de se manter na resistência aos pacotes tecnológicos que a Revolução Verde impôs à agricultura via conhecimento acadêmico e assistência técnica, não ocorre por uma predisposição natural das mulheres à preservação, nem por um dom atribuído somente as mulheres, mas acontece em parte porque o conhecimento considerado científico na maioria das vezes não enxergou as mulheres, porque a assistência técnica só dialogava (o que infelizmente ainda acontece hoje) com o considerado "chefe" da família, impondo às camponesas um modelo do qual não faziam parte.

A base da Agroecologia é a análise da evolução conjunta dos sistemas biológicos e sociais, e o reconhecimento de que essa evolução teria sido captada pelos/as camponeses/as tradicionais – agricultores/as, indígenas, quilombolas, extrativistas... –, através de suas experiências no manejo da produção, em um processo de tentativas e

erros, cujos aprendizados foram transmitidos pelo modo de produção e pela cultura (SILIPRANDI, 2009; CAPORAL, 1998; CAPORAL e COSTABEBER, 2004; ALTIERI, 2009), assim reconhecendo que a agroecologia é experiência cotidiana de trabalho que permite via ciência ser sistematizada, analisada e ampliada.

Por isso é que, do ponto de vista da construção do conhecimento agroecológico, o papel das populações rurais tradicionais, de resgatar seus saberes, é fundamental para o conjunto da proposta agroecológica.

Para Altieri (2009) a agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho:

> Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. (ALTIERI, 2009, p. 23)

Ou seja, ela se propõe a ser uma ciência não positivista, mas que possibilita o diálogo entre as diversas ciências, ou melhor, entre os diversos ramos da ciência. Assim diz Sevilla Guzman (2007):

> La Agroecología crítica al pensamiento científico: por un lado, desvelando el etnocentrismo sociocultural de las Ciencias Sociales como construcción histórica europea que centra su pesquisa en una única propuesta civilizatoria que excluye de su acervo conceptual a las demás. Y, por otro lado, pretendiendo modificarlo, probando además la necesidad de complementar los hallazgos científicos agropecuarios y forestales con aquellas "prácticas campesinas e indígenas" que han mostrado su sustentabilidad histórica. (SEVILLA GUZMÁN, 2007, p. 1)

Essa definição ainda mais ampla possibilita uma compreensão do potencial transformador que a agroecologia traz à ciência.

Segundo Hecht (1993):

> Definida grosso modo, a agroecologia geralmente incorpora ideias sobre um enfoque da agricultura mais ligado ao meio ambiente e mais sensível socialmente; Centrada não só na produção como também na sustentabilidade ecológica do sistema de produção. A isso se poderia chamar de uso "normativo" ou "perspectivo" do termo agroecologia,

> porque implica um número de características sobre a sociedade e a produção que vão muito além dos limites da propriedade. (HECHT, 1993, p. 7)

A autora faz uma leitura do tema como uma forma de produção, mas deixa clara a necessidade de alterações além dos limites da propriedade rural. Muitas organizações que trabalham com o meio rural entendem a Agroecologia dessa forma e têm buscado construir, junto com as famílias camponesas, estratégias de produção que vão além das técnicas agronômicas. A partir desse entendimento, busca potencializar os trabalhos das mulheres e dos jovens, o que não apenas contribui para uma produção mais adequada ambientalmente, mas possibilita (ou pode possibilitar) uma redefinição de papéis na família.

Hecht ainda afirma que a ciência e a prática da agricultura, desde os seus primórdios, foram "agroecológicas", pois eram resultado de adaptações contínuas dos seres humanos aos ecossistemas e às variações ambientais, por meio das quais foram acumulando conhecimentos e aperfeiçoando seus métodos. A Agroecologia apenas recuperou uma herança agrícola destruída pela agricultura moderna e, particularmente, pelas ciências agronômicas, que imbuídas, em muitos casos, de preconceitos de classe, etnia, cultura e gênero, haviam desprezado esse conjunto de conhecimentos e as pessoas que os produziam e repassavam (HECHT, 1993, p. 4; HECHT, 2002, p. 26 apud SILIPRANDI, 2009).

Nossa análise parte do entendimento de que as ciências, revestidas do manto da neutralidade e objetividade, sempre se colocaram a favor de uma classe, de uma raça e de um sexo, mas sempre dos dominantes, nunca dos subalternos.

AGROECOLOGIA E O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR

O Movimento de Mulheres Camponesas tem, desde 2010, discutido qual é o seu feminismo, e o que o feminismo significa para as camponesas. É a partir desses debates que as camponesas se reconhecem como uma unidade com diversas identidades: Como mulheres indígenas, agricultoras, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, extrativistas, entre outras identidades. Se reconhecem, a partir da organização em movimento, como lutadoras do povo, que constroem a soberania alimentar baseada na

agroecologia como modo de vida, e apontam esses elementos como parte do seu feminismo.

Na CLOC existem histórias comuns de organização das mulheres. São mulheres que começam a se organizar no período de redemocratização na América Latina, a partir de pautas ligadas ao acesso à terra, ao respeito aos povos do campo, das florestas e das águas, por soberania alimentar, no enfrentamento ao agronegócio, por valorização da vida das mulheres e da natureza. Para alguns, essas pautas não eram pautas feministas. Por algum tempo, nem elas mesmas se reconheciam assim, afinal, o feminismo, por vezes, paceceu algo distante. Discutia-se, nos movimentos da CLOC, e assim também foi no MMC a princípio, as interrelações entre Gênero e Classe, sendo que as camponesas organizadas no MMC em 2004, quando assumem o desafio da nacionalização de movimentos que eram apenas estaduais e locais, já se identificavam como feministas. Para elas ficava cada vez mais evidente que o debate de gênero não dava mais conta de enfrentar os desafios que encontravam. Elas percebem que a construção cotidiana da agroecologia, da organização popular, da relação com outras organizações de mulheres, e até mesmo as próprias lutas travadas por elas, só faziam sentido dentro do feminismo, e assim também foi acontecendo com outros movimentos de mulheres da CLOC, e é nessa construção que em 2010 as mulheres da CLOC começam a cunhar o termo Feminismo Camponês e Popular.

As mulheres da Cloc têm buscado construir coletivamente o que entendem e o que querem dizer com o Feminismo Camponês e Popular. Ainda estão dando os primeiros passos, nessa que deve ser uma construção de tempo e fôlego, pois precisa contemplar todas as organizações camponesas da Cloc, ou seja, a diversidade camponesa da América Latina.

Mas elas já partem de pontos comuns: Esse feminismo parte do entendimento que a sociedade que está dividida em classes sociais e o feminismo camponês e popular se coloca na luta de classes junto à classe trabalhadora; Esse feminismo tem como antagonistas o capitalismo, o patriarcado e o racismo, cuja expressão no campo é o agro e hidronegócio; Luta-se contra o patriarcado que violenta e invizibiliza o trabalho das camponesas; O Feminismo Camponês e Popular tem, na valorização do projeto de agricultura camponesa e agroecológica um elemento central; Ele é fruto da diversidade de

sujeitos que compõe o campesinato e assim é necessariamente uma construção coletiva; É luta e organização das camponesas; Tem organização na base, se constrói e se pauta pela vida das mulheres; Tem na luta pela produção dos alimentos saudáveis um elemento central; Se alimenta dos debates das plantas medicinais, da preservação da semente como forma de construir a soberania alimentar, como elemento da soberania dos povos. Todas essas lutas são lutas que possibilitam melhorar a vida das mulheres, mas não só: Melhora a vida do planeta.

Ou seja, o que parece que se quer dizer com isso é que Feminismo Camponês e Popular é antes de tudo dar nome à luta que as mulheres do campo, das florestas e das águas fazem há muito tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O feminismo camponês e popular tem sido uma síntese das ações e concepções das lutas das mulheres camponesas e pode contribuir para trazer uma nova perspectiva no que se refere às lutas camponesas e à agroecologia, contribuindo com a mudança na realidade do campo e com os debates acadêmicos.

No Brasil, apesar do termo camponês ter sido alvo de muitos questionamentos, é evidente sua importância na construção social do país. O termo tem um conteúdo claramente político, o que reforça sua importância teórica, mesmo que permaneça sendo questionado por correntes da academia e da sociedade em geral. Na nossa compreensão, contudo, é uma categoria que tem força social e histórica no Brasil, o que a coloca como uma realidade concreta, quando além dos elementos históricos se apresentam na atualidade grupos que reivindicam a utilização dessa categoria como um legado a preservar.

Os camponeses no Brasil estão na produção de alimentos que compõem a cesta básica do país, na luta por terra, na luta por uma agricultura sustentável, na resistência ao modelo degradador implementado pela revolução verde, nas lutas pelo babaçual livre, na luta conta as barragens, e em muitas outras lutas que questionam a reprodução do capital no campo, tendo na agroecologia uma base de construção do rural que se quer.

O desafio posto é o reconhecimento do Estado da importância dessas categorias (camponês e agroecologia) para o desenvolvimento do país de forma sustentável, demarcando o entendimento de que não é possível conciliar o agronegócio - destrutivo e degradador - com os camponeses, como é possível perceber quando nos voltamos ao debate sobre apropriação da terra e expansão agrícola no texto de Sauer e Leite (2012).

BIBLIOGRAFIA

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agroepecuária, 2002.

_____. Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5ed. Porto Alegre. UFRGS. 2009.

BIANCHINI, Valter.Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015 : avanços e desafios. Brasília : SAF/MDA, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei n.° 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm Acesso em: 30 de março de 2018

CANDIDO, Antonio. Os Parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Editora 34, 2003

CAPORAL, Francisco Roberto. La extensión agraria del sector público Ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de rio grande do sul, brasil. Una aproximación histórico-crítica a la evolución y enfoques teóricos del extensionismo rural y contribuciones para el paso del paradigma dominante. Universidad de Córdoba. España. 1998.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia alguns conceitos e princípios. Brasília. MDA/SAF/DATER-IICA. 2004.

_____. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.

CARDOSO, Ciro F. S. **A brecha camponesa no sistema escravista.** In Camponeses brasileiros: leitura e interpretações clássicas, v.1/ Clifford Andrew Welch [ET. al.] (org). São Paulo: UNESP. Brasília: NEAD, 2009.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad econômica campesina.** Buenos Aires: Nueva Vision, 1974 (versão digitalizada).

CLOC, **¿Quiénes somos?** Disponível em:.http://www.cloc-viacampesina.net/Acessoem: 08 de agosto de 2016

CLOC, **regiones.** Disponível em:.http://www.cloc-viacampesina.net/Acessoem: 08 de agosto de 2016

GARCIA, A. **O sul: caminho do roçado**; estratégias de reprodução transformação social. Ed. Marco Zero. 1990

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro, Zahar, 1982

HECTH, Susanna B. A evolução do pensamento agroecológico. In. Agroecologia e desenvolvimento. CLADES. Edição brasileira Rio de Janeiro. ASPTA. Ano I; Número I, agosto de 1993.

LENIN, V. La alianza de la clase obrera y el campesinato. Buenos Aires, 1960.
_____. Obras completas. Tomo III. El desarrollo del capitalismo en Rusia. AKAL editor. Disponível em: https://yadi.sk/i/gf2f6tqxsZFH6. acessado em: 23 de fevereiro de 2018

MARX, K. **O capital**. Livro III. Volume VI. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008.

_____. **18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo. Boitempo. 2011

MARTINS, Horácio. **Na sombra da imaginação (1)**. Maio de 2001. Disponível em 10 de fevereiro de 2001 no www.fct.unesp.br/nera.

PALMEIRA, Moacir. **Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional.** In Camponeses brasileiros: leitura e interpretações clássicas, v.1/ Clifford Andrew Welch [ET. al.] (org). São Paulo: UNESP. Brasília: NEAD, 2009.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes Sociais**. tradução de Francisco Silva; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

_____. **As classes sociais.** Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/200320170050_texto8As_classes_sociaispoulantzas.pdf Acessado: 23 de fevereiro de 2018

PRADO JR, Caio. **A revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1966.

SANTOS, Michela K. Calaça A. dos. **Rompendo a cerca do isolamento: as relações entre a Agroecologia e as questões de gênero.** Recife: UFPE. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Sobre los Orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertário. Intervneción no Seminario Agroecología y marxismo. Faculdad Bolivariana de Agroecología. Venezuela. 2007.

SHANIN, T. A definição de camponês: Conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista NERA – ano 8, n. 7 – julho/dezembro de 2005 – issn 1806-6755

SILIPRANDI, Emma. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. In Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Paulo Petersen (org) – Rio de Janeiro. AS-PTA, 2009.

_____. Mulheres e agroecologia : a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar / Emma Siliprandi; orientadora Laura Duarte ; co-orientadora Alicia Puleo. – UNB. Brasilia. 2009.

_____. Agroecologia, Agricultura Familiar e Mulheres Rurais. Rev. Bras. Agroecologia, v.2, n.1, fev. 2007

SAUER, S. e LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.50 no.3 Brasília July/Sept. 2012.

VELHO, Otávio G. A. C. **O conceito de camponês e sua aplicação à analise do meio rural brasileiro**. In Camponeses brasileiros: leitura e interpretações clássicas, v.1/ Clifford Andrew Welch [ET. al.] (org). São Paulo: UNESP. Brasília: NEAD, 2009.

VIA CAMPESINA, **¿Quiénsomos?** Disponível em: https://viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44/iquisomos-mainmenu-45 . Acesso em: 23 de agosto de 2016.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 21, 2004, p. 42-61.

_____. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In.: PETERSEN, Paulo. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro. AS-PTA. 2009.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas.** 2ed. Rio de Janeiro, ZAHAR. 1976.